

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VINICIUS REIS FURINI

"VISITA PITORESCA AO MATO SAMPAIO":
Estigmas e representações sobre os "maloqueiros" do Mato Sampaio através da narrativa
jornalística porto-alegrense (Década de 1950)

PORTO ALEGRE

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VINICIUS REIS FURINI

"VISITA PITORESCA AO MATO SAMPAIO":

Estigmas e representações sobre os "maloqueiros" do Mato Sampaio através da narrativa
jornalística porto-alegrense
(Década de 1950)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial a obtenção de título de licenciado em
história

Orientadora: Prof^ª Dra. Caroline Silveira Bauer

PORTO ALEGRE

2018

Dedicado a todos os moradores das mais diversas
periferias do Brasil que,
sob diferentes formas lutam, resistem e sobrevivem
aos estigmas sociais e
às práticas de extermínio perpetradas por um Estado
racista e genocida!
Pelo direito à vida, à moradia e à cidade!

O maloqueiro acorda na alvorada
Na parada conversa fiada
Com o troco contado
O cobrador não aceita fiado
Na mochila, uma marmita, um livro e um casaco
Na boca; sorrisos
Na mente; lembranças da aula
Volta faminto a espera de uma nova Alvorada
O maloqueiro voltou inteiro pra sua quebrada
(Janove)

Agradecimentos

Os melhores momentos da escrita de um trabalho acadêmico são, sem dúvidas, os agradecimentos que fazemos todos que estiveram presentes e contribuíram para que o mesmo seja escrito. Os agradecimentos de um Trabalho de Conclusão de Curso não seria diferente. Porém, não agradeço apenas por esse trabalho final, e sim pelo apoio, presença e contribuição aos longos destes últimos quatro anos de formação acadêmica no curso Licenciatura em História.

Agradeço aos professores e professoras desde a Educação Básica ao Ensino Superior que me incentivaram a seguir o caminho dos estudos: em especial aos da E. M. E. F. Jean Piaget e Colégio Estadual Marechal Floriano Peixoto. Além destes, agradeço também aos professores Cláudio Espíndola, Vander Duarte e Márcio “Marcito” Castro que fizeram, nos anos de 2012 e 2013, que descobrisse o caminho da docência como possibilidade. No curso de História, agradeço à prof^a Caroline Silveira Bauer, minha orientadora, pela atenção, paciência, e trabalho de orientação, cujas “trocas de ideias” sempre foram muito construtivas. Agradeço, ainda, aos professores José Rivair Macedo, Carla Meinerz, Helen Osório, Silvia Petersen e Nilton Pereira que influenciaram bastante minha formação acadêmica e expandiram não apenas horizontes teóricos e epistemológicos, mas a própria percepção sobre a História e os papéis do historiador e educador.

Agradeço, também, a Fundação de Economia e Estatística (FEE), parte fundamental em minha formação, ao qual durante dois anos tive a oportunidade de realizar Bolsa de Iniciação Científica com amparo financeiro da FAPERGS. Agradeço ao Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) pelos cafés, conversas, risadas e trocas intelectuais, a palavra interdisciplinaridade tem outro significado após trabalhar com vocês. Agradeço, especialmente, a Álvaro Antonio Klafke e Rodrigo de Azevedo Weimer, meus primeiros orientadores, com vocês aprendi o *métier* do historiador, a importância do trabalho em História no desenvolvimento de pesquisas científicas, nas mais diversas áreas e os múltiplos espaços de atuação do historiador. Obrigado por toda a amizade e parceria nesses últimos anos.

Algumas pessoas foram fundamentais na escrita deste trabalho, cujos agradecimentos são mais do que necessários. À Vanessa Schommer que me ajudou nesses momentos finais de trabalho, Gabriel Vanin Ethür por leitura preciosa e atenta de alguns capítulos, Warley “Janove” Pires por todo o incentivo ao longo da empreitada e me presentear com bela epígrafe que inicia o trabalho e Laura Motta, cujas discussões teórico-metodológicas sobre gênero e

masculinidades, infelizmente, não puderam estar presentes de modo mais evidente no trabalho, mas que servirão para minha formação não apenas acadêmica, mas também humana.

Agradeço ao Coletivo de Educação Território Popular cuja experiência, ao longo deste ano, me fazem refletir sobre a prática docente, à educação popular e o comprometimento com uma educação livre, crítica e reflexiva. “As universidades serão Território Popular”! Agradeço, em especial, aos meus colegas da área de História do TP: Greice Adriana, Hyziel Rodrigues, Júlia Barbosa, Mariana Santos e Paula Rodrigues, admiro-os e aprendo muito com vocês.

Ao Centro dos Estudantes de História (CHIST) que tive o prazer de, por dois anos, ajudar a construir esse Centro Acadêmico, que possui grande importância na luta estudantil e pelos direitos à educação. O Chist é vivência e política! Agradeço as amizades feitas nesse espaço estudantil: Alice Toldo, Bruna Moreira, Calane Tavares, Douglas Lopes, Felipe Guevara, Italo Ariel e Rafael Levandovski.

Aos amigos feitos ao longo da graduação, cuja presença nos agradecimentos se torna, mais do que obrigatória: Caio Tedesco, Cristine Moreira, Eduarda Soletti, Fernanda Moreira Giovanna Jung, Greice Adriana, Liana Ribeiro, Lucas Dalenogare, Marina Oliveira, Maurício Dornelles, Matheus Schuster, Patrick Veiga, Pedro Gediel, Renata Coutinho, Samantha Parisotto. Em especial à Maria Clara Bastos, Gabriel Vanin Ethür e Marvin Paixão Amaral, companheiros de /14 cuja parceria e amizade se mantêm forte.

Agradeço especialmente à “Família Ataxi”: Juliana Bimbi, Juliana Cros, Marvin (novamente), Matheus Moraes Machado “Jão”, Nathalia Corrêa, Warley “Janove” (novamente) e Wellington Alves, pelo forte carinho, amizade e incentivo. Por todas as conversas, risadas, brigas, festas e viagens. Não consigo me imaginar nesses últimos anos, sem vocês!

Aos amigos que sempre me apoiaram nos mais adversos momentos, cuja amizade se estendem a muitos anos ou décadas: Andressa Moraes, Robson Dorneles, Tyrone Santos, Rodrigo Xavier, Igor Fogaça, Lucas Peres, Rafael Mattos, Taylor Mendonça, Maycon Fontoura, Pedro Santana, entre outros tantos nomes que cometo a injustiça de esquecer...

Agradeço imensamente a minha família, meus pais Paulo e Gessi e minha irmã Jacqueline pelo apoio incondicional de anos, por todo o amor, carinho e amizade. Sem vocês ao meu lado, tanto esse trabalho não seria possível, quanto a própria graduação.

À Mirela Barcellos Mendes, minha namorada, com quem tenho dividido planos e sonhos. E que nesses últimos meses soube, como ninguém, as dificuldades que foi escrever

esse trabalho. Obrigado por todo carinho e afeto, tão necessários nesses solitários momentos de escrita. Esse trabalho tem muito de ti nele!

RESUMO

Na primeira metade do século XX, Porto Alegre passou por constantes transformações urbanas e habitacionais, especialmente em relação às moradias populares. Dentre elas, observamos o surgimento e acelerado desenvolvimento das “vilas de malocas” pela cidade. Desde seu aparecimento, as “malocas” estiveram envolvidas em disputas simbólicas e materiais realizadas, por parte do poder público, da elite e da classe média que, sob um discurso modernizador e higienista, valendo-se de argumentos estéticos, buscaram ver-se livres do “problema das malocas”, empreendendo, assim, políticas de remoções destas para áreas mais afastadas da cidade. O presente trabalho pretende investigar a participação do jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, e da crônica jornalística escrita por Ary Veiga Sanhudo na construção de um discurso social sobre as “vilas de malocas” e seus moradores, sobretudo, em relação ao Mato Sampaio. As representações empreendidas pela imprensa porto-alegrense carregavam uma série de estigmas sociais, reforçando uma imagem pejorativa sobre as “vilas de malocas”. O Mato Sampaio, por sua vez, era representado ora como “vila do crime”, um “verdadeiro paraíso de malandros”, associando-o a criminalidade e violência, ora como um local singular, “pitoresco”, proporcionado pela desigualdade social da metrópole, ao passo que seus moradores, representados sob o estigma de “maloqueiros” despossuídos de passados, nomes e moradias, estariam unidos apenas pela “miséria comum”.

Palavras-chave: Vila de malocas; Mato Sampaio; Estigma; Representação.

RESUMEN

En la primera mitad del siglo XX, Porto Alegre pasó por constantes transformaciones urbanas y habitacionales, especialmente en relación a las viviendas populares. Entre ellas, observamos el surgimiento y acelerado desarrollo de las "villas de malocas" por la ciudad. Desde su aparición, las "malocas" estuvieron involucradas en disputas simbólicas y materiales realizadas, por parte del poder público, de la élite y de la clase media que, bajo un discurso modernizador e higienista, valiéndose de argumentos estéticos, buscaron verse libres del "problema de las malocas", emprendiendo, así, políticas de remociones de éstas para áreas más alejadas de la ciudad. El presente trabajo pretende investigar la participación del periódico Diário de Notícias, de Porto Alegre, y de la crónica periodística escrita por Ary Veiga Sanhudo en la construcción de un discurso social sobre las "villas de malocas" y sus habitantes, sobre todo, en relación al Mato Sampaio . Las representaciones emprendidas por la prensa porto-alegrense cargaban una serie de estigmas sociales, reforzando una imagen peyorativa sobre las "villas de malocas". El Mato Sampaio, por su parte, era representado como "pueblo del crimen", un "verdadero paraíso de malandros", asociando la criminalidad y la violencia, ora como un lugar singular, "pintoresco", proporcionado por la desigualdad social de la metrópoli, mientras que sus habitantes, representados bajo el estigma de "maloqueiros" desposeídos de pasados, nombres y viviendas, estarían unidos sólo por la "miseria colectiva".

Palabras clave : Villa de malocas; Mato Sampaio; Estigma; Representación

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 – Porto Alegre e as “vilas de malocas”: a habitação popular na modernidade urbana metrópole	17
1.1 – Modernidade, classes perigosas e cortiços: os pobres e a moradia popular em Porto Alegre nas primeiras décadas da República.	17
1.2 – Favelas e “malocas”: um debate conceitual	21
1.3 – Processo de formação das “vilas de malocas” em Porto Alegre: aparecimento, racialização, remoções e resistências.	23
1.4 - “Localizado um pouco além de Petrópolis... O Mato Sampaio é nosso”	35
Capítulo 2 – O Diário de Notícias visita o Mato Sampaio	38
2.1 – O <i>Diário de Notícias</i> e a imprensa porto-alegrense na primeira metade do século XX ...	38
2.2 – “O drama de nossas populações marginais”: o olhar do <i>Diário de Notícias</i> e as sobre as “vilas de malocas”	41
2.3 – O <i>Diário de Notícias</i> visita o Mato Sampaio.....	54
Capítulo 3 – Ary Veiga Sanhudo e suas representações sobre o Mato Sampaio	63
3.1 – O estigma nos discursos parlamentares de Ary Veiga Sanhudo.....	63
3.2 – Entre a Colônia Africana e a Coxilha do Forte: Porto Alegre através das Crônicas da Minha Cidade	69
3.3 – “O Mato Sampaio”: Representações, estigma e estereótipo na crônica de Sanhudo.....	72
Considerações finais	80
Lista de fontes	84
Bibliografia.....	86

Introdução

Na sexta-feira, dia 20 de junho de 1958, eram apresentadas no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, em reportagem assinada por Ruy Pratini, as histórias de Dona Ofrosina, Seu Cantídio e Polaco, “gente humilde e vencida” que estavam imersas no “drama das populações marginais” no Brasil (PRATINI, 1958b). Acompanhado pelo fotógrafo Carlos Contursi, o jornalista escutou essas histórias serem contadas pelos referidos moradores, durante a visita ao local que a reportagem adjetivou como “reduto fabuloso de malocas” e “verdadeiro paraíso para malandros”, localizado próximo ao bairro Petrópolis, na ocasião, um dos mais elegantes da capital (PRATINI, 1958b). A narrativa da reportagem sobre o local e o cotidiano de seus moradores é construída com o objetivo de assustar e causar estranhamento ao leitor, que possivelmente sentiu-se ser transportado a um local “excepcional”, cujas representações variam, entre o “fantástico” e o “pitoresco”. Tratava-se da vila Mato Sampaio, que estava novamente sob o olhar e a tinta da imprensa porto-alegrense.

O presente trabalho pretende investigar a participação do jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, e da crônica jornalística escrita por Ary Veiga Sanhudo na construção de um discurso social a respeito das “vilas de malocas”¹ e seus moradores, sobretudo, em relação ao Mato Sampaio. Essas representações carregavam uma variedade de estigmas que iam ao encontro dos interesses da elite local, da classe média e do poder público municipal que, sob um discurso modernizador e higienista, valendo-se de argumentos estéticos, queria ver-se livre do “problema das malocas”, empreendendo, assim, uma série de políticas de remoções destas para regiões mais afastadas da cidade. Todo esse processo, contudo, era sentido de diferentes maneiras pelos “maloqueiros”, que assumiam, em inúmeros casos, uma postura ativa frente às remoções (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Esse trabalho possuía, inicialmente, o objetivo de realizar uma análise mais geral sobre o processo de formação das “vilas de malocas” em Porto Alegre e as relações destas com a imprensa local; para isso seria feito um mais amplo recorte temporal, entre as décadas de 1940 e 1960, englobando um período de vinte anos. Contudo, esse trabalho de conclusão de curso não conseguiria dar conta de discutir, satisfatoriamente, um projeto com esta ambição, sendo necessário fazer alguns

¹ De maneira geral, as “vilas de malocas” são o conjunto de casas construídas em condições precárias, sem infraestrutura básica, desenvolvidas em Porto Alegre, em torno da década de 1940, por meio da marginalização da população pobre e do inchaço populacional, ocorridos no transcorrer do século XX. Apesar de suas semelhanças, cada “vila” possui particularidades que a torna, de todo modo, única. O capítulo 1 discutirá mais sobre o assunto.

recortes temporais e espaciais, redefinir seus objetivos e problemas, chegando, assim, nas atuais delimitações.

A “vila” Mato Sampaio² foi selecionada para análise por conta de sua significação para o cenário urbano porto-alegrense, sendo ela, desde seu surgimento, considerada uma “vila de grandes proporções”, chegando a concentrar, em 1972, na ocasião já conhecida como Nossa Senhora de Fátima, 721 casas, configurando-se como o sexto maior núcleo de malocas na cidade (JORGE, 1973, p. 49). Situada no atual bairro Bom Jesus, zona leste da capital, “o Mato Sampaio serviu historicamente como um local intermédio entre as ‘vilas’ de regiões centrais e as periferias ainda mais afastadas” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). A “vila” também foi significativa para a cidade, sendo frequentemente representada pela imprensa e municipalidade por meio de estigmas que a apresentavam como “reduto fabuloso de malocas”, proporcionado pela desigualdade social da metrópole, sendo exposta, quase sempre, de maneira depreciativa, ressaltando problemas associados à “desordem”, “imoralidade”, etc. Já os seus moradores, os “maloqueiros”, figuravam nas páginas policiais e reportagens que denunciavam os problemas da habitação popular, porém, apesar da preocupação social, essas matérias jornalísticas reforçavam os aspectos negativos da “vila” e de seus moradores.

O período analisado corresponde, aproximadamente, ao intervalo de uma década. O recorte temporal do trabalho vai do surgimento da “vila” na região, ligada aos processos de remoções das “malocas” do perímetro urbano central em 1953 até o ano de 1960, momento em que passa a denominar-se oficialmente “Nossa Senhora de Fátima”, sendo essa mudança resultado de uma disputa simbólica em torno do nome da vila (MORAES, 2011, vol. 1, p. 603).

Ao longo da investigação foram surgindo indagações sobre as relações entre o papel da imprensa e a circulação de estigmas sociais sobre as “malocas”. Para buscar responder essas indagações, o trabalho, inserido entre os campos da História Cultural e da História Social, entendendo que a primeira não pode estar desvinculada da segunda, realiza o diálogo entre o conceito de representação (CHARTIER, 2002) e estigma (GOFFMAN, 1988), entendendo a complementaridade entre esses conceitos, uma vez que os estigmas operam, em suma, no campo das representações e por isso estão também inseridos em disputas de significados. Se entendermos, assim, as imagens impostas às “vilas” e seus habitantes – que recebiam a pejorativa denominação de “maloqueiros” –, no âmbito teórico das representações,

² O nome do local é, como sugere Sanhudo (1975), a soma das condições naturais da região, antigo matagal que ali existia, com o nome do suposto antigo proprietário do terreno, o Dr. Luiz Sampaio Filho.

sendo elas, atribuições de significados determinadas pelos interesses dos grupos que as produzem, perceberemos, contudo, que distante de um processo unidirecional, essas representações configuram um campo de disputas (CHARTIER, 2002). Dessa maneira, considerando a imprensa reprodutora, mas também, por diversas vezes, produtora de um discurso socialmente construído, pretendemos compreender como essas representações circularam a partir dela. O trabalho procura lançar possíveis repostas para essa questão, isto é, saber de que forma os jornais contribuíram na construção discursiva sobre o Mato Sampaio e seus habitantes, associando-os a aspectos negativos como “desordem”, “promiscuidade”, “miséria” e “violência”.

O trabalho tem a pretensão de contribuir com a produção historiográfica que estuda a formação do espaço urbano porto-alegrense no século XX, ao passo que investiga um tema insuficientemente discutido na historiografia. Embora tenhamos relevantes trabalhos acadêmicos referentes à Ilhota, ao Areal da Baronesa e à Colônia Africana (KERSTING, 1998; MATTOS, 2000; ROSA, 2014), conhecemos, ainda, muito pouco sobre outras localidades que, em meados do século XX, foram surgindo e se desenvolvendo em variados pontos da capital: é o caso de diversas “vilas de malocas” de Porto Alegre. Assim, também será investigado como esses outros locais foram surgindo e se proliferando em Porto Alegre a partir da década de 1940. Não é incomum, por exemplo, encontrarmos em jornais da época inúmeras referências às “vilas” Caiu do Céu e Doca das Frutas, ou a própria Mato Sampaio, que embora hoje sejam praticamente desconhecidas, eram, naquele momento, locais vistos e debatidos pela sociedade, imprensa e poder público.

É necessário entender que os jornais não estavam preocupados em apenas registrar o ocorrido, mas também, muitas vezes, eles eram um elemento do acontecimento. Precisamos entender a imprensa, como assinala Robert Darnton, como uma força ativa na própria história (DARNTON, 1996, p. 15). Desse modo, é pretendido estudá-la sob uma perspectiva teórica que leve em consideração sua própria historicidade. “Implica, sim, em trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257). Assim, será procurado discutir sobre a atuação da imprensa na produção e reprodução de um discurso socialmente construído sobre as “malocas” e, sobretudo, a Mato Sampaio e seus moradores, cujas representações permeadas de estigmas associavam a “vila” a aspectos negativos como a violência, miséria e o alcoolismo, reforçando uma imagem pejorativa sobre o local.

Foi utilizada, para a pesquisa que resultou no presente trabalho, um conjunto de documentos (relatórios administrativos, levantamentos, jornais impressos, etc.) que foram consultados, fotografados e analisados no decorrer da investigação. O exercício de pesquisa documental extrapola, contudo, o período de reflexão e elaboração desse projeto. Para recapitular o percurso de pesquisa que levou até esse trabalho é preciso recuar no tempo e apresentar um jovem pesquisador, nos idos de 2016, recentemente apresentado ao *métier* do historiador que ansiava por discutir conceitos, textos e, finalmente, realizar uma investigação histórica imergindo nos acervos arquivísticos da cidade.³ Foram incontáveis tardes, por vezes sonolentas e maçantes, pesquisando no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho e no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa onde se encontra um vasto material que é coletado, organizado e analisado. Após atenta leitura desse material, são selecionadas notícias, reportagens e editoriais do jornal *Diário de Notícias* que repercutiam o “problema das malocas” na cidade, sobretudo, aquelas que se direcionavam ao Mato Sampaio. Além desse material recolhido em pesquisa documental nos acervos da cidade, também foi pesquisado em ferramenta de busca no *site* da Hemeroteca da Biblioteca Nacional sobre colunas, editoriais e reportagens, do mesmo veículo de comunicação impresso, que se referissem ao Mato Sampaio. Esse material encontrado também foi coletado, organizado e analisado. A escolha por analisar esse periódico se deu por algumas razões: esse era um jornal de ampla circulação no Rio Grande do Sul, parte do grupo *Diários Associados*, do jornalista e empresário Assis Chateaubriand, fazendo frente ao *Correio do Povo*, na época, jornal de maior circulação no estado. O *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, por fazer parte de uma rede nacional em expansão, possuiria um caráter mais popular, com uma linha editorial abrangente, discutindo temáticas que se faziam presentes na vida cotidiana da população.

Outra fonte utilizada foi a crônica redigida pelo jornalista Ary Veiga Sanhudo⁴ sobre o Mato Sampaio, escrita originalmente para o periódico *Folha da Tarde*. Ela pode ser acessada através do segundo volume de sua obra *Porto Alegre: crônicas da minha cidade* (1975), que reúne diversos textos que abordam temas referentes à cidade, suas ruas e seus bairros. Em seu texto sobre o Mato Sampaio, ele busca narrar e descrever sobre o surgimento da “vila”, os conflitos entre velhos e novos moradores e as condições materiais das “malocas”. O seu olhar, no entanto, é carregado de preconceito e acaba por reproduzir e também criar uma série de

³ A pesquisa do material documental presente no trabalho ocorreu em virtude do período em que o autor atuou como Bolsista de Iniciação Científica na Fundação de Economia e Estatística, em projeto sob a orientação de Álvaro Antonio Klafke e de Rodrigo de Azevedo Weimer. Essa bolsa foi possível graças ao amparo financeiro da Fapergs.

⁴ Sanhudo, além de jornalista, também foi vereador de Porto Alegre, por duas vezes, no período de 1952 a 1955, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e de 1956 a 1959, pelo Partido Social Progressista (PSP).

estigmas sobre o local, o que é sentido na leitura do texto.

Analisou-se de forma qualitativa o conjunto de elementos significativos que podem ser percebidos tanto na crônica quanto nas reportagens, pretendendo explorar o que a documentação apresenta de singular, nesse caso, como ela nos auxiliará a compreender o modo que a mídia impressa operou na construção de imagens estigmatizantes sobre as “vilas de malocas”, enfatizando o tratamento da imprensa em relação ao Mato Sampaio e seus moradores.

Além dessas fontes jornalísticas, outras também foram utilizadas durante a investigação, sob a condição de fontes complementares, isto é, elas não serão centrais para o trabalho, contudo, fornecerão um importante alicerce na construção de um panorama geral sobre o aparecimento das “vilas de malocas” na cidade. Tratam-se de documentos administrativos da municipalidade de Porto Alegre, como o plano de urbanização de Loureiro da Silva de 1943 e o relatório do prefeito Ildo Meneghetti de 1952. Ambas se encontram disponíveis no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre.

A produção acadêmica sobre essa temática iniciou-se com o trabalho realizado por Laudelino de Medeiros (1951). Esse estudo se trata de um ensaio de sociologia urbana que em nenhum momento teve a pretensão de ser um tratado definitivo sobre o tema. Ao contrário disso, o autor apresenta em seu prefácio o caráter provisório, servindo como apoio a trabalhos futuros. O estudo de sociologia se concentraria em um problema habitacional existente nas grandes metrópoles globais, assumindo em Porto Alegre características especiais (MEDEIROS, 1951, p. 19).

Medeiros faz uma análise das “vilas de malocas” em Porto Alegre a partir do levantamento de uma delas (Forno do Lixo), localizada na região central da cidade, próxima ao Dilúvio, confrontando uma observação panorâmica das demais. O autor realiza um levantamento estatístico sobre a “vila” (número de habitantes, de famílias, faixa etária, a composição por sexo, racial, etc.). Por meio de categorias científicas, o autor identificou, amparado por uma percepção fenotípica, que na Forno do Lixo existia uma população de 55% de “brancoides”, cerca de 22% de “negroides” e 22% de “mulatos” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Seus dados, contudo, devem ser vistos com ressalvas, visto que o autor não contava com o auxílio de uma equipe de pesquisa, nem com uma metodologia mais adequada para o tipo de pesquisa, uma vez que não há espaço para a autopercepção dos habitantes da “vila”, sendo a pesquisa baseada através do olhar do pesquisador. Devemos observar, porém, que esta é uma preocupação contemporânea, não imaginável para as ciências sociais da década de 1950. Assim, “essas críticas podem e devem ser relativizadas, tendo em

conta que o autor participava da constituição de um campo sociológico no Rio Grande do Sul” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Claudia Fonseca (2000), através de pesquisa etnográfica realizada nas décadas de 1980 e 1990, em duas “vilas de malocas” de Porto Alegre, a do “Cachorro Sentado” e a São João, região também conhecida na cidade como “Morro da Cruz”, preocupou-se em investigar como os códigos de honra estavam presentes e eram exercidos dentro dessas comunidades. Atenta para a heterogeneidade social existente dentro dos grupos populares, a autora procurou prestar atenção nas relações sociais desses sujeitos, observando seus conflitos e solidariedades. “São as rivalidades e antagonismos internos que tecem os fios da coesão. Sob essa luz, a comunidade aparece ainda com contornos nítidos, mas destacam-se, antes de tudo, a natureza heterogênea e o status cambiante de seus integrantes” (FONSECA, 2000, p. 92). Suas constatações são, em suma, de grande valia para o presente trabalho, uma vez que elas possibilitam pensar sobre a complexidade das relações sociais no interior das “vilas de malocas”. O estudo de Alba Zaluar (1985) sobre a “Cidade de Deus”, favela carioca, é outro importante estudo sobre a temática. Embora o espaço investigado pela autora possua uma diferença não apenas conceitual, mas também histórica e social, com os de Fonseca, ambos os trabalhos enfatizam a heterogeneidade social em suas comunidades.

A produção acadêmica sobre as favelas no Rio de Janeiro também auxiliou, guardada suas diferenças teóricas e conceituais, na escrita deste trabalho. Esse é o caso do estudo de Lícia Valladares, que se preocupou em investigar sobre a “construção social das representações da favela” (VALLADARES, 2005, p. 22). Isto é, a socióloga pretendeu analisar os diferentes discursos produzidos sobre as “favelas”, seja por jornalistas e literatos, seja pelo poder público ou, inclusive, pela própria sociologia. Lícia Valladares questiona as representações que fazem da favela, territórios marcados, apenas, pela violência, ilegalidade e pobreza (VALLADARES, 2005, p.20). Esses problemas não são, em suma, exclusivos das favelas, eles também estão presentes em outros espaços urbanos.

O estudo de Valladares possibilita que a favela seja pensada no plural, como locais dinâmicos e heterogêneos, ao invés de abordagens, por vezes, generalizantes e reducionistas. Desse modo, o presente estudo pretende, na medida do possível, se aproximar das proposições feitas por Fonseca (2000), Zaluar (1985) e Valladares (2005), buscando compreender as “vilas de malocas” de Porto Alegre e, sobretudo, o Mato Sampaio, para além das representações, propostas pela imprensa, de violência e miséria, mas como lugares dinâmicos e heterogêneos.

Mais recentemente o tema das “malocas” foi revisitado através de pesquisa realizada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) que resultou em publicação escrita em

conjunto por Klafke, Weimer e Furini (no prelo). Esse trabalho serviu, em suma, como base para o presente texto, uma vez que realiza não apenas uma análise crítica sobre o processo de formação e desenvolvimento das “vilas de malocas”, em Porto Alegre, mas também discute uma série de outros temas que envolvem, direta ou indiretamente as “vilas”: relações étnico-raciais, questões de trabalho e moradia, as percepções que os sujeitos sociais tinham do processo de remoções, suas formas de organização política e social, resistências, etc. Embora a visão da imprensa permeie toda a obra, ela recebe, contudo, atenção especial em um capítulo à parte, onde são discutidos o processo de modernização da imprensa, seu espaço de atuação na sociedade gaúcha e os modos que ela abordou o tema das “vilas de malocas” em suas páginas: suas causas, os problemas habitacionais e suas possíveis soluções, o cotidiano das “vilas”. Deste modo, não é segredo a dívida que esse texto e seu escritor têm com a obra em questão.

Além do trabalho em conjunto, Rodrigo de Azevedo Weimer também vem produzindo diferentes trabalhos sobre o assunto. Recentemente publicou um capítulo dedicado ao tema, onde o autor busca investigar o processo de racialização das “vilas de malocas”, em meados do século XX, através da imprensa porto-alegrense. Weimer (2018), por meio de reportagens policiais pretendeu discutir o viés racializante operado pela imprensa, tomando como objeto de análise os casos de furto e roubo, denominados pela imprensa como “golpe da Gilda”, que ocorriam nas imediações da Doca das Frutas. Esse processo acaba, em suma, ajudando a sedimentar a noção de que as “malocas” eram, desde seu surgimento, locais constituídos essencialmente por moradores negros, quando, na verdade, não se possuem elementos suficientes para verificar essa assertiva. Os escassos indícios que se possuem, ao contrário, apontam para uma presença significativa de moradores brancos, majoritários demograficamente nas vilas (MEDEIROS, 1951). Além disso, o historiador procurou entender as possíveis relações entre as “vilas de malocas” racializadas e a criação e circulação de estigmas sobre esses locais, tidos como “imorais”, “promíscuos” e “violentos”. Valendo-se dos debates teóricos envolvendo os conceitos de representação e estigma, assim como propostos por Chartier (2002) e Goffman (1988), ele acaba por inserir os estigmas, situados no âmbito das representações, como pertencentes em um campo de disputas que não se limita apenas ao simbólico, mas, inclusive, atuando concretamente na vida dos indivíduos (WEIMER, 2018).

Com base, então, nesse conjunto de textos, pressupostos teóricos e bibliografia de apoio, o trabalho está assim organizado: no primeiro capítulo será realizado um panorama geral sobre as transformações no cenário urbano porto-alegrense na primeira metade do

século XX, especialmente em relação às moradias populares. A ênfase dessa análise se concentrará, contudo, a partir da década de 1940, quando começa a se acompanhar o aparecimento e proliferação das “malocas” na capital gaúcha. Aqui também será apresentada a vila Mato Sampaio, que surge em 1953, com as remoções de diversas “vilas” localizadas próximo ao perímetro urbano central. Será discutido e analisado, ainda, como se operou o processo de racialização das “vilas de malocas”.

No segundo capítulo percorreremos as páginas do *Diário de Notícias*, observando como o jornal discutiu sobre as questões referentes as “vilas de malocas” em Porto Alegre. Será investigado ainda a forma como o periódico participou da construção discursiva e imagética não só Mato Sampaio, mas também de seus moradores, descrevendo-os ora como “verdadeiro paraíso de marginais”, reafirmando a criminalidade e violência como características do local, ora denunciando as precárias condições de vida enfrentadas por esses “maloqueiros” que, segundo relata em depoimento, são despossuídos de nome, passado e moradia. Nesse capítulo, além dos aspectos socioeconômicos, a questão racial também será posta no centro de análise.

No terceiro e último capítulo nos propomos a analisar a crônica sobre o Mato Sampaio escrita por Ary Veiga Sanhudo, personagem desse capítulo. Durante sua atuação na Câmara Municipal proferiu diversos discursos envolvendo as “vilas de malocas”, dentre elas, a Mato Sampaio. Nele será verificado como a pobreza urbana, representada através das páginas da crônica jornalística escrita por Sanhudo e presente também nos discursos políticos do parlamentar, carregava um sem-número de estigmas sociais sobre o local e seus moradores.

Capítulo 1 – Porto Alegre e as “vilas de malocas”: a habitação popular na modernidade urbana metrópole

O cenário urbano porto-alegrense no decorrer da primeira metade do século XX pode ser caracterizado por suas múltiplas transformações no campo habitacional, em especial, aquelas relacionadas às moradias populares. A República instaurada em fins do século XIX, trouxe consigo o desejo, por parte de sua elite e governantes, de “modernidade” e “progresso”. Essa modernidade pretendia remodelar o espaço urbano das grandes cidades, promovendo, amparada por um discurso moral e higienista – valendo-se, muitas vezes, de argumentos estéticos e arquitetônicos –, políticas de remoções de habitações populares das regiões centrais das cidades. Em Porto Alegre, esses efeitos foram sentidos com a expulsão dos empobrecidos trabalhadores que residiam em cortiços, porões e casebres, na região central da cidade, removendo-os para os “arrabaldes” da cidade, localizados, em muitos casos, em zonas alagadiças ou distantes do Centro (PESAVENTO, 1994). Nas décadas seguintes, observa-se que o crescimento urbano veio acompanhado pelo aparecimento e rápido desenvolvimento das “vilas de malocas” que se estabeleceram em diversos pontos da cidade. Assim como as moradias populares anteriores, as “malocas” também passaram pelo processo de exclusão, marginalização e remoção para regiões afastadas da região central da cidade.

Esse capítulo tem como objetivo apresentar e discutir a respeito das mudanças ocorridas no espaço urbano de Porto Alegre, no âmbito das moradias populares, durante a primeira metade do século XX. As “vilas de malocas”, cujo aparecimento na cidade se acentua na década de 1940, serão analisadas no decorrer do capítulo. Procura-se discutir sobre as possíveis causas de seu surgimento; verificar como elas se desenvolveram na cidade; seu processo de racialização, operado através de imagens racializadas construídas pela imprensa; suas remoções para áreas distantes do centro da capital. Assim, será apresentada a vila Mato Sampaio, espaço de estudo privilegiado neste trabalho.

1.1 – Modernidade, classes perigosas e cortiços: os pobres e a moradia popular em Porto Alegre nas primeiras décadas da República.

As últimas décadas do século XIX se caracterizaram por uma série de transformações político-sociais no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. A abolição da escravidão, em 1888, representou uma grande mudança estrutural na sociedade brasileira. Embora a lei tenha formalizado algo que já era experimentado por grande parte da população que, em 1888, já se encontrava em posse de sua liberdade, a abolição, entretanto, configurou um

importante evento histórico e social. Ela decretava, em suma, o término da instituição escravista no Brasil e com isso, também, colocava fim à divisão social e jurídica que, durante séculos, orientou o sistema escravista e dividiu a população negra⁵, pelas elites, entre “escravos”, “livres” e “libertos”. A abolição, assim, acarretou não somente o fim dessa antiga divisão formal, mas também a criação de novos mecanismos de controle social sobre esta população (SILVA et al., 2017, p. 63 - 64).

À medida que a causa abolicionista ganhava força e o acesso à cidadania passava a ser reivindicado, foram sendo criadas novas medidas de controle e, observa-se, também, que a ideia de “raça”⁶ – produzida pelo racismo científico do século XIX e recebida no Brasil a partir da década de 1870 – pautou projetos políticos nacionais e também passou a orientar as relações sociais estabelecidas pós-13 de maio. Sobre esse processo de racialização das relações sociais, Wlamyra Albuquerque (2009) nos sugere que: “o processo emancipacionista foi marcado pela profunda racialização das relações sociais; e a manutenção de certos esquemas hierárquicos foi o principal saldo do longo e tortuoso percurso que levou a sociedade brasileira à extinção legal do cativo em 1888” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 37).⁷

A chegada da República, em 1889, alterava o cenário político nacional. Aliada à elite cafeeira paulista e a emergente burguesia nacional, a República, por sua vez, seria marcada por configurar um sistema político e social deveras excludente. No Rio Grande do Sul ela ficaria marcada pela ascensão e estabelecimento no poder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), formado por latifundiários pecuaristas, associados a setores médios urbanos (KÜHN, 2002, p. 111). Para Sandra Pesavento (1990, p. 11 - 12) e Fábio Kühn (2002, p. 111) a instalação do regime republicano no Rio Grande do Sul pode ser caracterizada pela implementação de um governo autoritário, por parte do PRR, fortemente hierárquico e ideologicamente inspirado na adaptação de ideias positivistas. Ademais, a mudança de regime político acompanhou, também, a incorporação de teorias científicas, políticas e sociais que se fizeram presentes no processo de constituição da Nação. As palavras “civilização”, “progresso”, “ordem”, “raça” e “modernidade” passaram a fazer parte do

⁵ Será utilizada no presente trabalho, de forma instrumental, a definição feita pelo movimento social negro, que define como “negro” a soma das categorias “pretos” e “pardos”, presentes nos levantamentos do IBGE. Eventualmente, contudo, se utilizará a categorização presente na documentação consultada.

⁶ Os trabalhos de Skidmore (1976) e Schwarcz (1993) são referências para estudar a forma que a ideia de “raça” foi importada, adaptada e manuseada no Brasil, sendo incorporada ao pensamento político da época, orientando projetos nacionais.

⁷ Além do trabalho de Wlamyra Albuquerque (2009), a tese de Marcus Vinícius de Freitas Rosa (2014) é outra importante referência de estudo sobre o processo de racialização das relações sociais no período posterior a abolição. Para o presente estudo, o trabalho de Rodrigo Weimer (2018), é outra referência obrigatória, como já explicitada na Introdução do trabalho.

vocabulário político da época, circulando socialmente por meio da imprensa, da elite e dos setores médios urbanos.

Baseada nas noções de civilização e progresso, a modernidade, almejada pela República e sua burguesia emergente, foi passando gradativamente a orientar as intervenções no espaço urbano. Eduardo Kersting (1998), valendo-se das proposições teóricas sobre a modernidade realizadas por Marshall Berman (1986), sugere que, embora se tenha apenas uma “incipiente modernização”, em fins do século XIX e começo do século XX, o “sonho de modernidade”, isto é, a ideia de modernidade a ser adaptada do modelo europeu já estava presente nas ideias de determinados setores sociais. Segundo ele:

Se de um lado na sociedade urbana brasileira do final do século XIX, temos apenas uma incipiente modernização, por outro lado temos uma série de modelos e exemplos, externos a essa modernização, que constituem o que chamo de *sonho de modernidade*: o desejo de implantação da modernidade no país, através das visões de civilização e de progresso, nos moldes dos países onde a modernidade capitalista já havia se estabelecido. E nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, esse sonho parecia mais do que nunca presente na cabeça de alguns setores da sociedade, principalmente naquelas elites urbanas envolvidas no processo de reestruturação política, econômica e social, que caracteriza a implantação da República e da ordem burguesa no Brasil (KERSTING, 1998, p. 14. Ênfase original).

Inspirando-se nas grandes cidades europeias, sobretudo em Paris, essa modernidade urbana pretendia remodelar a paisagem urbana brasileira, contudo, esse processo logo apresentou seu caráter excludente. As habitações populares, resididas por uma população empobrecida e trabalhadora e localizadas nas regiões centrais das cidades, próximas aos seus locais de trabalho, alvos de discursos morais e higienistas que reconheciam, nestes espaços populares, locais de toda a “desordem” e “promiscuidade” (PESAVENTO, 1994), responsabilizando-as, também, pela proliferação de doenças e epidemias na cidade (CHALHOUB, 2017), foram sendo paulatinamente saneadas e despejadas pelos poderes públicos que em busca de uma cidade asséptica e moderna, eliminavam de suas zonas centrais, bicos, cortiços e casebres: locais onde habitavam as chamadas “classes perigosas”.

O conceito de “classes perigosas”, conforme indicado por Sidney Chalhoub (2017, p. 23 - 24), aparece em meio aos debates parlamentares a respeito da repressão à ociosidade que ocorreram no Império, logo após a abolição. Esse conceito fora importado do discurso criminalista europeu, inspirado nas teorias científicas sobre a determinação pelo meio social, atribuindo aos pobres “vícios” e “defeitos” que seriam, praticamente, indissociáveis a pobreza. Deste modo, a condição de pobreza era mal vista para estes deputados, que a entendiam como “falta de trabalho”, virtude imprescindível aos “trabalhadores honestos” e

por conta da ociosidade dos pobres, estes estariam sujeitos a vícios que produziam “malfeitores” que colocariam em perigo a sociedade, logo, os pobres eram, por definição, perigosos (CHALHOUB, 2017, p. 25 – 26). Dentro desse processo de criminalização da pobreza, que colocava os pobres sob suspeição das autoridades policiais, os negros se tornaram, nesse processo, os suspeitos preferenciais, visto que a recepção deste conceito no Brasil, como alerta Kersting (1998, p. 81) se deu concomitantemente ao processo de abolição da escravidão. Baseado no racismo científico da época, eram atribuídas características naturais à população negra, que a tornava “membro permanente” das classes perigosas.

Entretanto, o pretenso caráter ocioso dos ex-escravos não era considerado somente um fruto da escravidão, mas também, o que era mais grave, da própria natureza dos negros. E se pensarmos que a ociosidade é um primeiro passo para o vício e para o crime, segundo a lógica daquela concepção de classes perigosas, vê-se os negros considerados como naturalmente propensos ao delito: “os defeitos dos negros podem ser pensados como insuperáveis, tornando-se eles, assim, membros potencialmente permanentes das classes perigosas” (KERSTING, 1998, p. 84).

Essa noção de classes perigosas, em todo caso, serviu para a intervenção do poder público em áreas de moradias populares nos centros das cidades. Chalhoub (2017, p. 29) afirma que esse conceito foi determinante para a destruição do Cabeça de Porco, cortiço mais famoso no Rio de Janeiro, considerado pela imprensa e autoridades como “antro de suspeitos”. Em Porto Alegre, por sua vez, observamos a ocorrência deste processo através da remoção dos cortiços, casebres e porões do Centro da cidade e a expulsão de seus moradores para áreas distantes. Entre as medidas encontradas pelas autoridades porto-alegrenses para controlar o desenvolvimento destas habitações pode-se citar o aumento do imposto predial, sobretudo, sobre os cortiços; o estabelecimento de rígidas regras para construções na cidade, como apresentadas no Código de Posturas Municipais em 1893 (PESAVENTO, 1994, p. 87), ao passo que a prefeitura impunha sanções para construção e pesada tributação sobre as moradias populares, também, entrava em “curso na cidade um processo de loteamento das regiões mais afastadas do Centro e para as quais deveriam ser canalizadas as populações pobres, até então habitantes do Centro” (PESAVENTO, 1994, p. 97).

Assim, os pobres foram sendo “empurrados”, ao longo dos anos, para áreas mais afastadas da zona central, passando a habitar nos “arrabaldes” da cidade que estavam sendo loteados. Esses terrenos, muitas vezes situados longe do local de trabalho de seus moradores e localizados em áreas alagadiças, passaram a receber progressivamente pessoas expulsas do Centro que viriam a residir no Areal da Baronesa, na Colônia Africana, na Ilhota, nos arraiais do Navegantes, São João ou Menino Deus.

Portanto, amparados pelo poder público ou não, os pobres estavam sendo progressivamente expulsos do Centro da cidade para zonas menos nobres: ou para terrenos alagadiços dos bairros fabris Navegantes e São João, que demandavam maior eficácia dos serviços urbanos, ou para as terras altas de Mont’Serrat, para onde tinham ido na década de 20 os negros que moravam na Colônia Africana, no início do século. Mas também a Cidade Baixa e o Menino Deus eram alvo da procura das populações de baixa renda: no Areal da Baronesa, na Praia do Riacho, na Rua da Varzinha, nas barrancas do arroio Dilúvio se erguiam casebres (PESAVENTO, 1994, p. 112).

Os denominados “territórios negros” de Porto Alegre, como o Areal da Baronesa e a Colônia Africana, por exemplo, passariam, então, a receber esses trabalhadores removidos do centro da cidade. Os trabalhos de Eduardo Kersting (1998), de Jane Mattos (2000) preocuparam-se em estudar, respectivamente, a constituição destes locais e as representações sociais criadas pela modernidade. Além destes estudos, o trabalho de Marcus Vinícius de Freitas Rosa (2014) também guarda importantes contribuições historiográficas, ao passo que o autor, pretendendo escrever “uma história social do racismo entre as classes subalternas” (ROSA, 2014, p. 3), preocupou-se em investigar as relações étnico-raciais entre brancos e negros moradores dos territórios populares de Porto Alegre, neste caso, em especial, na Cidade Baixa e na Colônia Africana, considerados territórios negros.

1.2 – Favelas e “malocas”: um debate conceitual

A habitação popular, em meados do século XX, volta a receber atenção especial por parte da sociedade, imprensa e poder público. O crescimento urbano e demográfico veio acompanhado pelo surgimento e acelerada proliferação das “vilas de malocas” pela cidade. As “vilas de malocas” são, em suma, o conjunto de casas construídas em precárias condições materiais, ausentes de infraestrutura básica para moradia, erguidas em áreas, muitas vezes, irregulares. Naida d’Ávila (2000) nos sugere que o poder público porto-alegrense, na década de 1960, considerava como “maloca”,

todos os aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade pública ou privada, sem arruamento, sem higiene [...] sua construção é, na maioria das vezes, de madeira. Em casos menos numerosos, encontra-se malocas de papelão, lata, ou ainda os três conjugados (D’ÁVILA, 2000, p. 15).

Laudelino de Medeiros (1951), por sua vez, em obra precursora sobre a temática, irá defini-la por sua especificidade, posto que essa “habitação miserável” não seria “nem cortiço, nem espelunca, nem choupana, nem casebre, nem cubículo”, entretanto, reconhece ainda que

ela pode possuir familiaridades com outros tipos de moradias, “talvez tugúrio, talvez choça, talvez palhoça”, porém, conclui afirmando que as “vilas de malocas” são popularmente conhecidas como sinônimo de “mocambo” e “favela” (MEDEIROS, 1951, p. 77). O trabalho de Medeiros (1951) se preocupava em estudar um fenômeno urbano que atingia a todas as metrópoles mundiais e, em Porto Alegre, apresentava contornos específicos (MEDEIROS, 1951, p. 19), fato é que o autor se esforça em realizar uma caracterização conceitual sobre aquilo que entendia por “vila de malocas”, distinguindo-a de outros modelos de habitações populares. Entretanto, apesar dessa preocupação conceitual, o autor termina colocando-a como um sinônimo de “favela” e “mocambo”, presentes, respectivamente, no cenário urbano do Rio de Janeiro e Nordeste. Outra preocupação presente na caracterização realizada por Medeiros (1951) é em relação ao sentido pejorativo que os termos “maloca” e, sua nova variação, “maloqueiro” assumem. Segundo o autor: “não há dúvida de que em todos esses termos sempre se descobre o sentido depreciativo. E assim os termos ‘maloca’, nesta nova significação’, e ‘maloqueiro’ têm correntemente este sentido” (MEDEIROS, 1951, p. 78).

Embora existam similaridades entre a favela carioca e as “vilas de malocas” porto-alegrenses é necessário estar atento para suas particularidades, tratando-se de dois casos que ocorrem em espaços urbanos e geográficos distintos e em conjunturas históricas e sociais próprias. Essas diferenças entre os dois casos foram questionadas em Klafke, Weimer e Furini (no prelo), em que, segundo os autores:

Assim como há semelhanças, as diferenças implícitas aos dois termos são óbvias. Enquanto, em Porto Alegre, as “malocas” se localizavam em periferias cada vez mais afastadas, no Rio de Janeiro, constituíam e constituem enclaves nos morros entre os bairros “do asfalto”. Além disso, há outra diferença topológica, já que, na capital riograndense de meados do século, lhes eram reservadas preferencialmente áreas alagadiças, em vez das encostas de morros. Finalmente, destacaremos que “favelado” não tem o mesmo peso estigmatizador de “maloqueiro” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Os autores acima ressaltam que, além das diferenças na ocupação sócio espacial entre os dois casos, existe, também, uma diferenciação no peso que os termos “favelado” e “maloqueiro” assumem para seus sujeitos sociais. Embora as duas denominações, na prática, tenham sido utilizadas, desde suas criações, de forma depreciativa, carregando pesada carga de preconceitos sobre estes sujeitos sociais e orientando práticas de exclusão e marginalização social, observamos que, como exposto em Klafke, Weimer e Furini (no prelo), a favela, ao contrário das “vilas de malocas”, assumiram uma condição de irreversibilidade, sendo reconhecida, embora com limites bem definidos, como parte da cidade. As “malocas”, por sua

vez, não contaram com tal reconhecimento social, elas foram alvos de políticas habitacionais que, longe de resolverem o problema da habitação popular em Porto Alegre, visavam removê-las de seu perímetro urbano central, despejando-as em locais afastados, sem fornecer-lhes condições de moradia (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Ademais, o termo “maloqueiro”, diferente de “favelado”, não passou por um processo de posituação política e social, possuindo, ainda hoje, um caráter fortemente depreciativo (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Visto suas especificidades conceituais, será buscado reconstituir brevemente o processo histórico de aparecimento, formação, desenvolvimento e posterior remoção das “vilas de malocas” em Porto Alegre.

1.3 – Processo de formação das “vilas de malocas” em Porto Alegre: aparecimento, racialização, remoções e resistências.

Na década de 1940 começa a repercutir em Porto Alegre, por meio da imprensa e poder público, o surgimento de conglomerados de casas construídas em condições mínimas para moradia na região central da cidade e em áreas próximas. Laudelino de Medeiros (1951, p. 15) afirma que embora sempre existissem “casebres” localizados em determinadas regiões da cidade, por volta de 1946 e 1947, contudo, o rápido desenvolvimento destas moradias viria a apresentar novas características. “A construção em massa em lugares determinados – terrenos baldios, margem de estrada, logradouros públicos – apresentou um ritmo acelerado, a ponto de aparecerem da noite para o dia verdadeiras vilas, que os próprios habitantes apelidaram de ‘vilas de malocas’” (MEDEIROS, 1951, p. 15). Assim, apareceu, na cidade, uma série de “vilas de malocas” que repercutiriam na imprensa e preocupavam o poder público, como a Caiu do Céu, Doca das Frutas, Dona Teodora, DTO, Forno do Lixo, Ilhota, Maria da Conceição e Santa Luzia e, na década seguinte, a Santa Rosa e a Mato Sampaio, por exemplo.

Figura 1 – Vila Santa Luzia, 1956 .



Fonte: Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman, foto 1138F. Fotografia: Léo Guerreiro e Pedro Flores.

O aparecimento das “vilas de malocas” em Porto Alegre foi, em suma, desde o início relacionado ao processo migratório que ocorrera em meados do século XX, em que a cidade recebia migrantes rurais, produzindo, assim, um drástico aumento populacional que trazia a tona, por sua vez, o problema da falta de moradias na cidade. Essa perspectiva possui fundamento e pode ser observada em trabalhos e documentos coetâneos ao fenômeno (MEDEIROS, 1951; MENEGHETTI, 1952; NEVES, 1962; JORGE, 1973) e também aparecem em pesquisas mais recentes (D’ÁVILA, 2000; ZAMBONI, 2009; FIGUEIREDO, 2014). Evidentemente as migrações rural-urbanas exerceram importante papel na formação das “vilas de malocas” na cidade. No entanto, como apontado em Klafke, Weimer e Furini (no prelo), essa perspectiva necessita ser mais discutida e problematizada, tendo em vista que ela, em certa medida, não leva em consideração à dimensão endógena da pobreza urbana (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). O relatório de Ildo Meneghetti à Câmara de Vereadores em 1952 acerca do “problema das malocas” é exemplo disso. Embora considere a

vinda dos migrantes rurais como um dos principais fatores para o desordenado crescimento urbano porto-alegrense (MENEGETTI, 1952, p. 850), o relatório apresenta dados que, em todo caso, trazem mais elementos para a interpretação sobre a constituição das “vilas de malocas” na cidade.

Tabela 1 – Sobre a procedência das famílias que residem nas “vilas de malocas” de Porto Alegre, segundo o relatório de Meneghetti (1952):

	Número de famílias	%
Famílias formadas e residentes na capital	2.492	57,61%
Famílias procedentes do interior	1.625	37,57%
Famílias oriundas de outros Estados	206	4,76%
Famílias vindas do exterior	2	0,06%
Fonte	Meneghetti (1952)	

Através da tabela acima, observa-se que a maior parcela da população das “vilas de malocas” é formada por famílias formadas e que já residiam em Porto Alegre, o que vai ao encontro da proposição que leva em consideração, também, o processo de exclusão social e empobrecimento já existentes na cidade – muito antes da chegada, em meados do século XX, dos migrantes rurais à cidade (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Os migrantes rurais, embora não constitua a maioria da população residente nas “malocas”, como sugere a tabela acima, configuram, por sua vez, significativa parcela populacional (37,57%) ressaltando, portanto, que embora este não seja o principal fator da existência das “malocas”, sua participação neste processo não pode ser descartada.

Outra interpretação recorrente relaciona a formação das primeiras “malocas” em Porto Alegre com os egressos do cativeiro. Segundo Pablo Figueiredo (2014), as maiores “vilas de malocas” eram formadas, em sua maioria, por “descendentes de escravos” e eram significativos “lugares de resistência cultural negra e popular” (FIGUEIREDO, 2014, s.p.). Ademais, o autor ainda sugere, como discutido acima, que o “surto migratório” viria levar os

migrantes rurais a se estabelecer, junto com os negros, nesses locais (FIGUEIREDO, 2014, s.p.). A interpretação de Figueiredo vai ao encontro das proposições de Vanessa Zamboni (2009), cujo trabalho parece ter influenciado à análise de Figueiredo. Para Zamboni, as “vilas de malocas” podem ser entendidas como “território negros” em Porto Alegre, como é o caso da Ilhota e da Vila Santa Luzia, citadas pela autora (ZAMBONI, 2009, p. 56). Sobre a formação destes dois territórios estudados, Zamboni argumenta:

O que se evidencia nestes, especificamente, é que aos territórios ocupados originalmente por negros somaram-se grupos de migrantes vindos do interior do estado e de outros estados, formando, juntos, o que se denominavam “vilas de malocas”. Muitos destes espaços segregados socioespacialmente, outrora localizados próximo à área central da cidade, deram origem a grandes bairros que, devido a uma série de transformações urbanas, situam-se hoje nas bordas da cidade, sendo o bairro Restinga um clássico exemplo de tal processo (ZAMBONI, 2009, p. 56).

Essa interpretação que vincula a formação das “vilas de malocas” em Porto Alegre com o problema da habitação enfrentada no pós-13 de maio, como defendidas por Zamboni (2009) e Figueiredo (2014), não deve ser ignorada, mas, necessita ser mais explorada pela historiografia, visto que essa perspectiva ignora outro importante fator, como problematizada em Klafke, Weimer e Furini (no prelo), “a existência de bolsões de pobreza urbana – frequentemente formados por forros – é certo – prévios ou contemporâneos à Abolição. A história da cidade de Porto Alegre, desde aquela ocasião, delineia um processo de expulsão/expansão a partir de áreas centrais” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Essa pobreza urbana em fins do século XIX, como adverte Rodrigo Weimer (2018), era “constituída por negros livres, forros, escravos de ganho e também população branca pauperizada” (WEIMER, 2018, p. 505). Ademais, essa perspectiva estabelece uma relação de causa e efeito entre o problema das faltas de moradia no imediato pós-abolição e a formação das “malocas”. Sobre essa possível leitura, Weimer aponta que:

O estabelecer-se por si estava na ordem dos anelos e conceitos de liberdade pelos quais cativos e ex-cativos pautavam sua atuação. Sob esse viés, a moradia precária, se era signo de exclusão, também constituía índice de um projeto de liberdade. Portanto, soam sem fundamento as leituras que atribuem o crescimento desordenado de favelas e cortiços a uma súbita demanda por moradias no 14 de maio, especialmente porque boa parte da população negra do Brasil (e principalmente das cidades, como Porto Alegre), em 1888, já se encontrava livre e muitos possuíam seu teto – em cortiços. É bem verdade que o déficit habitacional e a qualidade das moradias se colocam como tema do pós-abolição, como questão não resolvida pelo estatuto de liberdade, mas que, exatamente por isso, configura aspecto estrutural e não demanda imediata da redenção dos escravos (WEIMER, 2018, p. 505).

Não se pretende, de modo algum, desvalidar a importância histórica, política e social que os territórios negros, como o Areal da Baronesa, a Colônia Africana e a Ilhota possuem para o movimento social negro que tem, sobretudo, na Ilhota e no Areal da Baronesa, como descrito em Klafke, Weimer e Furini (no prelo), eficácia simbólica na luta por moradia e que permitem traçar vínculos, quase sem mediações, entre “os escravos do barão e da baronesa do Gravataí e a transferência das “malocas” nas décadas de 1960 e 1970 de regiões centrais para a Restinga, imagem da periferia por excelência” (KLAFFE; WEIMER; FURINI, no prelo). O que se pretende, entretanto, é observar a história de outras localidades que, em meados do século XX, foram aparecendo e rapidamente se desenvolvendo pela cidade: é o caso das “vilas de malocas”. Nestes outros locais é possível observar a significativa presença de moradores brancos.

Os dados estatísticos sobre a composição étnico-racial em locais populares de Porto Alegre para a época são poucos e escassos. O trabalho de Laudelino de Medeiros (1951) é, talvez, o único estudo da época referente ao tema que trazia dados estatísticos sobre isso. Em seu estudo sobre a “Forno do Lixo”, o autor nos indica uma presença significativa de brancos nas “vilas de malocas”. Segundo Medeiros (1951, p. 24), a população daquela “vila” era formada, em “critérios raciais”, por 55% de “brancoides”, cerca de 22% de “negroides” e 22% de “mulatos”. Como destacado em momento anterior, o levantamento realizado pelo sociólogo – empregando categorias científicas e amparadas por uma percepção fenotípica feita por ele – deve ser visto com algumas ressalvas, uma vez que ele não contava com uma equipe de pesquisa e sua metodologia não era, em suma, a mais adequada para esse tipo de estudo, posto que a classificação era baseada apenas através do olhar do pesquisador, não ofertando espaço para a autopercepção dos moradores. Assim, é provável que o número de moradores considerados como “brancos” devem estar subestimados por Medeiros. O sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012) coloca que o critério adotado pela antropologia moderna para esse tipo de pesquisas é, em suma, a autoidentificação (GUIMARÃES, 2012, p. 57). Novamente, é salientado que esta, porém, é uma preocupação contemporânea, não imaginável para as ciências sociais, ainda em construção no Brasil e no Rio Grande do Sul, na década de 1950 (KLAFFE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Apesar de, como destacado acima, as “vilas de malocas” se constituírem como espaço mais diversificado racialmente do que se especulava, possuindo um significativo número de moradores brancos, esses espaços podem e devem ser entendidos sob a perspectiva dos “estudos do pós-Abolição”. Estes se preocuparam em compreender o momento posterior à abolição como um campo de disputas, em que estariam inseridas as agências dos diferentes

grupos sociais e suas, também várias, percepções sobre cidadania e liberdade, como apontado por Ana Maria Rios e Hebe Mattos:

O campo aberto para os estudos do pós-abolição passou assim a incluir variáveis e preocupações múltiplas. O papel do estado, dos ex-senhores, as condições em que eram exercidas as atividades que empregavam os escravos às vésperas do fim da escravidão, a existência ou não de possibilidades alternativas de recrutamento de mão-de-obra (imigração) etc. Incluiu também a recontextualização de conceitos como cidadania e liberdade e seus possíveis significados para os diversos atores sociais (RIOS; MATTOS, 2004, p. 172).

Embora as “vilas de malocas” tenham se constituído em Porto Alegre somente a partir da década de 1940, podemos, todavia, interpretá-las como uma “questão do pós-Abolição”, visto que não apenas a moradia popular pode ser entendida como um problema, mas também as próprias relações étnico-raciais envolvendo seus moradores negros e brancos. Evidentemente, as “vilas de malocas” como lugares “plurirraciais” foram palcos de solidariedades e conflitos envolvendo brancos e negros. Assim, elas configuram espaço privilegiado para análise de como se deu, dentro das camadas populares, o processo de racialização das relações sociais.

O termo “racialização”, conforme Wlamyra Albuquerque (2009) foi elaborado pela historiografia estadunidense para que se pensasse a forma que a noção de raça foi operada na construção de hierarquias sociais nos Estados Unidos (ALBUQUERQUE, 2009, p. 35). Sobre o uso deste conceito pela historiografia brasileira, Rodrigo Weimer (2018) nos sugere que ele é utilizado para se entender os processos sociais em que a categoria “raça” foi utilizada como norteadora de práticas e relações sociais (WEIMER, 2018, p. 496). Ele ainda afirma que “as categorizações definidoras do racial são percebidas como negociadas e disputadas no embate social. Desta maneira, não tomo raça como termo essencial, mas como resultante de processo complexo definido no calor de lutas sociais de significação” (WEIMER, 2018, p. 496).

“A periferia tem cor, mas cabe problematizar como ela foi construída, em lugar de tomá-la como dada” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Observa-se que as “vilas de malocas”, a despeito da acentuada presença de moradores brancos e pobres, foram, desde o início, racializadas pela imprensa, através de reportagens policiais, na medida em que a “cor” do negro era especificada quando este cometia algum delito, ao passo que se silenciava a do branco (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; WEIMER, 2018). Essas operações ajudaram a construir uma imagem racializada que tomava todos os “maloqueiros” como negros e todos os negros como “maloqueiros”, embora seja evidente que essa relação não faça sentido.

“Maloqueiro e negro” são dois estigmas que se alimentam mutuamente, na medida em que toda carga pejorativa que pesa sobre o primeiro termo reforça as representações estereotipantes sobre o segundo; a recíproca também é verdadeira. A presença negra era evidente pelos textos da coluna policial, mas, como dito, quase nunca foi mencionada nas demais fontes pesquisadas, o que sugere ter-se tornado desnecessário, em contextos assépticos, destacar que as pessoas que habitavam periferias em casebres de frágeis condições eram negras. Estava implícito. Era dado e naturalizado. Não era necessário dizê-lo (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

No íterim das décadas de 1950 e 1970 observa-se que a proporção de brancos e negos nas “vilas de malocas” se inverte, ao passo que a Maria da Conceição, que recebera os moradores removidos da “Forno do Lixo”, estudada por Medeiros (1951), possuiria, já na década de 1970, uma maior porcentagem de moradores negros do que brancos. Esses dados estão presentes em Klafke, Weimer e Furini (no prelo) que analisam a crônica de Cyro Martini (1973) sobre o local, apontando que esta possuiria uma população constituída por 19% de “pretos”, 42% de “mulatos”, 38% de “brancos” e ainda 1% de “vermelhos”. Percebe-se que embora o número percentual de “pretos” tenha diminuído de 22,5% da “vila” de origem para 19% na de destino, há um substancial aumento na proporção de “mulatos” que passou de 22,5% para 42%, ao passo que o número de “brancos” cai de 55% para 38% (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Esse número pode se dever, talvez, ao fato de que a “Forno do Lixo” tenha sido assimilada por uma “vila” maior e predominantemente habitada por negros. Essa possibilidade, contudo, foi descartada por Klafke, Weimer e Furini (no prelo) que rejeitam essa hipótese e indicam que essa mudança deve ter ocorrido através da remoção de “vilas” maiores como a Caiu do Céu e a Doca das Frutas, cuja composição étnico-racial de seus moradores, possivelmente, diferiria daquela da “Forno do Lixo” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Ademais, uma vez que esses moradores negros se estabeleciam, neste íterim, nas “vilas de malocas”, observariam que as oportunidades de ascensão social e, conseqüentemente, de mudar-se da “vila” ocorreriam de diferentes formas para negros e brancos. Esse processo, salientado em estudos recentes (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; WEIMER, 2018), ocorre no período de vigência do chamado “milagre econômico brasileiro”, durante a ditadura-civil militar, sugerindo-se que a renda, ao contrário do que era propagado pelo regime ditatorial, não se distribuía “naturalmente” em momentos de prosperidade, mas concentrava-se segundo critérios de classe e raça (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

O processo de formação das “vilas de malocas” na cidade ocorre rapidamente, ao passo que, como apresentado em Klafke, Weimer e Furini (no prelo), a terminologia “maloca”

não fora utilizada no plano de urbanização empreendido por José Loureiro da Silva (1943); contudo, como os autores atestam, embora não se tenha feito referência ao termo, o plano apontava a Ilhota como obstáculo para o desenvolvimento da metrópole (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Desta forma, como exposto em fragmento extraído do plano de urbanização:

Um dos problemas mais importantes para a vida da cidade é o saneamento do vale do Riacho. Este curso d'água é formado pelos arroios Dilúvio e Cascata, que têm o seu ponto de confluência na altura da Ilhota. Suas áreas marginais insalubres transformam a zona em foco permanente de doenças infecciosas. Não servido por esgotos, sujeito a inundações periódicas e habitado por uma população pauperizada, o bairro, nas atuais condições, representa um entrave bastante grande à continuidade do desenvolvimento das zonas limítrofes. Essa zona da cidade, com todas as características apontadas, é muito importante como espaço para expansão, devido à sua proximidade com o centro urbano (LOUREIRO DA SILVA, 1943, p. 46).

Atenta-se, para a utilização de termos que remontam aos discursos proferidos no começo do século XX, visto que, novamente, encontram-se argumentos morais e higienistas, orientando questões referentes à habitação urbana e popular. Essas características podem ser observadas pelo emprego das definições “áreas marginais insalubres” e “foco permanente de doenças infecciosas” presentes no documento. Embora seja empregado tais adjetivações sobre o local, seus moradores, contudo, não são caracterizados de modo pejorativo no documento, diferentemente, do, já referido anteriormente, relatório de Meneghetti (1952) produzido na década seguinte (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). O relatório mostra a clara preocupação do poder público com o rápido desenvolvimento das “vilas de malocas” na cidade e a necessidade de sua resolução. Sobre a formação das “malocas” no território urbano o documento nos afirma que:

Porto Alegre é uma cidade que cresceu pelos vales. Ela é como que uma grande mão, com o punho apoiado numa curva do Guaíba e os dedos a repousarem por entre os morros, acompanhando o casario, o curso dos riachos e se espairando à sombra das colinas e morros que margeiam a cidade. Sobraram, por isso, pela grande extensão da capital, muitos terrenos baldios, muitas vezes próximos às linhas de bondes, que se desdobram, para poder alcançar as casas dos bairros distantes. Começaram a aparecer nestes terrenos, uns, pertencentes a particulares, outros, à Municipalidade, pequenos casebres, construídos do dia para a noite, sem licença de qualquer espécie, sem forma e arruamento. De início não havia problemas. Desde o momento, entretanto, em que o povo notou as vantagens da vida nestes casebres, vida sem preocupações e sem impostos e reparou que os construtores e moradores não foram dali desalojados, houve um surto repentino destas construções e surgiram, de repente, as chamadas vilas de “malocas”. (A maloca, para o porto-alegrense, é o pequeno casebre, geralmente feito de tábuas velhas, equivalente à favela carioca e ao mocambo pernambucano). Tão rápido foi o desenvolvimento de algumas destas

vilas, que uma delas tomou a denominação popular de “vila Caída do Céu” (MENEGETTI, 1952, p. 851).

Observa-se, no excerto acima, que a formação das “vilas de malocas” na cidade é descrita por meio de juízos morais da municipalidade que via naquela forma de habitação uma forma de “obter vantagem” sobre os demais moradores da cidade, levando uma “vida sem preocupações e sem impostos”, aproveitando-se da ineficiência das autoridades municipais em remover essas habitações que não se inseriam nas regras estabelecidas pela legislação. O relatório, também sugere que essa “flexibilidade” do poder público com as “malocas” seria responsável por seu acelerado crescimento na cidade, tendo algumas, inclusive, surgido tão rapidamente que receberam denominações que indicavam a velocidade desse processo, é o caso da referida “vila Caída do Céu”.⁸ Nola Gamalho (2009), refletindo sobre o processo de produção da periferia (estudando, em seu caso, a constituição do bairro Restinga), deteve-se, também, a escrever sobre a configuração das “malocas” em Porto Alegre. Ela argumenta que as “vilas de malocas” – inseridas em um contexto social produtor de desigualdades – foram, em certa medida, expressões das estratégias de habitar e reivindicar o direito à cidade, através da subverção do sistema habitacional, burlando a legislação local (GAMALHO, 2009, p. 37).

Ademais, esse relatório apresentava as “malocas” como locais “sujos”, “imorais”, “promíscuos”, e “violentos”, em que a população local estaria sujeita a toda espécie de “vícios” e “desvios morais”, condenáveis aos olhos dos agentes públicos (MENEGETTI, 1952, p. 859 – 860). Desde seu aparecimento, as “vilas de malocas” foram palco de disputas simbólicas e materiais, sendo constantemente caracterizada pela imprensa e poder público de maneira depreciativa, produzindo e reforçando estigmas⁹ sobre elas e seus moradores, denominados pejorativamente de “maloqueiros”. Gamalho (2009, p. 36 - 37) sugere que as “vilas de malocas” eram, em certa medida, um produto do processo de desenvolvimento da cidade, contudo, elas não harmonizavam com o “ideal de modernidade e progresso” presentes na época, sendo as “malocas” consideradas, muitas vezes, possíveis empecilhos para o desenvolvimento urbano.

⁸ A “vila Caída do Céu”, como denominada no relatório, também era conhecida como “Graças a Deus” ou “Caiu do Céu”, seu nome indicava a velocidade com que a “vila” surge na cidade. Tratava-se de uma das maiores “vilas de malocas” de Porto Alegre, localizava-se na região onde, atualmente, se situa o estádio Olímpico Monumental, do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense, sendo removida na década de 1950, em razão da construção do estádio desportivo (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

⁹ Os capítulos 2 e 3 discutirão sobre as representações, estigmas e estereótipos produzidos e reproduzidos socialmente a respeito das “vilas de malocas” de Porto Alegre, sobretudo, sobre a Mato Sampaio e seus moradores.

As Vilas de Malocas eram uma produção singular do espaço plenamente inserido na lógica de desenvolvimento, pois consistia em produto do mesmo processo. Contudo, não harmonizavam com o ideal de modernidade e progresso e ocupavam setores estratégicos para o desenvolvimento urbano da cidade. [...] A pobreza tornava-se visível no modo de habitar, de ocupar a cidade, e a maloca era a materialização do processo. Assim como os becos e cortiços, as representações sociais das Vilas de Malocas eram ancoradas em fatos pejorativos, que tornavam ainda mais degradante a condição de vida desses sujeitos (GAMALHO, 2009, p. 36 -37).

O relatório, citado anteriormente, é exemplo de como esse discurso moral e higienista foi utilizado pelo poder público para legitimar práticas de exclusão social, na medida em que o documento chega à conclusão que: “visto serem as malocas um quisto social, uma situação anômala, uma vida marginal ao ambiente social de Porto Alegre, é urgente que os poderes públicos tomem medidas concretas para o extermínio das mesmas” (MENEGHETTI, 1952, p. 863). Nesse sentido, observa-se que a urbanização destes locais, ofertando acesso à infraestrutura e saneamento não estava em pauta, visto que para a municipalidade as “malocas” eram, em suma, irrecuperáveis, tratando-se de um “quisto social”, uma “situação anômala” cuja solução era o “extermínio”. Em relação à “questão patológica”, que permeiam o imaginário sobre as “malocas”, Nola Gamalho afirma que:

O imaginário das malocas incorporava a idéia de contaminação, atribuindo ao modo de vida dos ‘maloqueiros’ uma questão patológica. A produção da alteridade a partir de valores morais é constante nas descrições das malocas, produzindo representações fortemente alicerçadas na condição de patologia (GAMALHO, 2009, p. 39)

O relatório, ainda, sugere: “que se faça uma seleção moral das famílias, de maneira a se excluam aquelas que não atendam a um mínimo de moralidade e que viriam a gerar conflitos com os padrões culturais dominantes no grupo” (MENEGHETTI, 1952, p. 865). Na prática, sabe-se que essa seleção jamais ocorreu, as “malocas” foram invariavelmente despejadas para regiões mais afastadas da cidade, dentro de um violento processo de remoções operados entre as décadas de 1950 e 1970.

A partir da década de 1940, observam-se as modificações nos órgãos responsáveis pela habitação em Porto Alegre e, juntamente com essas mudanças, a execução de um sem-número de despejos e remoções de “vilas de malocas” para áreas distantes de seu centro urbano, formando, por assim dizer, uma nova periferia porto-alegrense. Klafke, Weimer e Furini (no prelo) apresentam a série de órgãos institucionais criados para dar conta da habitação urbana de Porto Alegre, iniciando-se com o surgimento da Comissão da Casa Popular, em 1946, tornando-se em 1949, Serviço de Habitação Popular, reestruturando-se,

novamente, ao longo da década seguinte, com a formação em 1952, logo após a apresentação do relatório de Meneghetti à Câmara de Vereadores, da Superintendência da Habitação Popular que se transformaria, no ano seguinte, em Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP). O DMCP duraria até a década seguinte, em que seria criado pela ditadura civil-militar, o, ainda existente, Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Sobre as intervenções no espaço urbano, empreendidas por programas habitacionais desenvolvidas pelos órgãos responsáveis, Vanessa Zamboni (2009) destaca que:

As intervenções do Estado, baseadas em programas habitacionais para classe popular, no período que vai de 1946 a 1979, foram visíveis no que compete às remoções de vilas de habitações populares para outros locais sem infra-estrutura. Um exemplo disso é a criação do bairro Restinga, em 1966, que desde sua origem representou um receptáculo de grande vilas de Porto Alegre que foram removidas como a Ilhota, a Dona Theodora, a Santa Luzia e dos Marítimos. Seus territórios originais foram urbanizados, construindo-se praça, escola e teatro, como é o caso da Ilhota, conjuntos habitacionais para a classe média, como é o caso da Santa Luzia, ou ainda prédios públicos, como é o caso do INSS, onde estava localizada a Vila dos Marítimos. O fato é que muitas dessas pessoas ainda moram em pequenas casas de madeira, muitas vezes sem infra-estrutura completa e distantes do centro, local conhecido como Restinga Velha. Vale salientar que esta tem como vizinhança a Restinga Nova e que, diferentemente da Velha, possui boa infra-estrutura e equipamentos urbanos. A princípio, a Nova, tinha como objetivo acolher a população removida, no entanto, não foi isso que aconteceu (ZAMBONI, 2009, p. 73).

As remoções que foram empreendidas ocorreram, muitas vezes, pela violência do Estado, como a ocasião em que os caminhões da prefeitura, acompanhados da polícia, fardados “como se fossem fazer uma operação de guerra”, removeram as “malocas” da Doca das Frutas para a Maria da Conceição, como foi lembrado por Célio Marques Fernandes, na ocasião vereador de Porto Alegre pelo Partido Social Democrático (PSD)¹⁰, em sessão da Câmara Municipal, no dia 11 de julho de 1957.

Chegavam com caminhões da prefeitura, acompanhados de funcionários da Polícia, aliás fardados, como se fossem [sic] fazer uma operação de guerra; punham as casinhas em cima dos caminhões e as atiravam no morro. Ali, largavam as casas onde elas caíam, sem planificação alguma, porque lá não existem ruas, existem vielas, no meio do barro, com barrancos enormes, com água estagnada, enfim, numa zona que serviria para tudo menos para localizar uma vila pobre, porque faltava água

¹⁰ Célio Marques Fernandes foi o primeiro prefeito de Porto Alegre empossado pela ditadura civil-militar. O golpe de 1964, nomeou Célio como prefeito, no lugar de Sereno Chaise que teve seus direitos políticos cassados pelo regime ditatorial.

e todas as condições necessárias a um pequeno conforto [sic] por menor que fosse [sic] (MORAES, 2011, vol. 1 p. 247 - 248).

Além desse caso, é possível selecionar, entre inúmeros outros, o término da remoção dos moradores da Santa Luzia para a Restinga, em 1973, durante a vigência da ditadura civil-militar no Brasil. A formação do bairro Restinga é, em suma, um dos exemplos mais significativos das políticas de remoções e constituição da periferia urbana. O processo de remoção da Santa Luzia para a Restinga, segundo Vanessa Zamboni (2009, p. 90), ocorreu após a conquista de melhoramentos na infraestrutura urbana, conseguida a partir da luta e reivindicações de seus moradores. Após essas melhorias, os moradores foram sendo, paulatinamente, removidos para a Restinga encontrando, neste novo local, condições precárias de moradia, ausentes daquela infraestrutura que haviam conquistado em seu antigo local.

Depois de terem conquistado o que era necessário para viverem dignamente em suas vilas, como água, luz, escola, etc., por que removê-los para outro local em situações ainda piores era promovê-los? E ademais, longe do centro! Se o DEMHAB retirasse os bairros para colocá-los em casas novas e de alvenaria na Restinga, talvez se pudesse qualificar a remoção de promoção. Tal não era, no entanto, o que acontecia (MARTINI apud ZAMBONI, 2009, p. 90).

Apesar da violência e repressão que marcam o processo de remoções empreendido pela municipalidade, nas décadas de 1950 à 1970, os moradores das “vilas de malocas” resistiam de formas diversas, às intervenções no espaço público. Não foram raros os episódios de negociação ou conflito que envolveram os moradores das “malocas” e a polícia ou demais agentes da prefeitura. (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). A política de remoções, contudo, mostrou-se fracassada em seu objetivo de resolver o problema habitacional da cidade, ao passo que se observa, na tabela a seguir, extraída de Klafke, Weimer e Furini (no prelo), o aumento drástico no número de moradias (“malocas”) que se pretendia eliminar.

Tabela 2 –Número de “malocas” em Porto Alegre e sua distribuição por regiões em 1951 e 1972.

	1951		1972	
	Casas	%	Casas	%
Região Central	2.295	55%	1.574	7,8%
Regiões	1.878	45%	18.587	92,2%

Periféricas				
Total	4.173		20.161	
Fonte	Meneghetti (1952)		Jorge (1973)	

A tabela acima, contendo dados sobre os números de “malocas” na cidade e sua distribuição regional, em 1951 e 1972, baseadas no relatório de Meneghetti (1952) e no estudo técnico realizado pelo sociólogo Nelson Jorge (1973), apresenta o significativo aumento do número de “malocas” em Porto Alegre, ocorridos no período em que se acentuou o processo de remoções destas habitações. Em 1951, existiam, conforme informado, 4.173 “malocas” pela cidade, vinte e um anos depois, em 1972, seu número era de 20.161, isto é, 15.988 “malocas” a mais, representando um crescimento de 383% neste intervalo de tempo. Ademais, observa-se que essas políticas de remoções, longe de resolver o problema da habitação popular, acabaram, paradoxalmente, promovendo seu espetacular desenvolvimento em regiões periféricas da cidade, ao passo que se em 1951 a maior parte das “malocas”, se encontrava na região central, com 2.295 (55%); em 1972, por sua vez, essa situação muda completamente, sendo que das 20.161 “malocas” da cidade, 18.587 (92,2%) delas se encontram nas regiões periféricas, contra apenas 1.574 (7,8%) existentes na região central da cidade. Klafke, Weimer e Furini (no prelo) observam que “os dez maiores núcleos (chegando, respectivamente, a 1.234, 1.093, 1.037, 999 ‘malocas’ nos casos da Maria da Conceição, da Santa Rosa, do Morro da Cruz e da Restinga) eram em locais mais distantes da zona central, como Partenon, Sarandi, São José, Restinga etc.” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Já na região central, os autores apontam que “com exceção da Santa Luzia, das ‘malocas’ da Avenida Ipiranga, da Ilhota, da São Luís e da Barão do Gravataí, todas as ‘vilas’ tinham menos de 50 moradias. Aliás, dos 22 aglomerados em zonas centrais (de um total de 124 por toda cidade), 13 tinham menos de 20 barracos” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

1.4 - “Localizado um pouco além de Petrópolis... O Mato Sampaio é nosso”

Entrementes ao processo de remoções das “vilas de malocas” da região central para áreas mais afastadas da cidade, acentuado entre as décadas de 1950 a 1960 por políticas habitacionais empreendidas pelo poder público municipal, por meio de seus órgãos responsáveis, observamos o surgimento, ainda nos anos 1950, da “vila Mato Sampaio” que receberia, nesse ínterim, grande atenção da imprensa e municipalidade. Esse subcapítulo

busca apresentar a Mato Sampaio, não se pretende, porém, ser exaustivo, visto que sua história será retomada, em diversos momentos, nos capítulos seguintes.

Localizada na zona leste da cidade, na região do atual bairro Bom Jesus, a Mato Sampaio foi, desde seu surgimento considerada uma das maiores “vilas de malocas” de Porto Alegre, sendo sua grandeza profetizada, em 1953, por Ary Veiga Sanhudo¹¹ que argumentava que esta ainda seria uma “vila de incalculáveis proporções” (apud MORAES, 2011, v. 1, p. 590). Seu surgimento seria decorrente das remoções de uma série de “vilas de malocas” (Doca das Frutas, Vila Seca, Campo de Polo e Novo Cais) da região central da cidade, ocorridas em 1953 (MORAES, 2011, v. 1, p. 590). Assim, convergimos com a análise presente em Klafke, Weimer e Furini (no prelo) ao qual entende que a Mato Sampaio foi, na década de 1950, o local de recepção das “vilas de malocas” removidas das regiões mais centrais, sendo sua história, de certo modo, “umbilicalmente ligada aos processos de expropriação de ‘malocas’ da região central” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). O nome “Mato Sampaio”, por sua vez, viria como sugerem Sanhudo (1975, p. 151 - 152) e Nunes (1998, p. 56) de seu antigo proprietário, Luiz Sampaio Filho, prestigiado médico e suposto dono daquelas terras.

Além das “vilas” citadas acima, o local também receberia “malocas” provenientes da Eucaliptus, Dona Teodora, DTO, Ilhota, Santa Luzia, entre outras (MORAES, 2011, v. 1, p. 594), configurando-se mais como uma “vila” de recepção do que de expulsão. “O Mato Sampaio serviu historicamente como um local intermédio entre as “vilas” de regiões centrais e as periferias ainda mais afastadas” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

A dimensão demográfica e espacial que a Mato Sampaio chegou a atingir é, sobretudo, outro aspecto importante, na medida em que foi assunto presente em reportagens de jornais (PRATINI, 1958), crônicas (SANHUDO, 1975), discursos parlamentares (MORAES, 2011, v. 1, p. 590; 591; 592; 594) e em estudos sobre o local (NUNES, 1998). Nunes (1998), indica que os migrantes rurais chegaram ao Mato Sampaio, logo após a chegada dos primeiros moradores, aumentando ainda mais o tamanho daquela “vila”.

Por essa época, poucos anos após a vinda dos primeiros moradores, a população do Mato Sampaio crescera rapidamente e já contava com trezentos e cinquenta casas. Além dos habitantes que são trazidos de outras vilas, o pequeno povoado se expandia com os migrantes do interior do Estado, que engrossaram as fileiras do novo exército industrial, tão necessário para o desenvolvimento do país. As pessoas vinham de outras cidades, chamavam os parentes que iam se agregando e transformando o logradouro em uma das vilas que mais incharia na Porto Alegre dos próximos trinta anos (NUNES, 1998, p. 59).

¹¹ As representações sobre a Mato Sampaio feitas por Ary Veiga Sanhudo em sua atuação na Câmara de Vereadores e em crônica homônima é tema do capítulo 3.

A vinda da população rural à cidade, como discutido anteriormente, foi inegavelmente um fator no surgimento e crescimento das “vilas de malocas” em Porto Alegre, contudo, não foi o único. A formação do Mato Sampaio, como vista em Klafke, Weimer e Furini (no prelo), parece ocorrer mais pelos despejos das “malocas” da região central do que de migrantes que chegavam à cidade. Contudo, essa narrativa se mostra mais presente e próxima a realidade em outros locais, como na Santa Rosa¹² (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

As “incalculáveis proporções” do Mato Sampaio podem ser observadas pelo estudo realizado por Nelson Jorge (1973), onde o sociólogo indica que, em 1972, a “vila”, na ocasião já conhecida também como Nossa Senhora de Fátima, possuía 721 casas, configurando-se como o sexto maior núcleo de malocas na cidade (JORGE, 1973, p. 49). Caso somássemos esse número com o da Vila Pinto, contígua ao Mato Sampaio ela se tornaria a terceira maior da cidade com 1.080 casas (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).¹³

Por fim, as disputas em relação à denominação do local também configuram um importante tema a ser discutido. Em 1960, o local passaria oficialmente a ser denominado de “Nossa Senhora de Fátima”, ao invés de Mato Sampaio, sendo que, na mesma ocasião, receberia melhorias infraestruturais, como luz e policiamento (MORAES, 2011, v. 1, p. 602 – 603). Da mesma forma que ocorrido em outros locais da cidade, como a Colônia Africana que após a mudança de nome para bairro Rio Branco passou por um processo de modernização, com a Mato Sampaio ocorreria da mesma forma. Ademais, como observado em Klafke, Weimer e Furini (no prelo): “a mudança de nome foi resultado de uma adequação simbólica e buscava positivar a imagem sobre a região e seus moradores, distanciando-se do estigmatizado Mato Sampaio” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Assim, observa-se que as disputas em torno da denominação oficial da “vila” interessava a diversos grupos, desde o poder público que pretendia esquecer a existência do “mal-afamado” Mato Sampaio, até os próprios moradores locais que procuravam verem-se livres dos estigmas que permeavam as representações sobre a “vila”.

¹² Surgida em 1959, A vila Santa Rosa, situada na zona norte da cidade, configurou-se, conforme os depoimentos de seus moradores, como um espaço de recepção do migrante rural que procurava por aluguéis baratos na cidade. Nas décadas seguintes, a Santa Rosa se consolidaria no espaço urbano porto-alegrense.

¹³ Além da Vila Pinto, a região conta também com a Vila Divineia que, no entanto, não constava na lista de Nelson Jorge (1973). A região sob o olhar dos “outros”, não moradores do local, parece se tratar de uma “vila” apenas, contudo, os moradores atentam para as diferenciações entre elas e suas fronteiras físicas, tratando-se de locais distintos e, muitas vezes, conflituosos (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Capítulo 2 – O Diário de Notícias visita o Mato Sampaio

No capítulo anterior, foi apresentado e discutido a formação e desenvolvimento das “vilas de malocas”, em Porto Alegre, ocorrida a partir de meados do século XX; também se observou o processo de racialização destas, suas remoções, as diversas formas de resistências realizadas por seus moradores frente aos iminentes despejos, além de apresentar a Mato Sampaio. O presente capítulo, por sua vez, tem o objetivo de discutir, de modo geral, sobre como a imprensa local repercutiu o tema das “malocas” na cidade, além disso, investigará, também, a participação da mídia imprensa na construção discursiva sobre o Mato Sampaio e seus moradores. Percorreremos, assim, as páginas do *Diário de Notícias*, de Porto Alegre que ora denunciavam as precárias condições de vida enfrentada pelos “maloqueiros” locais que, segundo relata em depoimento, são despossuídos de nome, passado e moradia, ora criticavam a região descrevendo-a como “verdadeiro paraíso para malandros”, reafirmando a criminalidade e violência como características próprias ao local. Pretende-se discutir não apenas sobre os estigmas, em seus aspectos socioeconômicos, direcionados às “vilas de malocas” e, sobretudo, a Mato Sampaio, mas também como a categoria “raça”¹⁴ e as relações raciais se fazem presentes no texto jornalístico.

2.1 – O *Diário de Notícias* e a imprensa porto-alegrense na primeira metade do século XX

No final do século XIX surgia, no Rio Grande do Sul, o jornal impresso *A Federação*, fortemente vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), cujo poder e prestígio político se vinculava a força exercida por esse grupo político no Estado. Durante as primeiras décadas do século XX a imprensa porto-alegrense, de maneira geral, assumia um caráter político, estando associada – por diversas vezes – a partidos, sindicatos, agremiações locais. Entretanto, nas décadas seguintes ocorreria uma modificação desse quadro. Aline Strelow (2010, p. 2) nos sugere que as quatro primeiras décadas do século XX marcam a transição da imprensa político-partidária ou literária para a “noticiosa” – representada pelo surgimento do *Correio do Povo*.

¹⁴ O conceito de “raça” é aqui entendido como uma construção histórica e social, sendo despossuída de validade biológica. Ela foi construída para justificar e naturalizar a sistemática opressão de “brancos” sobre “não-brancos”. Assim, corroboro com as proposições de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012, p. 50) que considera o conceito de “raça” como categoria analítica indispensável, pois, é “a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’”.

O *Correio do Povo*, como sugere Strelow, foi importante para o desenvolvimento do “jornalismo moderno” no Rio Grande do Sul, sobretudo, por se apresentar ao público como não pertencente a nenhuma facção política, sendo este, preocupado apenas com a “causa pública”. Entre as possíveis razões, encontradas por Strelow, para esse posicionamento do jornal, está que:

O estado recém saía da Revolução Federalista, uma luta sangrenta que durou quase três anos e dividiu profundamente a sociedade gaúcha, proporcionando um contexto favorável para o surgimento de um jornalismo não-comprometido com a política, mas somente com a causa pública. (STRELOW, 2010, p. 2)

O caráter político, apesar do que foi defendido pelo *Correio do Povo*, nunca foi completamente abandonado pela imprensa, sendo que diversos episódios na história do próprio jornal, podem exemplificar isso. O que ocorre, entretanto, é que os posicionamentos políticos passam a ser implicitamente defendidos (STRELOW, 2010, p. 2). Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), em artigo fundamental para compreender os possíveis diálogos entre a História e imprensa – compreendendo-a como fonte, mas também como objeto –, nos advertem que em nossas análises históricas é necessário ir além da informação que a imprensa “tem opinião”, mas como sugerem:

Que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mas ainda, trata-se de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258 – 259).

Assim, as considerações de Cruz e Peixoto em compreender a imprensa como “espaço privilegiado de articulação de projetos” fornecem importante suporte teórico-metodológico para a análise que será feita ao longo deste trabalho. Essas considerações vão ao encontro da proposição feita por Robert Darnton (1996) que, discorrendo sobre a participação da imprensa nos acontecimentos que levaram à Revolução Francesa, irá defender a necessidade de entendê-la não apenas como um registro do acontecimento, mas como elemento deste acontecimento, sendo ela, uma força ativa na própria história (DARNTON, 1996, p. 15).

Assim, é nesse contexto que aparecerá, na capital gaúcha, em 1925, o *Diário de Notícias* que seguiria, em suma, o mesmo ideário do *Correio do Povo*, constituindo-se “como

veículos de informação responsáveis pelo registro e pela divulgação verídica dos fatos. A racionalidade emergente no mercado constitui uma nova doutrina jornalística, que, pelo menos no discurso, coloca a informação em primeiro lugar” (STRELOW, 2010, p. 2). Desse modo esses novos veículos de comunicação dissociados da política de forma mais direta, mas que em seus “bastidores” aproxima-se e, muitas vezes, cria projetos políticos, correspondentes aos seus interesses, iriam propagar-se como jornais preocupados apenas em “registrar” ou “colocar a informação em primeiro lugar”. Na prática, no entanto, não é bem isso o que aconteceu, como veremos mais adiante.

Criado em meados de 1920, o *Diário de Notícias* de Porto Alegre logo concorreria com o *Correio do Povo* pela liderança em números de exemplares vendidos. Camila Alves Pereira (2008) nos indica que o final da década de 1920 seria importante para o jornal; primeiro, por superar em 1928 e depois em janeiro de 1930, o seu principal concorrente; segundo, por sua compra pelo empresário Assis Chateaubriand. (PEREIRA, 2018, p. 17). Segundo Grandi (2005, p. 32 apud PEREIRA, 2018, p. 17), “às vésperas de eclodir a Revolução de 30, o empresário finalmente planta raízes no Rio Grande com grande e decisiva ajuda de Getúlio Vargas, para acertar a compra do Diário de Notícias de Porto Alegre. ” Assim, o jornal de ampla circulação no Estado passaria a integrar o grupo *Diários Associados*. Na medida em que o jornal se constitui agora, parte de uma rede nacional que pretendia expandir-se, ele adotaria um caráter mais popular, procurando discutir sobre temas presentes no cotidiano da população.

Na década de 1950, a imprensa no Brasil passou por profundas transformações advindas de um processo de modernização desta. Ana Paula Goulart Ribeiro (2003) analisando as mudanças nos jornais cariocas da época, argumenta que os periódicos brasileiros que seguiam o “modelo francês” de jornalismo, aproximando-se da literatura, com textos livres e opinativos, foram sendo substituídos pelo “modelo norte-americano”. (RIBEIRO, 2003, p. 148). Esse novo modelo privilegiava a informação, com uma pretensa “objetividade” e “neutralidade” tidas como inescapáveis a prática jornalística e separava graficamente as notícias e reportagens do editorial e artigos opinativos. (RIBEIRO, 2003, p. 148).

O *Diário de Notícias*, pertencente a rede nacional de comunicação do grupo de Assis Chateaubriand, iria incorporar essas mudanças em seus editoriais de maneira mais gradual. É o que nos sugere Camila Pereira (2018).

O Diário de Notícias incorpora essas modificações de forma gradual. No ano de 1954, a partir do mês de julho, o jornal passa a adotar as novas formas de diagramação. As manchetes são apresentadas em formato diferentes com alguns elementos gráficos como estrelas que separam as reportagens, ou ainda desenhos que tornam-se o “logotipo” de algumas colunas. (PEREIRA, 2018, p. 19)

Observaremos, entretanto, nas reportagens e matérias que analisaremos no decorrer do capítulo que a pretensa “objetividade” dos fatos e a “neutralidade” de seus profissionais não inibiu que seus redatores lançassem, sob diversas formas, suas opiniões e comentários sobre as “vilas de malocas” de Porto Alegre, sendo que estes, em diversos momentos, podem ser considerados como convergentes com a opinião do próprio veículo de informação.

2.2 – “O drama de nossas populações marginais”: o olhar do *Diário de Notícias* e as sobre as “vilas de malocas”

O *Diário de Notícias* no dia 20 de abril de 1958 trazia estampada na parte inferior da primeira página de seu segundo caderno uma fotografia acompanhada do seguinte letreiro, colorido e impresso em fonte alta: “Pôrto Alegre, 1957”. A foto exibia uma “maloca”, construída a partir de materiais improvisados em contraposição ao “alteroso” edifício ao fundo, apresentava, também, sua possível moradora, uma “pobre negra” cujos problemas sociais enfrentados eram materializados, na reportagem, na imagem de sua precária moradia (PÔRTO ALEGRE..., 1958, p. 1). A fotorreportagem, em suma, procura denunciar a desigualdade social existente na metrópole, na medida em que permite ao seu leitor identificar, sem muito esforço, a existência de uma extrema pobreza no interior da modernidade urbana, representada na presença do suntuoso prédio. Essa mensagem, presente na fotografia, é reforçada textualmente pela breve descrição redigida em letras miúdas:

Algumas velhas, quase imprestáveis, tábuas, pedras, tijolos que foram arrecadados aqui e ali, e mais um montão de bugigangas, tudo isso arranjado à maneira da mais rudimentar arquitetura, é uma casa de maloqueiros. Visão de uma moderna cidade – Pôrto Alegre, 1958. Ainda aqui se veem cenas como esta da fotografia: a maloca e o alteroso edifício ao fundo, para contrastar. Aí, a pobre negra nem de pé pode estar; tudo foi feito, apenas, para abrigá-la do tempo quando a noite chega. De dia, é pedir esmolas ou viver de expediente em biscates (PÔRTO ALEGRE..., 1958, p. 1).

A crítica social presente imagética e textualmente trazia alguns elementos significativos de análise. O primeiro deles é a definição feita sobre aquela moradia construída com materiais “arrecadados aqui e ali” que junto com “um montão de bugigangas” formavam uma “casa de maloqueiros”. Esse termo é, como visto no capítulo anterior, altamente pejorativo e a forma com que foi empregada no texto, junto a caracterização do que viria ser

uma “maloca” demonstram seu presente teor depreciativo. A breve narrativa é outro elemento importante, observa-se que o texto uma vez que pretende reforçar aquilo que foi registrado na fotografia, descreve que aquela casa “arranjada à maneira da mais rudimentar arquitetura” em contraste com a exuberância do edifício ao fundo, não é algo raro, mas a “visão de uma moderna cidade”, neste caso, a Porto Alegre daquele ano. A presença da “pobre negra”, moradora daquela “maloca”, por sua vez, dava tons mais dramáticos à história, visto que sua moradia não possuiria outra finalidade, senão “abrigá-la do tempo quando a noite chega”, além disso, observa-se uma racialização da pobreza, por meio da menção à “pobre negra” que estaria associada àquela “maloca”. Será que se a mulher, fotografada pela reportagem, fosse branca seria adjetivada pela reportagem como “pobre branca” ou apareceria apenas como “pobre mulher”? Essas diferenças de adjetivações expõem, de modo geral, parte do processo de racialização, discutido no capítulo anterior. Por fim, o texto se encerraria fatalistamente referindo-se que as atividades da referida moradora, durante os dias, resumiam-se “em pedir esmolas” ou “viver de expedientes em biscates”.

Figura 2 – Pôrto Alegre, 1957



Fonte: *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1958. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa

Essa reportagem, apesar da riqueza de detalhes que nos permite inferir sobre ela, não era, entretanto, incomum. Matérias jornalísticas como esta eram recorrentes na mídia impressa porto-alegrense de meados do século XX que discutia o “problema das malocas” na cidade. As “vilas de malocas” eram, como já referido anteriormente, palco de disputas simbólicas e materiais e assim, evidentemente, constituíam espaços repercutidos pela imprensa. A narrativa engessada pela reportagem acima pretendia denunciar a desigualdade social existente na metrópole, criticando, em certa medida, a indiferença da capital com sua população empobrecida que vivia nas “malocas”, assim como ela, outras também criticavam aquilo que denominaram “brutal e desumano regime da discriminação da riqueza em benefício de poucos e em sacrifício de consideráveis parcelas populacionais” (PRATINI, 1958c).

As reportagens, embora, tivessem o objetivo de denunciar as desiguais condições sociais entre os moradores da cidade, acabavam por reproduzir e, muitas vezes criar uma série de estigmas sobre as “malocas” e seus moradores. Além disso, suas narrativas, por vezes, mostravam-se fatalistas e preconceituosas, visto que consideravam que essa condição social era aceita “voluntariamente” por estes moradores. Ademais, outro modelo recorrente de reportagem tinha como objetivo atacar as “vilas de malocas” atribuindo a elas características depreciativas como “promiscuidade”, “alcoolismo”, “criminalidade”, “desordem”, etc. Essas duas formas de abordar o tema das “vilas de malocas” de Porto Alegre, criavam, ao seu modo, diferentes representações sociais, carregadas de estigmas que perseguiriam aos moradores das “malocas”, marcados socialmente como “maloqueiros”.

O conceito de representação se mostra deveras importante para o presente estudo que o entende como uma prática que se utiliza de objetos materiais ou simbólicos, cujo “sentido” depende de sua “função simbólica” (HALL, 2016, p.49). O historiador francês Roger Chartier (2002) uma das principais referências historiográficas sobre o tema, argumentará que esse conceito é mais significativo que “mentalidade” em três modalidades da relação ao mundo social:

primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivas graças às quais ‘representantes’ (instancias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 2002, p. 73).

Chartier, entretanto, reconhece que embora as representações pretendam aspirar certo grau de universalidade, elas não são neutras, se tratam de elaborações construídas atendendo aos interesses de quem as produz. Deste modo, elas devem estar sempre inseridas num campo de disputas, em torno das questões de poder e dominação (CHARTIER, 1988, p. 17). Os sujeitos sociais, contudo, não possuem uma postura passiva diante desse processo, visto que as representações não são, de todo modo, unidirecionais. Estes sujeitos estão sempre envolvidos em disputas de significados e representações. Chartier também nos propõe o conceito de “luta de representações” que, em todo caso, nos ajudará a compreender as disputas em torno de significados aos quais os moradores das “vilas de malocas” estavam inseridos. Sobre esse conceito Chartier nos diz:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas – , muito pelo contrário consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1988, p. 17).

O estigma aqui é entendido, conforme Erving Goffman (1988), como uma relação entre atributo e estereótipo, embora ele admita que há atributos que, em quase todas as sociedades, pode levar os indivíduos ao descrédito (GOFFMAN, 1988, p. 13). Esse conceito possui outras características que o tornam ainda mais complexo, entre essas está a noção de que o estigma pode operar sob duas condições: a dos sujeitos “desacreditados” e os “desacreditáveis”. Segundo Goffman:

O termo estigma e seus sinónimos ocultam uma dupla perspectiva: assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do *desacreditado*, no segundo com a do *desacreditável* (GOFFMAN, 1988, p. 14) [Ênfases do original].

Em nosso caso, a condição social dos moradores das “vilas de malocas”, que vem a receber o estigma de “maloqueiros”, servindo como marcador social destes sujeitos, se enquadra no segundo exemplo apresentado, isto é, sob a condição de sujeito “desacreditável”, em que seu estigma atribuído não é perceptível imediatamente, condicionando que ele possa manipular informações a respeito de seu local de moradia, a fim de receber um tratamento mais justo e igualitário, fugindo dos preconceitos postos na sociedade. Sobre a diferenciação entre esses dois grupos e a manipulação de informação, empreendida pelo segundo, Goffman nos sugere que:

A questão que se coloca não é a da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informações sobre o seu defeito. Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para que, como, quando e onde (GOFFMAN, 1988, p. 51).

Desse modo, o restante deste trabalho buscará discorrer sobre o modo com que estes estigmas, operando dentro do campo das representações, estiveram presentes nos textos jornalísticos que discutiam as “vilas de malocas” na cidade e, mais adiante, como eles participaram na construção discursiva sobre o Mato Sampaio.

O editorial do *Diário de Notícias* de 18 de junho de 1948 preocupado com o “problema da habitação” que atingia as grandes e médias cidades no país e chegava, em Porto Alegre, através do “êxodo rural” já levantava, de maneira não tão direta, a discussão sobre as “malocas” na cidade. Segundo o editorial, as dificuldades enfrentadas pela população rural, desassistidas socialmente era tamanha que, o camponês, “analfabeto” e “mal remunerado” não encontrava como possível alternativa, migrar, “ainda que precariamente” para a cidade, passando a morar nas “favelas”, nos “mocambos” ou e no caso de Porto Alegre, nas “malocas” (CRISE DE HABITAÇÕES..., 1948, p. 4). Esse tipo de narrativa que associava o aparecimento das “vilas de malocas” com a vinda de migrantes rurais, como visto no primeiro capítulo, era comum na época, estando presentes nos discursos tanto do poder público municipal, quanto na imprensa.

O *Diário de Notícias* discorreu inúmeras vezes sobre essas relações, quase de causa e efeito, sobre as “vilas de malocas” e o trabalhador rural recém-chegado a capital, dentre elas, destaca-se a história do indígena Lichieri Doble que veio de Lagoa Vermelha para Porto Alegre junto com sua família para reivindicar providências ao governo contra a “exploração daqueles que são vítimas dos brancos” e acabou percebendo as vantagens da urbe “para os que não desejam na vida mais que cachaça, alimento (pouco) e um lugar para dormir” acabaram “passando a integrar o contingente de esmoleiros e marginais” (O INDÍGENA..., 1953, p. 7). A reportagem reforça não apenas a imagem do migrante que vem para a cidade e, sem emprego formal e local para morar acaba fixando residência nas “vilas de malocas”, mas também outra, dotada de uma percepção determinista e racalista, que visando denunciar “o abandono integral que vive nossos aborígenes”, entendia que aquela “família de bugres”¹⁵ frente aos “vícios” presentes na “mais absoluta promiscuidade e miséria” que era o ambiente das “malocas”, perdia uma espécie de “pureza natural” indígena (O INDÍGENA..., 1953, p. 7). Apesar de carregar diversas características para se compreender a interpretação deste periódico sobre o processo migratório, essa configura, contudo, uma reportagem do noticiário policial, reportando um crime ocorrido na madrugada anterior.

O “drama de sangue” tendo como protagonistas Lichieri Doble e um “marginal” desconhecido de “cor branca” havia ocorrido quando o indígena, ao voltar para casa, teria pego sua esposa Maria Jane “em flagrante adultério com o branco” (O INDÍGENA..., 1953, p. 7). Lichieri que admitiu ter cometido o crime “em defesa da honra”, apanhou uma acha de lenha e desferiu três violentos golpes na cabeça do “marginal”, matando-o. Relatado o crime,

¹⁵ O termo “bugre” também é utilizado, em alguns casos, para se referir a miscigenação do indígena com o branco.

a reportagem apresenta uma possível testemunha, o índio João Francisco, tio de Maria Jane que afirma que “não viu nada”. A notícia, entretanto, novamente reforçando uma imagem deturpada do sujeito – repleta de estigma e preconceito para com o indígena e “maloqueiro” – ao expor que João Francisco afirmara estar dormindo, argumenta que este, provavelmente, estava alcoolizado.

Ademais, é possível observar, também, o modo como as relações de gênero são operadas na história narrada pela reportagem, Maria Jane, esposa de Lichieri Doble, só terá o nome mencionado a primeira vez, para identificar o leitor que a possível testemunha (João Francisco) é seu tio. Não menos sintomático é o fato de que seu depoimento ao jornal estará posto em poucas linhas, junto ao depoimento de João, tendo ele mais espaço dentro deste subtítulo – que leva uma frase sua. Ainda sob este aspecto, observamos, através do depoimento do réu ao referir-se sobre seu caso, a estrutura patriarcal e machista, da sociedade brasileira em meados do século XX – cuja estrutura ainda permanece forte atualmente –, na medida em que ele acreditava que o resultado seria favorável por conta do crime ser motivados em razão da “defesa de sua honra”. Além disso, percebe-se, também, através da notícia, uma narrativa sobre o adultério, carregada de juízos morais, que coloca o controle sobre a vida amorosa e sexual das pessoas de conhecimento público.

Assim como a reportagem acima, diversas outras também foram encontradas nas páginas policiais do jornal (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955; CONTINUA A BUSCA..., 1955; SANEAMENTO DO FAMIGERADO, 1957; GRAVE CONFLITO..., 1957; O MALOQUEIRO..., 1958) em todas elas encontramos, cada uma ao seu modo, a repetição das palavras “alcoolismo”, “promiscuidade”, “violência”, “criminalidade”, assim como o emprego dos termos “maloqueiro”, “marginal” ou adjetivos que reforcem a brutalidade de crimes cometidos por estes. Outro exemplo é a reportagem do *Diário de Notícias* de 20 de março de 1963 que recebia o título de “Polícia: ‘Operação Limpeza’ vai acabar com a malandragem” que trazia o depoimento de Armando Prestes Chaves, chefe de polícia, que afirmava: “em breve, estarão praticamente fora de circulação a quase totalidade dos maus elementos que infestam e prejudicam o povo pôrto-alegrense”, afirmando ainda que “para essa tarefa saneadora, já determinei a completa e total mobilização dos recursos materiais e humanos de que dispõe a nossa Polícia” (POLÍCIA..., 1963, p. 10).

Não é preciso uma análise muito aprofundada para perceber que se trata de uma ação policial, em conjunto com as autoridades governamentais (municipal e estadual) para uma “higienização social” da população das “vilas de malocas”. O título “Operação Limpeza” elimina qualquer dúvida a respeito das intenções da polícia. A reportagem ainda informa que

serão utilizados o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)¹⁶ e outros departamentos governamentais para a retirada dos “maus elementos” que rondam a cidade. Além disso, a prefeitura removerá, com o auxílio de caminhões, as vilas que dificultam a captura destes sujeitos tidos como “maus elementos” e “maconheiros” (POLÍCIA..., 1958, p. 10). O discurso social sobre as “vilas de malocas”, como temos visto, tende a reduzi-las, sob diferentes formas, a noções de “promiscuidade”, “miséria”, “criminalidade” e “violência”, dando margem, assim, para a ação do poder público, através de políticas de remoções destas para áreas distantes da região central da cidade. Dessa forma, não se pode descartar, de todo modo, que o objetivo, direto ou não, das autoridades com essa ação noticiada é, de fato, remover as “vilas de malocas”.

Remoções, por sua vez, também foram matérias a serem discutidas em inúmeras oportunidades. O *Diário de Notícias* de 21 de agosto de 1958 noticiava o “ataque frontal contra as malocas da Doca das Frutas e do Porto”, a reportagem afirma que existem nas “malocas” daquela região atividades de comércio irregulares – incluindo até, segundo reportagem, uma churrascaria [sic] –, esses estabelecimentos dariam origem a “episódios sangrentos” e por isto, deveriam ser fechados (ATAQUE FRONTAL, 1958, p. 12). Segundo o relato do engenheiro Raul de Lima Santos, citado na reportagem:

[...] Há inúmeras tendas que se vão instalando dentro da faixa portuária e ali se vende tudo, desde alimentos, geralmente manipulados com a maior falta de higiene, até bebidas, entre as quais sobressai a cachaça. Quando o pessoal de serviço, aglomera-se junto a estas tendas e as bebidas correm livremente. Há aglomeração de homens e mulheres e logo surgem as rixas e desavenças que, não raro, terminam em episódios sangrentos. Estas malocas constituem um problema que deve interessar, igualmente a polícia, a higiene e o proprietário ou usuário da terra que é o Departamento Estadual de Postos, Rios e Canais. (ATAQUE FRONTAL, 1958, p. 12).

Novamente, observa-se a argumentação presente no relato de um funcionário do poder público, publicado através das páginas da imprensa local, condenando a postura dos moradores das “vilas de malocas” e reivindicado, de certo modo, uma “higienização” do local. Ademais, como veremos adiante, quaisquer atividades comerciais ofertadas nas “vilas” logo são vistas de modo depreciativo pela imprensa que as entende como um “torpe comércio” (PRATINI, 1958b) responsável por grande parte das desavenças e conflitos no interior das “vilas de malocas”. Em 1963, na ocasião do iminente despejo dos moradores da

¹⁶ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi um órgão vinculado a polícia civil com funções repressivas, para controle da ordem política e social, operando como uma polícia política, preocupando-se, também, com “questões morais” da sociedade.

Vila Trevo em razão da construção da ponte do Guaíba, o *Diário de Notícias* iria publicar a manchete: “Preferem a miséria e a fome a ter que sair da Vila Trevo”. O local, segundo a reportagem, a Vila Trevo, composta por cerca de 10 mil pessoas, das quais 70% são crianças, seria “palco de tragédias” (incêndios, fome e doenças, etc.) e seus moradores não seriam operários da ponte, mas “marginais” que vivem de “biscates”, alguns, por sua vez, trabalhariam como operários em outros locais, vivendo com um salário mínimo e tendo que sustentar uma grande família (PREFEREM A MISÉRIA..., 1963, p. 3). A solução oferecida pelo Departamento Nacional de Estrada de Rodagem (DNER), a transferência para o Sarandi não foi aceita pelos moradores. Segundo entrevista dos moradores:

A localização dessa área, em zona distante da cidade, sem água, sem luz é o principal motivo alegado. Outros motivos existem, porém, e entre eles destaca-se o fato de serem as mulheres da “Vila Trevo”, em sua grande maioria, lavadeiras profissionais e numa localidade sem água não poderiam exercer seu meio de vida. (PREFEREM A MISÉRIA..., 1963, p. 3).

A reportagem nos permite, em suma, compreender a forma que os moradores percebiam e agiam, frente ao processo de remoções que estavam submetidos. Pode-se perceber a resistência dos moradores da Vila Trevo, sob diversos ângulos, como sugere a reportagem: a) atuação política junto a político, a fim de reverter ação de despejo; b) rebelião em caso de remoção; c) negociação para que sejam ofertadas melhores condições infraestruturais em seu local de destino (PREFEREM A MISÉRIA..., 1963, p. 3). Ademais, a reportagem é exemplar para compreender como as disputas simbólicas sobre as “malocas” e os “maloqueiros” resultavam, também, em disputas materiais – defesas de seus locais de moradia, trabalho etc.

Em 25 de julho de 1963, Sepé Tiaraju Matzenbacker assinava a reportagem “Marginalismo continua a desafiar as autoridades” do *Diário de Notícias* que relatava o problema habitacional de Porto Alegre, o crescimento da população “marginal” na cidade, listando as possíveis causas para o fenômeno (MATZENBACKER, 1963, p. 13). Matzenbacker chama a atenção para a proporção que a população “marginal” assume na cidade, destacando a existência de vilas regulares e irregulares, sendo as primeiras, apenas seis na capital, ao passo que há pelo menos 48 locações irregulares. Ademais, ainda sugere algumas soluções para o “problema do marginalismo” na capital:

O marginalismo é um dos maiores problemas que Porto Alegre enfrenta atualmente e que aí está a desafiar as nossas autoridades. Nada menos do que doze por cento de

nossa população é constituída por marginais, que proliferam dia a dia constituindo um problema cuja solução só será possível mediante o esforço conjugado de todos os poderes públicos e entidades privadas de assistência social (MATZENBACKER, 1963, p. 3).

Segundo Matzenbacker, esse “problema” só seria solucionado mediante “esforço conjugado de todos os poderes públicos e entidades privadas de assistência social”.

A coluna diária intitulada “A Cidade”, escrita por Victorino Andrade Pinto que assinava com a sigla V. A. P. era outro espaço no periódico que se discutia sobre as “vilas de malocas” em Porto Alegre. O colunista, por sua vez, possuía uma leitura deveras conservadora e preconceituosa em relação as “vilas de malocas” e seus moradores. Assim, percebe-se, na coluna publicada em 23 de maio de 1948, quando, na ocasião da remoção de “nada menos do que oitocentas e sessenta e sete malocas” situadas em “vila maloqueira” no prolongamento da avenida João Pessoa, criticava a “demagogia” da municipalidade em permitiu o desenvolvimento de tais “malocas” pela cidade, sendo, agora, muito custoso de removê-las. “Importa isto em dizer que, por não ter diligenciado para evitar o problema, agora a Municipalidade, para solucioná-lo pelo menos em parte, teve que desprender somas que poderiam ter uma melhor, mais justa e mais reprodutiva aplicação” (V. A. P., 1948a, p. 4).

Ademais, V. A. P. direcionaria seu comentário ao que ironicamente denominou como verdadeiro “pátio de milagres”: a “Vila Caiu do Céu” (V. A. P., 1948a, p. 4). Segundo o colunista ela seria talvez “o maior núcleo maloqueiro de todo o Brasil” (V. A. P., 1948a, p. 4). Diante da incerteza em relação a remoções desta e outras “vilas de malocas”, V. A. P. conclui:

Permanecerão, entretanto, dentro da área urbana ainda outras vilas maloqueiras. Não é possível extingui-las, desde logo. A esta conclusão já se chegou e para este mal parece mesmo que, pelo menos por enquanto, não há remédio. Impõe-se, porém, como uma necessidade, constante vigilância em torno das que subsistem. Essa vigilância deve ter como um de seus objetivos impedir que novas malocas apareçam. E, com esta providência, urge tomar uma outra. Consistiria esta em não permitir que, em meio das malocas sobreviventes, possam permanecer as que, ao invés de funcionar como habitação propriamente dita, constituem postos de venda de todos estes líquidos que, a dar crédito, a observação popular, ‘os passarinhos não bebem’. É necessário acabar de uma vez por todas com esses ‘postos de venda’ que têm uma maléfica influencia no meio em que funcionam. E tratemos de extingui-los, não amanhã, mas ainda hoje. (V. A. P., 1948a, p. 4)

Não podendo o poder público “extinguir” rapidamente as “malocas” da cidade, este deveria, por sua vez, estabelecer estrita vigilância sobre essas localidades, impedindo o aparecimento de novas “malocas” e coibindo os “postos de venda” de líquidos que, conforme o ditado popular, “os passarinhos não bebem”, alusão depreciativa à cachaça, posto que estes eram responsáveis pelas mazelas locais e exerciam “maléfica influência no meio em que

funcionam”. V. A. P era demasiado severo com as práticas comerciais e atividades festivas nas “vilas”, não são raros as colunas cujos temas envolvessem tais atividades e suas associações a “vícios”, “vadiagem” e “desordem”.

Em dezembro de 1948, V. A. P. viria por duas oportunidades escrever criticando duramente os costumes dos moradores das “malocas” e suas festividades. Em ambos os casos, contudo, se tratavam de “correspondências enviadas ao jornal” que, curiosamente, vinham ao encontro das opiniões exaustivamente propagadas pelo colunista. Na primeira delas, do dia 1º de dezembro, assinada por A. P. S., pedia a “extinção das malocas”, afirmando ainda que se o justo tiver que pagar pelo pecador, “é melhor, no entanto, que assim aconteça” (V. A. P., 1948b, p. 4). O motivo de tamanha indignação de A. P. S. se dava por conta das festividades de seus moradores vizinhos “maloqueiros” cujos inconvenientes levaram a escrita da carta. Segundo esta:

Só quem sofre diariamente, as perniciosas consequências oriundas da vizinhança dos maloqueiros poderá bem avaliar até onde chegam os inconvenientes que decorrem dessa vizinhança. Estes inconvenientes são ainda maiores aos domingos e dias feriados e muito especialmente a noite. São desordens que se registram, palavrórios que se ouvem, os quais expressam o que de mais repulsivo existe no linguajar pornográfico. Junte-se a isto cantorias, barulhos de cavaquinhos, pandeiros e cuícas e ter-se-á uma esmaecida ideia de quanto pode um núcleo maloqueiro, quando a maior de seus moradores resolve entregar-se ao que chama de diversão e na qual, com sistemática frequência, aparecem as mais ‘eficientes’ bebidas alcoólicas. Sabendo das queixas a que dão causa, hão de dizer, uns para os outros, que os incomodados que se mudem. Na realidade, porém, quem se deve transportar para um lugar mais ajustável a seus desmandos são eles. Por isso mesmo, jamais se deveria ter permitido que erguessem malocas nas cercanias de núcleos residenciais e menos em locais cujo acesso só é possível passando por ruas realmente categorizadas. (V. A. P., 1948b, p. 4).

O excerto acima possibilita que se infira o tom racista e preconceituoso presente na queixa de A. P. S. publicada na coluna “A Cidade”, por V. A. P.. Segundo a coluna, são nas festividades, realizadas nas noites de finais de semana que as “desordens se registram”, “os palavrórios”, com o que de “mais repulsivo” existe no “linguajar pornográficos” se difundem, aliadas a “cantorias, barulhos de cavaquinhos, pandeiros e cuícas”, tudo isso somado as “mais ‘eficientes’ bebidas alcoólicas” que fazem a diversão do “núcleo maloqueiro”. Observa-se a repulsa de quem escreveu o texto com o ambiente popular, sobretudo, com instrumentos característicos da cultura afro-brasileira (cavaquinhos, pandeiros, cuícas). Neste caso, percebe-se que os estigmas se davam de modo interseccional, possuindo não apenas seu recorte de classe, mas também racial. Ademais, pode-se interpretar, com ressalvas, as respostas dadas pelos “maloqueiros” à queixa da crônica como sinais de resistência deste

grupo frente a seus vizinhos, posto que afirmavam que “os incomodados que se mudem”, causando tamanha fúria de A. P. S. que necessitou respondê-los na coluna que “quem se deve transportar para um lugar mais ajustável a seus desmandos são eles”.

No segundo caso, em texto publicado na coluna do dia 29, com a possível autoria de C. X. T., cujo conteúdo era direcionado ao “governador da cidade” [*sic*] e ao “chefe de polícia do estado”, eram, novamente, atacados os estabelecimentos comerciais nas “vilas de malocas” que segundo a coluna, tratam-se de “atrevidas células duma atividade clandestina e ilegal, funcionam como pestilenciais focos de desordem pois para o centro de suas quatro paredes convergem todos os dias elementos desclassificados que nele se reúnem para beber e jogar” (V. A. P., 1948c, p. 4), a linguagem empregada, carregada de palavras que nos remetem a ideia de higienização social das “atrevidas células” onde ocorrem a atividade tida como “clandestina” e “ilegal” seriam o “pestilencial foco de desordem”. A solução ofertada na coluna, segundo suas palavras, “muito mais preventiva do que repressiva”, visava extinguir “de uma vez por todas” estes “estabelecimentos” e tal medida só não seria “bem recebida” por aqueles que “na jogatina, na bebida, na vadiagem, encontram razões supremas da existência (V. A. P., 1948c, p. 4).¹⁷

Por fim, o conjunto de reportagens do *Diário de Notícias*, assinadas por Ruy Pratini, em 1958, intitulado “O drama de nossas populações marginais” pretende discutir sobre as dificuldades enfrentadas pelas “populações marginais” que, aqui, habitam nas “malocas” (PRATINI, 1958a; 1958b; 1958c). Embora as reportagens procurem denunciar as desigualdades sociais existentes na metrópole – criticando a falta de medidas do poder público e o descaso da sociedade –, elas acabavam reforçando os aspectos negativos das “vilas de malocas”, colocando-as frequentemente como locais de “promiscuidade”, “doenças” e “desordem”, essa relação se mostra evidente com o título de sua reportagem de estreia: “Maloca: símbolo vivo de promiscuidade e miséria” (PRATINI, 1958a, p. 12). Os subtítulos desse conjunto de reportagens são bastante descritivos e carregam uma série de características, é o caso deste, que segue: “Aumento espantoso de malocas na Capital do Estado – ‘Mortalidade infantil atinge proporções assustadoras’, registra inquérito médico-social – O trabalhador rural troca a miséria do campo pela vida miserável das malocas nos centros grandes” (PRATINI, 1958a, p. 12). A reportagem que procura investigar sobre o

¹⁷ Por diversos momentos encontramos referências depreciativas na imprensa ao consumo de álcool pelas camadas populares. Além disso, percebe-se o estigma recorrente à “cachaça”, ao “jogo” e aos “botecos”. Sidney Chalhoub (2001) em estudo que pretendia investigar transição para a “ordem burguesa” no Brasil, a partir das classes populares, questionou-se sobre a estigmatização do “botequim”, espaço de sociabilidade das classes populares e do consumo do álcool por este grupo.

aumento do número de “malocas” na cidade, chega a “constatação” que o crescimento das “malocas” na cidade é bastante inferior ao número de “marginais” habitantes das “malocas”, posto que em um pequeno “casebre”, costumam, viver um elevado número de pessoas. Segundo a reportagem:

As condições de miséria e promiscuidade das populações de tais núcleos de ‘malocas’ é de tal ordem que chega a espantar. Em casebres com uma peça apenas, num espaço exíguo de dois a três metros quadrados vivem (dormem principalmente) em muitos casos 7 a 9 pessoas, muitas das quais menores. Um dado interessante (e dramático) é que enquanto aumenta consideravelmente o número de marginais habitantes das ‘malocas’ estas crescem em percentagem bastante inferior. Isso comprova o agravamento das condições de promiscuidade. Um maior número de famílias habita o mesmo número de metros quadrados (PRATINI, 1958a, p. 9; 12).

A superlotação das “malocas” seria, para a reportagem, uma das causas da condição de “miséria” e “promiscuidade” que vivem os moradores das “vilas de malocas”. Observa-se que esse tipo de análise é, de certo modo, determinista, entendendo que o ambiente “pré-condicionaria” os sujeitos sociais que nele estão inseridos.

No dia 6 de julho de 1958, o *Diário de Notícias* publicava a sexta reportagem desta série, cujo título impresso em fonte alta, já oferecia indício sobre o caráter sensacionalista da manchete: “62% - índice de mortalidade infantil em vilas de malocas”, significativa é, também, a legenda da fotografia que acompanha a reportagem que dizia:

Num dos mais impróprios locais de habitação do mundo moderno (as vilas de malocas) registram-se os mais altos e alarmantes índices de mortalidade infantil. Crítica contundente e inapelável ao brutal e desumano regime da discriminação da riqueza em benefício de poucos e em sacrifício de consideráveis parcelas populacionais (PRATINI, 1958c, p. 16)

A legenda acima citada exprime bem o que viria a ser esse conjunto de reportagem sobre as “populações marginais”, ela faz dura crítica ao que constituiria a realidade social desta população – resultada do “brutal e desumano regime da discriminação da riqueza em benefícios de poucos e em sacrifício de consideráveis parcelas populacionais” –, contudo, ao mesmo tempo em que ela crítica esse desigualdade social, o restante da reportagem, por outro lado, reforça a representação das “malocas” como locais de doenças (PRATINI, 1958c, p. 13). O elevado número de 62% de mortalidade infantil anunciado na manchete mostra-se estatisticamente impossível e contradiz os dados comentados anteriormente, que mostram o substancial aumento da população das “vilas de malocas” na cidade.

2.3 – O *Diário de Notícias* visita o Mato Sampaio

O Mato Sampaio por diversas vezes esteve presente nas páginas jornalísticas, no entanto, sua participação se limitou a maior parte das vezes ao noticiário policial que pretendia dar conta de comunicar os “brutais crimes” ocorridos no local e alertar a população para os “riscos” daqueles que lá se “aventurassem” a passar. A pesquisa documental sobre notícias que tivessem como tema o Mato Sampaio possibilitou que se percebesse a recorrência de reportagens que abordassem o local por meio de suas manchetes criminais se mostrou significativa. Além delas, algumas outras, que foram possíveis de serem encontradas, tematizavam a “vila”, de forma “exótica” e “pitoresca” descrevendo-o como “reduto fabuloso de malocas” e criticando, através de juízos morais, o cotidiano de seus moradores. É sobre essas reportagens que nos debruçaremos no restante do capítulo.

O *Diário de Notícias* de 8 de agosto de 1955 pretendia “alertar” a sociedade sobre o surgimento de um novo “cancro”: o Mato Sampaio (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5). A reportagem afirma que a remoção da “famigerada” Doca das Frutas para a nova “vila”, levou para aquele local não só famílias despejadas, mas também “criminosos da pior espécie”, ao passo que lamenta em afirmar que uma “nova Doca das Frutas foi criada” (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5). O termo “cancro”, empregado no título da reportagem é usualmente utilizado para se referir ao “câncer”, sua utilização nos indica a influência que o discurso médico e higienista do início do século XX continuava presente socialmente, sua expansão para a sociologia, por sua vez, remete a ideia que a sociedade é um organismo vivo que pode adoecer por conta de alguns “males”. Assim, o Mato Sampaio e as “vilas de malocas”, de modo geral, eram considerados um “cancro” que deveria ser eliminado para a “saúde” da cidade. Ademais, as relações entre a antiga Doca das Frutas e seu “novo local” ou, segundo as palavras da matéria, “cópia fiel”, no Mato Sampaio continuam no restante da reportagem, na medida em que o jornal continua reforçando as similitudes entre os dois locais. “Foram instalados ali botequins, arapucas, residências de receptadores, tudo juntamente como havia na Doca das Frutas. É temeridade ao próprio policial se aventurar por aquelas ruelas.” (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5).¹⁸

A reportagem “Continua a busca do autor do crime da rua João Alfredo”, de 14 de setembro de 1955 não se trata de um crime cometido nas imediações da Mato Sampaio, contudo, a reportagem se detém em noticiar que os dois suspeitos do crime estão escondidos na “vila” (CONTINUA A BUSCA..., 1955, p. 5). Segundo a notícia, “os policiais estão

¹⁸ As relações entre os moradores da Mato Sampaio com seus novos vizinhos, oriundos da Doca das Frutas, será melhor debatida no capítulo 3.

encontrando dificuldades em localizá-los, pois os dois criminosos conhecem perfeitamente os labirintos de malocas e os matagais”, prossegue afirmando que “as ‘batidas’ da polícia nesses lugares são neutralizadas, pois de longe os meliantes podem ver a ‘canoa’ policial e fogem” (CONTINUA A BUSCA..., 1955, p. 5).

Observa-se que embora o crime tenha ocorrido no bairro Cidade Baixa, distante da “vila”, a reportagem preocupa-se mais em descrever a fisionomia da Mato Sampaio, visto que as autoridades policiais suspeitam que os autores do crime estejam escondidos no local. A afirmação que “os dois criminosos conhecem perfeitamente os labirintos de malocas e os matagais” do local, sugerem que os criminosos sejam moradores do lugar e por isso conheçam perfeitamente sua geografia ou que aquele seja considerado, pelas autoridades policiais, como local, por excelência, onde os criminosos da cidade fogem para se esconder por meio de suas matas.

Essas, evidentemente, não passam de especulações. As informações presentes na reportagem não oferecem indícios que comprovem a veracidade de tais afirmações, contudo, observando a recorrência de reportagens que dedicam preciosas linhas de seu texto em descrever o “labirinto de malocas” e os “matagais” do local ou caracterizá-lo como “verdadeiro paraíso de malandros” (PRATINI, 1958b, p. 16), fazem com que tais especulações façam sentido.

Na edição do dia 1º de outubro de 1957 foi noticiado o grave conflito ocorrido nas imediações do “famigerado” Mato Sampaio, cujo resultado foi o ferimento de três pessoas, sendo que, duas, precisaram ser levadas ao Hospital de Pronto Socorro (HPS) (GRAVE CONFLITO..., 1957, p. 5). Os envolvidos na “cena de sangue” eram Cecílio da Costa Rocha, de cor preta, com 36 anos, casado, estivador, Antonio Rosa da Costa, de cor preta, solteiro, industrial e Setembrino Borba da Silveira, “misto”, com 26 anos, sendo os três moradores da mesma rua no local (GRAVE CONFLITO..., 1957, p. 5). Os motivos da briga são noticiados como “de menos importância”, entretanto, seus resultados finais foram sérios, Cecílio e Antonio tiveram ferimentos graves e foram levados ao HPS onde permaneceriam internados, Setembrino, por sua vez, foi medicado e depois “recolheu-se para sua casa” (GRAVE CONFLITO..., 1957, p. 5).

Observa-se que no conflito supracitado, os três participantes são apresentados racialmente na reportagem, Cecílio e Antonio são identificados como de “cor preta”, já Setembrino como de “cor mista”. No caso de Setembrino, pode-se perceber que não é utilizada a categoria “pardo” ou “mulato” – termos que aparecem em outros documentos, mas, cuja presença nas páginas analisadas se mostrou mais rara. Ressalta-se que, embora

Setembrino não seja qualitativamente classificado pela reportagem como “preto”, como os outros dois envolvidos no conflito, ele também não foi racialmente identificado como branco, nos indicando que sua identidade racial, provavelmente realizada por terceiros, tendia considerá-lo mais próximo a uma identidade racial negra do que branca. Ademais, a reportagem reforça uma imagem racializada das “vilas de malocas”, ao passo que apresenta um conflito envolvendo três moradores negros, outro aspecto presente é a associação deste local e seus moradores (“maloqueiros” e negros) à violência presente nas “malocas”.

No mesmo ano de 1957, o *Diário de Notícias* noticiava no dia 1º de agosto que o Mato Sampaio, a partir daquela data, seria “saneado” por intensa campanha policial (SANEAMENTO DO FAMIGERADO..., 1957, p. 5). Segundo a reportagem o Dr. Renato Souza, titular da 8ª Delegacia de Polícia, do bairro Petrópolis, o comissário Napoleão Pegoraro e demais funcionários daquela repartição, percorreriam o “famigerado” Mato Sampaio, onde “seguidamente ocorrem brigas e conflitos de graves proporções”. (SANEAMENTO DO FAMIGERADO..., 1957, p. 5). A notícia afirma que o objetivo da ação é “coibir as ocorrências desagradáveis que se originam no Mato Sampaio”, para isso, seriam visitados os bares, botequins e estabelecimentos públicos e deter todos que forem “encontrados a tardias horas sem documentos”, só sendo liberados caso consigam “provarem seus meios de vida”. (SANEAMENTO DO FAMIGERADO..., 1957, p. 5). Observa-se, no entanto, que o objetivo da campanha policial era investir contra os moradores do Mato Sampaio, perseguindo-os em seus espaços de sociabilidades e lazer, tomando-os como responsáveis por todos os problemas de segurança existentes no bairro.

Dois anos depois, em 1959, o *Diário de Notícias* que diversas focalizou o problema e apontou o “ninho” da malandragem criado no Mato Sampaio, ao qual “as autoridades encarregadas da extirpação desse foco não deram ouvidos e tudo continua como dantes.” (NO PERIGOSO “MATO SAMPAIO”..., 1959, p. 8). A reportagem que comentava sobre a última ocorrência policial no Mato Sampaio, iniciava seu texto relembrando que o “‘Mato Sampaio’ é o substituto da ‘Doca das Frutas’ na má fama e no ajuntamento de malandros, ladrões e elementos da pior espécie de Porto Alegre. ” (NO PERIGOSO “MATO SAMPAIO”..., 1959, p. 8) Porém, diferente de outras reportagens da página policial que retratavam a “vila” como essencialmente violenta e tomada pela criminalidade, esta, por sua vez, é dúbia em sua mensagem, pois ao passo que ela faz a ressalva de que “não podemos generalizar porque lá residem também muitas famílias de operários modestos que, por sua condição financeira, lá foram morar”, também comenta que “no verdadeiro Mato Sampaio”, os “maus elementos

levantam maloquinhas e transformaram aquela zona num centro de vadiagem e imoralidade”. (NO PERIGOSO “MATO SAMPAIO”..., 1959, p. 8).

Além da imagem da violência e criminalidade que o jornal, em diversos momentos, passava sobre a região da Mato Sampaio, outras, em diferentes ocasiões, também foram acionadas. Em curtíssima reportagem assinada por Allan Kardec Prado, possivelmente outro pseudônimo, no *Diário de Notícias* de 9 de outubro de 1959, era referida sobre a condição de promiscuidade e miséria que seus moradores estavam submetidos. O título “‘Casa da Criança’: Um pouco de esperança para ‘Mato Sampaio’.”, acompanhado pelo subtítulo: “Uma vida onde a miséria também resolveu morar – Distribuição de leite e de ossos com carne – Promiscuidade lamentável entre crianças e adultos – Um apelo”, já evidenciavam o caráter benevolente da ação desempenhada pelo grupo. (PRADO, 1959, p. 1). Contudo, novamente a Mato Sampaio é representada por meio do emprego das categorias “promiscuidade” e “miséria”, além disso, a reportagem compreende a “vila” de maneira fatalista, mesmo que não se refira os “crimes que tão triste fama consagrou o Mato Sampaio”, comenta sobre o “estado deprimente das malocas e o estado penoso em que vivem seus habitantes.” (PRADO, 1959, p. 1).

Esse fatalismo sobre o Mato Sampaio também estaria presente no editorial “A Cidade” de assinatura de V. A. P., supracitado no subcapítulo anterior. O Mato Sampaio, amplamente discutido pela imprensa, poder público e sociedade não estaria de fora do juízo moralista e preconceituoso do articulista que, sob diversos momentos, mostrou-se contrário a presença das “vilas de malocas” da cidade, sugerindo sua “extinção” em mais de uma oportunidade.

No dia 29 de maio de 1956, V. A. P., escreveria:

Espantoso! Nada ter de seu. Nem teto, nem mesa. Nada, enfim. Renunciar voluntariamente a todos esses bens na conquista dos quais homens e mulheres de todas as raças, pertençam aos mais qualificados ou ínfimos degraus da hierarquia social, se exaurem numa luta sem pausa. Vestir-se pobremente. Não contar com alimento seguro, não só de hoje mas também no dia de amanhã. Procurar convenção, não falando, mas com o exemplo continuado posto a cada hora do dia dos olhos dos outros. Levar, sem contaminar-se e mantendo alto e infranqueáveis padrões morais, a vida dos integrantes deste terrificante submundo dos barracos, sórdidos e imundos, dos morros da Guanabara. Aproximar-se deles e dessa gente que aqui nesta Porto Alegre, não vive propriamente, mas vegeta no calamitoso Mato Sampaio e na não menos tristemente famosa Doca das Frutas, onde até a polícia receia entrar mesmo com armas na mão. Estabelecer contato, imune a qualquer risco, com tipos de que Lombroso se utilizaria para por à prova sua doutrina e demonstrar a procedência de suas teorias. (V. A. P., 1956, p. 4).

Observa-se no excerto acima que o acentuado tom preconceituoso do colunista que responsabiliza os moradores das “malocas” pela condição social exercida por estes que “nada

possuíam” e “voluntariamente” adotavam esse estilo de vida. Essa visão fatalista atribuía, em suma, um estado de anomia social aos habitantes do “submundo dos barracos, sórdidos e imundos, dos morros da Guanabara” e que, em Porto Alegre, “vegetavam no calamitoso Mato Sampaio e na não menos tristemente famosa Doca das Frutas, onde até a polícia receia entrar mesmo com armas na mão.” (V. A. P., 1956, p. 4). Não é sem razão que o Mato Sampaio e a Doca das Frutas foram os exemplos utilizados pelo colunista para fazer seu disparo contra as “malocas” e o cotidiano e práticas de seus moradores, estes dois locais, como se percebe pelas reportagens analisadas anteriormente, eram frequentemente discutidas nos jornais da época e, provavelmente, despertavam o medo dos habitantes da urbe. Ademais, ainda sobre esses locais, V. A. P. fazia referência ao italiano Cesare Lombroso, expoente autor da “antropologia criminal”, que procurava estabelecer ligação entre a criminalidade e características físicas e hereditárias (SCHWARCZ, 1993, p. 49), ao argumentar que estabelecer contato com esses locais, era por em prática e validar as teorias desenvolvidas pelo italiano.

Por fim, percorreremos novamente o conjunto de reportagens “O drama de nossas populações marginais” publicadas pelo *Diário de Notícias* de Porto Alegre e assinadas por Ruy Pradini, em 1958, na quarta reportagem da série, intitulada “Maloqueiro ‘de seu, não tem onde cair morto’” (PRATINI, 1958b, p. 16). Essa reportagem se mostra importante de análise, posto que carrega uma variedade de elementos significativos, que “saltam os olhos” de seus leitores e franzem a testa dos historiadores que, em suas pesquisas, depararam-se com este documento.

O seu subtítulo já indica uma série de termos e expressões que podem, sob muitas forças, serem explorados: “Visita pitoresca ao Mato Sampaio, reduto fabuloso de malocas nas proximidades da Capital – Histórias de gente humilde e vencida, à margem do imenso drama do marginalismo nacional – Cachaça: fator de alegria num meio de miséria total.” (PRATINI, 1958b, p. 16). Seu enunciado indica que o leitor se deparará com um “reduto fabuloso de malocas”, local “pitoresco” com histórias de “gente humilde e vencida” que estavam imersas ao “drama das populações marginais” no Brasil (PRATINI, 1958b, p. 16). Embora seu conteúdo “provoque” e, possivelmente, espante seu leitor, causando-o estranhamento com este local “excepcional”, reforçado pelo uso dos termos “pitoresco” e “fabuloso”, ela procura não deixar dúvidas que este se trata do Mato Sampaio e está localizado “nas proximidades da Capital”. Assim como as demais reportagens dessa série (PRATINI, 1958a; 1958c), ela não está preocupada em noticiar os crimes e contravenções ocorridas no local, mas em denunciar a desigualdade social presentes na metrópole que pretendia se “modernizar”. Ademais, o

consumo da cachaça é ressaltado na manchete, sendo ela, “fator de alegria num meio de miséria total”.

A denúncia social, almejada pela reportagem, contudo, não isenta de juízos morais sobre o local e seus moradores, produziria também uma série de estigmas sobre estes, manifestando-se em termos de classe e raça. Assim a reportagem inicia:

MATO SAMPAIO – vila de malocas nas proximidades de Porto Alegre – é um verdadeiro paraíso de malandros. Representa, em matéria de conglomerado humano, a transição entre a toca primitiva do troglodita e a maloca de nossos dias. Se estranha é a paisagem física, mais estranho e impressionante é, porém, o panorama humano. Tôdas as raças do mundo estão ali representadas e fundidas. Seus mestiços, mulatos, curibocas e elementos da mais acentuada pureza racial (que os há certamente) marcam extremos interessantes. Num grupo a gaforinha do negro retinto contrasta com a carantonha alourada de um gigante esfarrapado. De outro lado, um indivíduo de cabelos lisos e extremamente pretos, com os olhos amendoados e feições zigomáticas dá um tom indiático à parceria. Prende a atenção geral a palavra fácil de um velho maltrapilho, de vasta cabeleira branca, nariz aquilino e face regular, autêntico representante físico do velho cerce da raça branca colonizadora. (PRATINI, 1958b, p. 16).

O excerto acima apresenta diversos elementos relevantes de análise como a concepção evolucionista da moradia, representada pela “transição” da “toca primitiva do troglodita” à “maloca de nossos dias” que pressupõe, em certa medida, que a “maloca” é a condição sequencial e linear daquela forma de habitação. Deste modo, vou ao encontro das observações realizadas por Rodrigo Weimer (2018) que considera o texto da reportagem, como tributário de uma “tipologia antropológica evolucionista que identifica na diferença cultural a permanência de etapas evolutivas anteriores, dispostas em uma sequencialidade hierárquica, em relação à sociedade burguesa, tomada como ápice e fim último do desenvolvimento humano.” (WEIMER, 2018, p. 513).

Entretanto, o texto procura destacar a diversidade racial presente naquela “vila de malocas” e “estranhadas” pelo reportar que, segundo a reportagem, “se estranha é a paisagem física, mais estranho e impressionante é, porém, o panorama humano” (PRATINI, 1958b, p. 16). Baseada em uma percepção pretensamente científica, o Mato Sampaio é racialmente visto pela imprensa que o apresenta como local onde “todas as raças do mundo estão representadas e fundidas”, destacando a presença tanto de “mestiços, mulatos e curibocas”, quanto de “elementos da mais acentuada pureza racial” (PRATINI, 1958b, p. 16). É interessante a descrição racial feita pelo jornalista que se valendo de caracterizações fenotípicas, descreveria cada grupo racial presente no local. Observa-se, ainda, uma interpretação presente no imaginário nacional, desde o século XIX – que remete ao “mito das

três raças” na formação nacional, presentes na reportagem através da indicação da existência naquela “vila de malocas” de brancos, negros e indígenas. A sequência da reportagem ainda afirma que:

O preconceito racial, entretanto, não os separa. É que os une a solidariedade nascida na miséria comum. Confraternizaram em torno de um copo de ‘branquinha’ – o uísque nacional dos que não tem recursos. Trilharam caminhos diferentes. Não obstante, uma vida de privações (aceita voluntariamente) os tornou amigos, parceiros pelo menos. Por fim, vieram bater em Mato Sampaio (às portas de um buteco [sic] esburcado, naquele exato momento). É que em Mato Sampaio há lugar para todos. Desde famílias que para lá foram arrastadas por falta inesperada de quaisquer recursos e que ainda mantém uma unidade precária, até os criminosos e amorais de toda a espécie. Bandos de decaídas fazem seu torpe comércio num dos mais sórdidos lugares do mundo. Em fim, Mato Sampaio é nosso. Está localizado um pouco além de Petrópolis, – um dos bairros mais elegantes da Capital... (PRATINI, 1958b, p. 16).

Percebe-se, no trecho acima, a assertiva de que as relações raciais no Mato Sampaio ocorreriam de forma “harmônica”, assemelhando-se, em certa medida, a “democracia racial” proposta por Freyre. “O preconceito racial”, nos sugere a reportagem, “não os separa”, visto que a “miséria comum” os “une” em “solidariedade”. Essa leitura parece, em suma, isentar o Mato Sampaio da existência de conflitos envolvendo os diversos grupos raciais que o habitavam. Entretanto, essa perspectiva se mostra infundada, visto que, como discutido no capítulo anterior, as “vilas de malocas” não só foram racializadas pela imprensa, como também são locais onde podemos perceber o processo de racialização das relações sociais entre os grupos populares, como observadas em estudos recentes (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; WEIMER, 2018). Longe de serem ausentes de conflitos raciais, as “vilas de malocas” configuram importantes locais para apreendermos a forma que o racismo opera dentro de grupos subalternos.¹⁹ Ademais, de forma fatalista a reportagem indica que apesar dos diferentes caminhos trilhados, os diferentes grupos acabaram chegando ao mesmo lugar - o Mato Sampaio – onde “uma vida de privações” aceita de maneira “voluntário” os tornariam companheiros (PRATINI, 1958b, p. 16). Assim, o Mato Sampaio teria “lugar para todos”, desde famílias empobrecidas que foram despejadas de da região central da cidade, quanto por “criminosos” e “amorais de toda espécie” que viriam a “bater nas portas de um boteco” naquela “vila” (PRATINI, 1958b, p. 16).

Esses sujeitos que viriam encontrar no Mato Sampaio, o seu lugar de moradia seriam exemplificados nas figuras de Dona Ofrosina, Seu Cantídio e “Polaco”, três diferentes

¹⁹ O racismo, como sugere Frantz Fanon, é um elemento presente na “opressão sistematizada de um povo” (FANON, 2011, p. 275). Ele é sistemático e estrutural, sendo sua prática não fruto essencial, uma “constante do espírito humano”, mas operado através da cultura, inscrito em um sistema determinado (FANON, 2011, p. 282).

personagens que receberam o marcador social de “maloqueiros”, viriam a dar entrevista para a equipe de reportagem que visitava o local, a fim de conhecer o cotidiano de seus moradores, suas práticas sociais e seus espaços de sociabilidades, para assim registrar as precárias condições de vida destes sujeitos.

A reportagem oferece um pequeno espaço de interlocução para Ofrosina, Cantídio e Polaco que de diferentes maneiras expressam suas percepções sobre as condições de vida no Mato Sampaio. Além disso, podemos perceber, em alguns momentos, o estranhamento dos próprios moradores da “vila” com os repórteres. É assim, por exemplo, que começa o subtópico, escrito em letras maiúsculas: “Maloqueiro não tem nome” (PRATINI, 1958b, p. 11). O trecho se inicia com o comentário do repórter afirmando que de início, não foram bem recebidos no local, “também pudera”, segundo ele, “chegaram em Mato Sampaio acompanhados de uma viatura da Polícia. É que a fama do reduto não é das melhores. Quem se perde em suas vielas tortuosas, pode voltar com vida... mas, nem sempre com a roupa do corpo.” (PRATINI, 1958b, p. 11).

A “distância” entre o repórter e fotógrafo com o grupo de “maloqueiros” só foi encurtada após inúmeras tentativas onde depois de “uma rodada de cachaça e farta distribuição de cigarros” foram surgindo, conforme reportagem, “retalhos de conversas”, em uma “linguagem quase incompreensível”. (PRATINI, 1958b, p. 11). Observa-se, neste ponto, que a representação sobre o Mato Sampaio realizada pela reportagem reforça uma noção de estranhamento com o local e seus habitantes, para a equipe de reportagem a linguagem utilizada naquela “vila” lhes eram estranhas, quase “incompreensíveis”, como se tratassem de países distintos. Além disso, é nesse trecho que nos são apresentados os entrevistados: Ofrosina nos é apresentada pela reportagem como “uma velha bugra (a Paraguaia)”, com a “fisionomia que representa a própria máscara da miséria e do sofrimento” que indagava: “esses ‘estranja’ donde saíram?” (PRATINI, 1958b, p. 11). Seu questionamento, logo é intercalado por Cantídio que lhe afirma: “Os moços vieram com os ‘tiras’ mas são ‘boas praças’.” (PRATINI, 1958b, p. 11).

A representação que a reportagem faz de Ofrosina, categorizando-a racialmente como “velha bugra” fazendo alusão a sua possível ascendência indígena e considerando-a como “máscara da miséria e sofrimento” é fortemente preconceituosa e revela aspectos psicossociais da branquitude. Segundo Lia Schucman (2014, p. 112 - 120) os “padrões de beleza” impostos em nossa sociedade, tendem a tomar características estéticas brancas como “belas”, “estéticas”, “padrão” ao passo que as de outros grupos não-brancos são considerados como “feios”, é o que parece ocorrer com a representação de Ofrosina pela equipe de

reportagem. Os estigmas, neste caso, se mostram não apenas por meio da classe, mas também de gênero e raça.

Por fim, duas interlocuções realizadas primeiro por Polaco, segundo por Cantídio, que se mostram significativas de reflexão. Observa-se que dos três entrevistados, Polaco é o único que não tem seu nome registrado pela equipe de reportagem, isso não ocorre sem razão. Após inúmeras indagações, por parte da equipe de reportagem, sobre seu nome, ele exclama: “Tu para [...]. Maloqueiro não tem nome. Pode chamar de maloqueiro mesmo. Que importa ‘nome’?” (PRATINI, 1958b, p. 11). Essa exclamação é logo seguida por outra, proferida, por sua vez, por Pedro Cantídio Silveira da Rosa, um “velho boa prosa”, que sendo indagado sobre seu passado comenta: “Moço, o passado dum [*sic*] homem passou. Que adiante saber se houve dias melhores? [...] O meu ‘faixa’ (amigo) Polaco tem razão. Maloqueiro não tem nome. Não tem passado. Não tem nada. ‘Maloqueiro não tem onde cair morto’.” (PRATINI, 1958b, p. 11).

Essas duas interlocuções encerram esse capítulo, pode-se observar através delas que as falas de Polaco e Cantídio veem a reforçar uma imagem estigmatizante sobre os “maloqueiros”, desprovida de elementos simbólicos e materiais, formadores de identidades sociais. Não sabemos ao certo se suas falas não foram “manipuladas” pela equipe de reportagem, para vir ao encontro do proposto pela reportagem, contudo, a forma que foram expostas reforçam uma ideia fatalista e de anomia social, posto que os “maloqueiros” seriam desprovidos de nomes, passado e moradias.

Capítulo 3 – Ary Veiga Sanhudo e suas representações sobre o Mato Sampaio

Esse capítulo tem o objetivo de analisar as representações sobre o Mato Sampaio realizadas em diferentes momentos e espaços por Ary Veiga Sanhudo, escritor, jornalista, vereador porto-alegrense e importante personagem deste capítulo. No período em que foi edil na Câmara Municipal de Porto Alegre esteve envolvido, por diversas vezes, em projetos e discussões que envolviam as “vilas de malocas”, em especial a Mato Sampaio. É de sua autoria, também, o projeto de lei que oficializa e delimita espacialmente os bairros da capital. Além de sua atuação política, nossa personagem também escreveu uma série de crônicas para jornais, em que – envolvido com o projeto dos bairros –, narrava histórias, descrevia cenários e paisagens, enaltecia as belezas urbanas promovidas pela modernidade e, também, as criticava, às vezes com saudosismo da antiga cidade que começava a se perder, outras denunciando a presença da pobreza urbana concomitante ao processo de urbanização.

Nos dois casos, tanto na sua atuação política, quanto em sua crônica jornalística, Sanhudo abordou o tema das “malocas” e, discutindo a respeito delas, acabou por direcionar a elas estigmas e estereótipos. Pretende-se observar como esses predicados sociais sobre o Mato Sampaio foram representados por Sanhudo em seus discursos parlamentares e também em sua crônica. Assim, através dessa articulação, procura-se investigar como o estigma opera dentro do discurso; contudo, é necessário ressaltar que não se pretende realizar uma análise de discursos, mas utilizá-los para identificar estigmas e representações sobre o Mato Sampaio.

3.1 – O estigma nos discursos parlamentares de Ary Veiga Sanhudo

Advogado, político, jornalista, escritor e memorialista, essas são algumas caracterizações possíveis de serem feitas a Ary Veiga Sanhudo. Chegou a hora de conhecermos um pouco mais sobre a personagem deste capítulo. Apesar da reconhecida atuação política, em âmbito municipal, na década de 1950 e sua contribuição, apontada por Charles Monteiro (2006) na produção social da memória de Porto Alegre, sendo um destacado nome, na década de 1960, publicando diversas crônicas sobre a cidade (MONTEIRO, 2006, p. 331 – 332), não dispomos de maiores informações sobre sua trajetória política e social. As poucas informações que foram possíveis de se recolher sobre sua atuação política estavam presentes na apresentação do segundo volume de sua obra *Porto Alegre – Crônicas da Minha Cidade* (1975) e no levantamento realizado por Aldovan Moraes (2011), realizado através do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), que contém discursos parlamentares extraídos das atas da Câmara de Vereadores e reportagens de jornais,

relacionadas às habitações populares, entre elas às “vilas de malocas”. Além destas, algumas informações foram obtidas através de *sites*. No levantamento, citado anteriormente, encontramos a participação política de Sanhudo, como vereador de Porto Alegre e também seus discursos e reivindicações referentes ao Mato Sampaio.

Sanhudo foi, por duas oportunidades, vereador da cidade, sendo a primeira pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no período de 1952 a 1955, e, posteriormente, de 1956 a 1959, pelo Partido Social Progressista (PSP).²⁰ Foi em seu segundo período de magistratura que apresentou seu projeto de lei que pretendia regulamentar os nomes de bairros da capital e seus limites espaciais. Ele ressalta, porém, a dificuldade enfrentada pelo projeto que encontrou resistências, sendo necessária muita luta para sua aplicação.

E tal como viria a proceder anos mais tarde, com o famoso Projeto da Saudade, inaugurei uma campanha sem tréguas, por todos os meios que a imprensa da nossa cidade deixou ao meu alcance. Fiz discurso de todo tamanho e tom. Realizei conferências para quantos me convocavam ou convidavam. E fui para as colunas da Folha da Tarde, esse benemérito órgão de todas as causas nobres da nossa Capital, e escrevi em defesa do projeto da oficialização e delimitação dos bairros de Porto Alegre nada menos que duzentas crônicas, analisando, historiando e encarecendo a necessidade da sua implantação (SANHUDO, 1975, p. 76).

Sanhudo argumenta que foi necessário levar essa discussão para a sociedade, seja por palestras e conferências, seja por meio de crônicas publicadas na imprensa, importante aliada na divulgação de suas ideias, cuja circulação envolvia diversos setores da sociedade, possibilitando, assim, que o projeto viesse a ter êxito. Assim, após embates na Câmara de Vereadores e intenso trabalho de divulgação e defesa do projeto – culminando na escrita de, mais ou menos, duzentas crônicas –, foi aprovada a Lei nº 2022, de 7 de dezembro de 1959, dando nome aos bairros da capital e delimitando-os (SANHUDO, 1975, p. 76 – 77).

A aprovação da lei não seria o único resultado de todo esse processo. As crônicas publicadas originalmente pela *Folha da Tarde*²¹, formavam, em seu conjunto, importante material ensaístico sobre a história e memória de Porto Alegre, que viriam a ser reunidos, compondo livro publicado em dois volumes. Como afirmado por Sanhudo: “e de lambuja ainda, posso dizer, resultaram estas ‘mal alinhavadas’ crônicas, que, mais tarde buriladas e preparadas convenientemente, deram este volume e o outro – *Porto Alegre – Crônicas da*

²⁰ Conforme Almanaque Zero Hora. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/pdf/17289180.pdf> <Acesso em 15 set. 2018>

²¹ Em 1936, Breno Caldas então diretor e proprietário do *Correio do Povo*, lançava o jornal vespertino *Folha da Tarde*. A *Folha*, com tamanho menor, possuiria também um caráter mais popular do que o tradicional *Correio do Povo*, encontrando desde o começo grande receptividade por parte de seu público leitor (STRELOW, 2010). Por conta da crise financeira que atingiu a rede, em meados da década de 1980, o *Correio do Povo* assim como a *Folha da Tarde* deixou de circular em 1984 (STRELOW, 2010).

Minha Cidade. Obra em dois volumes sobre coisas da nossa cidade” (SANHUDO, 1975, p. 77). O historiador Jorge Barcellos ressalta que esse projeto literário empreendido por Sanhudo é também político, visto que as publicações dos dois volumes de sua obra ocorriam junto a políticas públicas em torno da cidade e sua urbanização.²²

As crônicas, porém, serão mais discutidas em outro momento, nos subcapítulos posteriores. Nesse momento, será analisada a participação política de Sanhudo em relação à vila Mato Sampaio e a forma com que os estigmas aparecem em seus discursos parlamentares. Essa análise, ocorre de forma qualitativa, isto é, pretende investigar aquilo que é singular e distintivo, possibilitando que sejam compreendidas as representações sociais sobre o local e seus habitantes.

Os conceitos de representação e estigma, como vistos no capítulo anterior, também serão utilizados em diálogo ao longo deste capítulo. É possível perceber uma complementaridade entre esses conceitos, na medida em que os estigmas operam no campo das representações e, em todo caso, também estão inseridos em disputas de significados. Deste modo, eles auxiliaram a compreender sobre o modo com que adjetivações negativas ligadas a “desordem”, “promiscuidade”, “miséria” e “criminalidade” estavam postas no discurso parlamentar de Sanhudo e também dentro dos conteúdos presentes em sua crônica, como podem ser vistas nas páginas que se seguem.

Em agosto do mesmo ano de surgimento da Mato Sampaio, Sanhudo já vinha a Câmara de Vereadores de Porto Alegre requerer construção de “guarita para servir de Destacamento Policial” e a instalação de “um corpo de brigadianos a fim de fazer o policiamento no referido local”, ressaltando que a região estava recebendo “malocas” da Doca das Frutas, Vila Seca, Campo de Polo e Novo Cais, que estavam sendo removidas da região central e, com isso, estavam levando o “jogo” e a “desordem” ao novo local (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 13/08/1953 apud MORAES, 2011, v. 1, p. 590). Sanhudo ainda adverte que “malandros que foram junto com as malocas para o Mato Sampaio já estão cometendo assaltos, roubos e estupro” e por isso, torna-se necessário que se cumpra sua reivindicação de instalação de um posto da Brigada Militar no local (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 13/08/1953 apud MORAES, 2011, v. 1, p. 590) e que o Mato Sampaio estaria destinado, com o tempo, a se tornar uma vila de “incalculáveis proporções” (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 13/08/1953 apud MORAES, 2011, v. 1, p. 590). É possível observar que o discurso do vereador estabelece relação direta entre a chegada dos

²² Texto escrito por Jorge Barcellos, na ocasião do centenário de Ary Veiga Sanhudo. Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/o-centenario-de-ary-veiga-sanhudo/> <Acesso em: 23 set. 2018>

novos moradores e o aumento da criminalidade na região. Essa interpretação era, de certo modo, aceita pelos antigos moradores da região que, não obstante, desde o começo, tencionaram com seus novos vizinhos (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Observa-se que a solução oferecida pelo vereador para os conflitos sociais na região se dava por meio da repressão policial dos moradores. Suas observações, ao solicitar uma guarita, explicitam a formação de um “gueto” que deveria ser mantido sob vigilância constante. Esses conflitos seriam narrados por Sanhudo (1975) em crônica homônima a região, cujo conteúdo será analisado em subcapítulo posterior.

A vinda de novos moradores para a região não acompanhou uma melhoria direta na infraestrutura local. O que ocorria, muitas vezes, era apenas a remoção de uma área para outra, sem ofertar oportunidades de melhorias de vida, com acesso a infraestrutura básica para habitação. Esse é o caso da vinda dos habitantes da Doca das Frutas para o Mato Sampaio, cujo poder público e imprensa, na época, se “espantaram” com as similaridades entre as duas “vilas”. Como apresentado em Klafke, Weimer e Furini:

É de se questionar se poderia ter sido diferente, já que os moradores, ao invés de terem tido acesso a oportunidades, foram jogados em lugar distante e ermo, e os preconceitos contra eles, reiterados. Ademais, é irônico notar que os administradores povoassem o Mato Sampaio, sem infraestrutura básica, com moradores da Doca das Frutas, e que a imprensa se espantasse com a similaridade entre as “vilas” de origem e destino (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Em julho de 1954, Sanhudo denunciava, por duas vezes, os problemas que a ausência de infraestrutura resultava para a região. Na primeira delas, na sessão do dia 1º de julho de 1954, relatava que a Mato Sampaio, em apenas um ano, já possuía cerca de 250 casas, somando mais de mil habitantes (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 1º/07/1954 apud MORAES, 2011, v.1, p. 591 – 592). Apesar das reivindicações feitas para conseguir as melhorias físicas e estruturais no local, o magistrado lamenta o desenvolvimento do comércio na região, que se preocupava apenas em “explorar” a população pobre e levar o “alcooolismo” e “desordem” ao Mato Sampaio. Assim, Sanhudo afirma que:

Pois bem, hoje tem nada menos de 5 botecos, 5 vendinhas, 5 armazéns e 5 tendinhas, para vender, principalmente, cachaça, que vivem explorando aquela população pobre e roubando aqueles infelizes de maneira vergonhosa, da maneira mais escandalosa. Todas elas vendem cachaça, deixando depois que aqueles elementos, depois de bêbados, provoquem toda sorte de desordeiros (MORAES, 2011, v. 1, p. 591 – 592).

O fragmento citado acima, retirado do discurso de Sanhudo, estabelece uma visão que será recorrente em seus discursos e textos, e que, de certa forma, também se fazia presente na sociedade porto-alegrense, que associava não apenas os moradores do Mato Sampaio, mas todos os “maloqueiros” da cidade como “bêbados” e “desordeiros”. Essas visões, como veremos depois, não se manifestavam apenas no plano simbólico, elas também produziam efeitos materiais sobre as vidas dessas pessoas.

Na sessão da Câmara Municipal do dia 13 de julho, Sanhudo relembra que seus pedidos de posto policial e pavilhão escolar ainda não foram atendidos e ressalta as condições da “vila”. “No seu início a vila tinha um ‘buteco’ e agora tem mais de cinco, vendem cachaça. As ruas da vila são intransitáveis devido ao barro, finaliza. O jogo do osso, também conhecido como tava e como taba, é praticado em cancha, esta conhecida como cancha de osso” e que “durante os sete dias da semana crianças com oito, dez ou dezesseis anos, de dia e na rua, jogam osso e bamba e bebem cachaça junto com os adultos” (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 13/07/1954 apud MORAES, 2011, v. 1, p. 592). Percebe-se, novamente, a fixação de Sanhudo em relação ao “jogo” e o “álcool”, neste caso a “cachaça” que era, e atualmente continua sendo, uma bebida fortemente estigmatizada, quando consumida pelas camadas populares. Essa preocupação, contudo, não é exclusiva do vereador e também não está direcionada apenas ao Mato Sampaio. Como observado em Klafke, Weimer e Furini (no prelo) as “vilas de malocas”, em geral, eram estigmatizadas como locais marcados pela “promiscuidade” e “desordem”, sendo estes atributos, depois, utilizados como pretexto para suas remoções.

O pedido de construção de pavilhão escolar, acima referido, data da sessão de 15 de dezembro de 1953, o vereador encaminha pedido de providências requerendo a construção de um pavilhão que sirva como escola para as crianças do Mato Sampaio que, segundo Sanhudo, já conta com trezentas “malocas” removidas de diferentes locais da cidade (Doca das Frutas, Campo de Polo, Coreia e Dona Teodora), possuindo o “número de 100 crianças em idade escolar” (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 15/12/1953 apud MORAES, 2011, v. 1, p. 591). Esse pedido, contudo, não seria atendido pelo poder público, visto que nos dois anos que se seguiram foi possível observar a recorrência do requerimento. Além disso, o vereador, por vezes, denunciou as precárias condições de vida, aos quais as crianças da “vila”, estavam submetidas. A ausência de escola na região ainda mostrava-se um problema em 1955, quando, novamente, foi solicitada a construção de pavilhão escolar na vila Mato Sampaio que continuava crescendo com a vinda diária de “malocas” de diferentes regiões como a DTO, Eucaliptus, Ilhota, Dona Teodora, Santa Luzia, entre outras (ANAIS DA

CÂMARA DE VEREADORES, 02/06/1955 apud MORAES, 2011, v. 1, p. 594). Durante o discurso, o vereador mais uma vez ataca o que seria a proliferação de “botecos” na região, onde se desenvolveria o “jogo” como num dos lugares “mais abandonados do mundo” e diz, ainda, que no Mato Sampaio as “crianças jogam, bebem, fumam e perambulam pelos becos” (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 02/06/1955 apud MORAES, 2011, v. 1, p. 594).

Por fim, em 1955, Sanhudo novamente ressalta que seu pedido de policiamento na região, feito ainda em 1953, não havia sido atendido e que a região do Mato Sampaio era “o reduto de todos os malandros, meretrizes e elementos dos mais desqualificados que existem em nossa cidade, que encontram ali possibilidades para o seu ‘habitat’” (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 25/07/1955 apud MORAES, 2011, v. 1, p. 594). Contudo, embora ele ainda ressalve que “nem todos os habitantes são bêbados e vagabundos” (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 25/07/1955 apud MORAES, 2011, v. 1, p. 594), a representação que é feita e reforçada por Sanhudo sobre o Mato Sampaio acabará, quase sempre, por levar em consideração apenas os aspectos negativos e generalizantes sobre a “vila”. Por mais que ressaltasse que nem todos os moradores fossem “bêbados” ou “vagabundos”, a representação que o vereador fazia do Mato Sampaio era deveras generalizante e estigmatizadora, na medida em que, por diversas vezes, eram atribuídos péssimos atributos a esses moradores.

Os discursos parlamentares, parcialmente analisados neste subcapítulo, possibilitam que se apreendam a forma com que os estigmas, por meio de representações feitas pelo então vereador, se faziam presentes nestes. Parte de seus discursos parecem ter sido adaptados, posteriormente, em sua crônica sobre o Mato Sampaio. Entretanto, é necessário frisar que existe uma diferenciação de intencionalidade de Sanhudo entre seus discursos na Câmara de Vereadores e a crônica escrita em jornal de grande circulação. O primeiro é destinado aos demais vereadores e possível público presente em sessão da Câmara; o segundo, por sua vez, estava destinado a atingir um público mais amplo, uma vez que era a intenção de Sanhudo que suas crônicas repercutissem na sociedade porto-alegrense, a fim de levar a cabo seu projeto de lei que denominava e delimitava os bairros da capital. Esses discursos de Sanhudo, no entanto, não foram aceitos passivamente pelos habitantes do Mato Sampaio que se apropriavam destes e, por muitas vezes, os resignificavam e os confrontavam. Assim, embora essas apropriações dos sujeitos sociais não seja objeto de pesquisa, essa ressalva é importante para compreender que as representações e estigmas não operam unilateralmente.

3.2 – Entre a Colônia Africana e a Coxilha do Forte: Porto Alegre através das Crônicas da Minha Cidade

Depois de analisar a atuação política de Ary Veiga Sanhudo, durante seus mandatos parlamentares na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, suas ações, reivindicações e discursos referentes as “vilas de malocas” e seus habitantes e sua atenção especial ao Mato Sampaio, cujos discursos parlamentares possibilitaram nossa percepção sobre a forma com que os estigmas, operando dentro do âmbito das representações, se faziam presentes, é chegado o momento de analisar como esses dois conceitos, cruciais para este trabalho, apareciam nas crônicas escritas por Sanhudo.

Assim, este subcapítulo irá se concentrar a analisar como outras localidades da Capital (Colônia Africana, Maria da Conceição e Coxilha do Forte) foram representadas pelo escritor. Esses locais foram escolhidos – em meio a variadas crônicas sobre bairros, ruas e parques –, por conta da sua significação com o presente trabalho. Os dois primeiros lugares constituem territórios formados por uma população pobre, estigmatizada e marginalizada socialmente, sendo possível perceber as representações, realizadas por Sanhudo, sobre estes locais. A Coxilha do Forte, por sua vez, embora não se configure como uma região pobre da cidade, sua história é intrínseca a do Mato Sampaio.

Situada na região que faz divisa dos atuais bairros Bom Fim e Rio Branco, a Colônia Africana foi um território negro formado por volta da época da abolição, onde famílias de ex-cativos se estabeleceram (ROSA, 2014, p. 161). Sanhudo escreve sobre a Colônia Africana em momento posterior a sua remoção da região, quando esta já possuía novos moradores e nova nomenclatura, como nos dá a entender no começo do texto: “A Colônia Africana teve a sua época, movimentada e temida. Hoje ela é oficialmente o miolo do moderno bairro Rio Branco” (SANHUDO, 1975, p. 113). As mudanças na região são contadas pelo cronista, quando contrasta o “moderno” e “urbanizado” bairro com o antigo local, representado de maneira pejorativa.

A região agora apresenta bom aspecto. [...] Atualmente é um bairro moderno e urbanizado, mas ainda até bem pouco tempo era um lugar perigoso e infestado de desordeiros. [...] Eu o conheci no tempo dos largos valos e das vicejantes macegas. Era um lugar de meter medo! De dia, muito pouca gente se atrevia a percorrer essa urbanizada rua Liberdade, porque, de noite, a região era domínio indiscutido de alta malandragem que vinha da bacia do Mont’Serrat, do outro lado, e sitiava a praça para melhor farrear. E quem ia lá? (SANHUDO, 1975, p. 114).

É possível observar o caráter depreciativo das representações que são feitas por Sanhudo sobre a Colônia Africana quando adjetiva o antigo local como “lugar perigoso e infestado de desordeiros”, “um lugar de meter medo” e “região dominada pela alta malandragem” que vinha da bacia do Mont’ Serrat que tinha também forte presença da população negra. Os termos “bom aspecto” e “infestado” empregados pelo cronista, expressam a ideia de que a higienização social feita na região ocorreu de forma positiva. Essas imagens reproduzidas na crônica sobre a Colônia Africana estavam em sintonia com o discurso social que circulava, durante as primeiras décadas da República, de que a região era sinônimo de “imoralidade”, “desordem” e “criminalidade” e a solução para essa situação era a retirada dos moradores daquela área. Segundo Cláudia Mauch, a imagem construída pelos jornais sobre a Colônia Africana a apresentavam como “antro de vagabundos, desordeiros, assassinos e gatunos; local de perigoso trânsito à noite; desafio à autoridade policial e vergonha para a cidade” (MAUCH, 2004, p. 86).

A preocupação com as imagens construídas sobre a Colônia Africana também aparecem em Eduardo Kersting (1998), cuja dissertação de Mestrado em História, importante estudo de referência sobre a região, se preocupa em estudar a Colônia Africana através das representações que eram criadas pela modernidade urbana em Porto Alegre, na virada do século XIX para o XX, e como elas interviam para a exclusão social da população negra que ali habitava (KERSTING, 1998, p.8). Segundo o autor:

a imagem negativa que se estabeleceu sobre a Colônia Africana é vista aqui como uma representação social excludente, que estigmatizou, isolou e por fim dissolveu aquela comunidade, através de uma reincidente publicidade das ações ali cometidas e classificadas como crimes. Essa classificação, por outro lado, parece reafirmar as considerações da época sobre as ligações intrínsecas entre, de um lado, a ociosidade, a pobreza, o determinismo da raça e o do meio, e, de outro lado, as razões para a prática do crime (KERSTING, 1998, p. 142).

Deste modo, como destacado no fragmento acima, essas representações sociais excludentes, ao qual o texto de Sanhudo se ancora, reproduziam e, muitas vezes, produziam estigmas sobre a região, cujo fim, era a marginalização desta população e posteriormente sua remoção. Sanhudo reforça e atualiza um estigma que tem um histórico, e que está associado diretamente ao término da escravidão e às disputas sociais formadas no pós-abolição.

A Maria da Conceição é outra localidade presente nas crônicas do político e escritor. “Temerosa vila de malocas”, como descrita por Sanhudo (1975, p. 128), a crônica procura contar “a triste história do lugar. Pois ela parece obedecer uma fatalidade insondável” (SANHUDO, 1975, p. 128). A trágica história em questão seria a do assassinato de Maria

Degolada, história bastante difundida no imaginário popular e amplamente divulgada pelos meios de comunicação, que estabeleceram, assim, uma espécie de “mito de origem” do local (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Além da “trágica história” narrada pelo cronista, alguns outros aspectos do texto merecem uma atenção especial. É o caso do começo do texto, que nos diz:

É uma vila marginal da cidade. Lá está, no alto do antigo Morro do Hospício, espelhada pelas veredas do outeiro, preguiçosa e desleixadamente, como uma povoaçãozinha perdida nesse mundo vertiginoso da grande e desapiada cidade. É um produto da nossa civilização! E lá, na agonia indiferente da própria vida marginal, esse núcleo de malocas improvisadas vegeta na desdita dos seus escassos andrajos (SANHUDO, 1975, p. 128).

É possível perceber, através da citação, a forma como a região é caracterizada. Logo na primeira frase é dito que a Maria da Conceição se trata de “uma vila marginal da cidade”, localizada na região do antigo Morro do Hospício, onde “como uma povoaçãozinha perdida” em um “mundo vertiginoso da grande e desapiada cidade”, um “produto da nossa civilização”. Passa-se, assim, a impressão que a Maria da Conceição por “preguiça” ou “desleixo” parece não fazer parte da Capital, não aceitar a “modernidade urbana” que Porto Alegre atravessou, entre o fim do século XIX e primeira metade do século XX. Contudo, embora a crônica ainda critique, em todo caso, esse processo de transformações urbanas, ela acaba por responsabilizar os moradores da Maria da Conceição por sua condição de vida, conferindo-os um estado de “anomia social” quando diz que sob “agonia indiferente da própria vida marginal, esse núcleo de malocas improvisadas vegeta na desdita dos seus escassos andrajos”.

Sanhudo também reserva algumas páginas para falar sobre a Coxilha do Forte que, segundo o autor, trata-se de um local histórico, cujo nome “deve ter nascido naqueles dias incertos da Guerra dos Farrapos” (SANHUDO, 1975, p. 150). Situada na região do atual bairro Bom Jesus, esse local depois viria a se tornar, em meados do século XX, a vila Mato Sampaio. Essa história, porém, é contada com tristeza e indignação pelo cronista.

Conforme Sanhudo (1975, p. 150 - 151), no início do século XX, havia o interesse do governo estadual, sob liderança política de Borges de Medeiros, de construir uma estrada de ferro que ligasse Porto Alegre à São José do Norte, passando pelo município de Viamão. Essa linha férrea, contudo, atravessaria a Coxilha do Forte, então pertencente, como sugere Sanhudo, ao Dr. Luiz Sampaio Filho, prestigiado médico sul-rio-grandense que se opôs a construção.

Bem, esse tal Sampaio, ao ver que dita estrada de ferro ia passar por cima das suas terras, fez toda a sorte de exigências possíveis e impossíveis. E quando viu que não alcançava a importância exigida, resolveu opor toda a sorte de obstáculos e embaraços à obra. Daí que, quando começaram verdadeiramente os trabalhos de abertura da estrada, impetrou, como legítimo proprietário que era, um recurso judicial que embargou definitivamente todo o andamento em curso (SANHUDO, 1975, p. 151).

A oposição do Dr. Sampaio teria sido a razão para que a obra não se concretizasse. Sanhudo dedica algumas linhas de sua crônica para criticar a atitude “absurda” do proprietário que só foi possível “num tempo em que a liberdade e democracia significava exclusivo interesse pessoal. Isso foi a infância da nossa República” (SANHUDO, 1975, p. 151). O cronista ressalta, ainda, que isso havia mudado e, atualmente, o interesse coletivo se sobressaía ao privado. “Felizmente, em nossos dias, esta mentalidade foi banida e o interesse coletivo sobrepairá ao privado, para o gozo, satisfação e melhor utilização das coisas que Deus dá aos homens e o Estado deve tutelar” (SANHUDO, 1975, p. 151). Por fim, Sanhudo lamenta que quem acabou perdendo com a “fraca força desapropriatória do Estado” foi a própria coletividade que não teve nenhum melhoramento naquela região, vendo apenas surgir “pobres e míseras malocas” (SANHUDO, 1975, p. 151). Essas “pobres e míseras malocas”, apresentadas pelo cronista, viriam a formar a Mato Sampaio que já é brevemente apresentada ao público no fim dessa crônica.

O Mato Sampaio, contudo, parece ter recebido atenção especial, por parte do cronista, que se dedicou a escrever um longo texto sobre o local, cujo seu conteúdo será analisado no próximo subcapítulo.

3.3 – “O Mato Sampaio”: Representações, estigma e estereótipo na crônica de Sanhudo

Nos subcapítulos anteriores, foram vistos a atividade política de Sanhudo, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em questões que envolvessem a Mato Sampaio sendo possível perceber a forma que o estigma operava através dos discursos do magistrado; também foi apresentada e analisada algumas de suas crônicas – resultadas de intenso trabalho de escrita e reunidas, posteriormente, em livro publicado em dois volumes –, que contavam histórias sobre outros lugares da cidade, a fim melhor conhecer seu conteúdo e também observar o modo que a pobreza urbana era representada em suas páginas. Assim, este subcapítulo é, de certo modo, continuação do anterior, onde as crônicas apresentadas ofereciam um possível prelúdio para a crônica do Mato Sampaio. Será procurado observar a forma que Sanhudo não só apresentou o local, entendendo que esse texto foi redigido para a leitura de grande público,

mas também como a crônica reproduziu e criou representações sociais sobre o Mato Sampaio, conferindo predicados sociais estigmatizantes e estereotipados sobre seus moradores.

De certo modo, o Mato Sampaio já era apresentado na crônica em capítulos anteriores, especialmente, naquele em que o cronista se refere à Coxilha do Forte. Essa relação entre o antigo local e o Mato Sampaio é reestabelecida logo no começo da crônica que leva o título deste último, onde segundo Sanhudo:

O negócio é o seguinte: sobre essa Coxilha do Forte que descrevi na crônica anterior, nesse suave declive que vai se perdendo aí para os lados do Arroio Dilúvio, precisamente na sua direção nordeste, num escabroso vale de águas turvas, encontra-se o famoso mato que deu nome ao lugar ao ser somado com o do seu egoísta proprietário – O Dr. Sampaio! [...] É um sítio de indescritível paisagem. Panorama no horizonte e miséria inominável diante dos pés. É um mundo difícil de imaginar! (SANHUDO, 1975, p. 152)

Percebe-se, no excerto acima, que embora o cronista ressalte que o Mato Sampaio se trata de “um mundo difícil de imaginar”, ele, como será visto ao longo do texto, não mede esforços narrativos e literários para construir uma representação sobre aquela região. No primeiro momento, Sanhudo faz referência a localização geográfica do local, onde é destacada sua paisagem natural. A “indescritível paisagem”, repleta de beleza, logo é contrastada por uma “miséria inominável” que se formaria naquela região.²³ Novamente, é possível observar referência ao antigo proprietário, o Dr. Sampaio, cujo “egoísmo” seria responsável pelo não desenvolvimento local. A história do surgimento do Mato Sampaio, para o cronista, está vinculada a Coxilha do Forte e seu proprietário.

As terras que deviam acolher no seu seio os trilhos do progresso da estrada de ferro, como já referi alhures, recebem agora os espólios da miséria, do vício e da desgraça, como uma autêntica desventura do seu destino e da insondável ironia da sorte! Lá está o Mato Sampaio, uma fileira de casinhas, pobres e mal enjambradas [*sic*], distendidas de norte a sul ao longo duma das mais belas e insinuantes colinas da nossa encantadora cidade, para nos mostrar um agrupamento precário, paupérrimo, demograficamente muito maior do que muitas cidades deste nosso fabuloso Estado, que já foi chamado de celeiro do Brasil! (SANHUDO, 1975, p. 153 – 154)

Assim, é possível observar que o cronista lamenta veemente a não realização da estrada de ferro na região, ao passo que busca demonstrar relação entre o episódio e o posterior desenvolvimento de “vila de malocas” na região, estabelecendo que por “desventura do destino” e “ironia da sorte” aquela região que estaria destinada ao progresso, recebia apenas a “miséria”, o “vício” e a “desgraça”. Essa visão de Sanhudo reforça um pessimismo

²³ Essa estrutura narrativa muito comum no século XIX para análise da sociedade brasileira. Em contraste com uma natureza exuberante, existe a decadência humana.

com a condição humana desse local, podendo, por sua vez, servir como argumento para futuros despejos. Ademais é chamada à atenção para sua amplitude demográfica que, segundo sugere o excerto, é demograficamente superior a muitas cidades do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, sua crônica, em certa medida, se aproxima de sua atuação e discursos na Câmara Municipal, quando afirmara, semelhantemente, que o Mato Sampaio estaria destinado a ser uma “vila” de incalculáveis proporções (MORAES, 2011, v. 1, p. 590), como visto em subcapítulo anterior.

O cronista busca, ainda no momento inicial do texto, descrever o processo de formação da “vila de malocas”, criticando as ações da municipalidade e de seu órgão responsável pela habitação urbana e denunciando as remoções de “malocas” oriundas da região central da cidade.

Mas como ia dizendo, a meio caminho da colina e à margem dum braço norte do arroio Dilúvio e ainda no prolongamento da rua Panamá, começou a municipalidade, através do seu departamento competente, a Casa Popular – (Oh! Ironia), em meados de 1953, a depositar as malocas removidas das famigeradas vilas: Doca das Frutas, Seca, Campo de Pólo, Coréia e mais algumas da Dona Teodora. Em pouco tempo era um submundo. As terras abandonadas e esquecidas da Coxilha do Forte transformaram-se desde aí na maior e mais tremenda vila de malocas da cidade. Esta é a origem da Vila Mato Sampaio. (SANHUDO, 1975, p. 152)

Sanhudo, com essas palavras, indica o que seria a origem da Mato Sampaio. As remoções das “vilas” Doca das Frutas, Vila Seca, Campo de Polo, Vila Coreia e algumas “malocas” da Dona Teodora seriam responsáveis pelo surgimento daquela que seria, desde o início, como sugere o cronista, “a maior e mais tremenda vila de malocas da cidade”. É possível observar que, assim como em seus discursos parlamentares, a posição assumida pelo cronista é a de estigmatizar a região como nas denominações de “submundo” e “tremenda vila de malocas”, vistas no excerto acima. Essa seria, em suma, a sua história de origem, porém, o que é o Mato Sampaio? Bom, isso para Sanhudo é outra história (SANHUDO, 1975, p. 152).

O relacionamento conflituoso envolvendo novos e antigos moradores, explorados anteriormente no discurso do parlamentar, retorna aqui através de sua crônica que traz elementos que tornam possíveis analisar de forma mais pormenorizada seus tensionamentos e conflitos.

Desde o primeiro dia estabeleceu-se séria luta. Eis que os moradores antigos do sangão, que realmente não eram poucos, reclamaram, protestaram e depois finalmente impediram que os adventícios tirassem água do arroio, para as suas necessidades. E alegavam simplesmente que os recém-chegados estavam esgotando as aguinhas do mato, quando não as conspurcavam! Houve desagradáveis atritos, algumas facadas e pauladas, mas quem brigou mesmo foram as mulheres! Essas puseram o arraialzinho em polvorosa e ademais de muitos puxões de cabelos, houve

‘donas’ que saíram com as vestes em frangalhos ou mesmo até nuas... Mas, não se escandalize, pois pouca roupa no Mato Sampaio é o último grito! (SANHUDO, 1975, p. 152 – 153)

O conflito é desencadeado, conforme Sanhudo, por conta do mau uso da água feito pelos novos moradores que pareciam desconhecer as normas de uso desse recurso natural e “estavam esgotando as aguinhas do mato e quando não as conspurcavam”. Essa situação resultaria em conflito envolvendo os dois grupos. Nesse sentido, Klafke, Weimer e Furini (no prelo), dialogando com o estudo sobre os “estabelecidos” e os “outsiders” realizado por Norbert Elias e John L. Scotson (2000), compreendem que os antigos moradores do Mato Sampaio acreditavam que a presença destes recém-chegados seria uma ameaça a eles (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Ademais, o cronista não se isenta de tecer comentários com cunho machista e preconceituoso a respeito do episódio, fazendo juízo moral sobre as mulheres do local, ironicamente chamadas de “donas”, que durante os conflitos saíam com suas vestes “em frangalhos” ou até mesmo nuas. Sanhudo, ainda afirmava ao seu leitor que isso não deveria ser motivo para escândalo, “pois pouca roupa no Mato Sampaio é o último grito”. Percebe-se que os estigmas operavam não apenas relacionados à condição social, mas também de gênero e provavelmente, racial. Assim, os estigmas sobre os “maloqueiros” podem ser vistos, também, de forma interseccional

As representações do Mato Sampaio presentes na crônica carregam uma carga de estigmas e estereótipos que, não obstante, ocorram no plano simbólico, se materializariam em práticas de exclusão social, com efeitos sobre a vida dos seus moradores. Assim como o estigma, o estereótipo também é entendido neste trabalho como prática de representação. Para Stuart Hall (2016) a estereotipagem é uma prática de produção de significados onde “se reduz as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza” (HALL, 2016, p. 190 – 191). Essa noção torna-se ainda mais complexa quando Hall a estabelece dentro de um “regime de representações” onde as relações de poder tem como finalidade demarcar espaços, a estereotipagem, assim, tem o objetivo da manutenção da ordem social e simbólica da sociedade.

Na estereotipagem, então, estabelecemos uma conexão entre representação diferença e *poder*. [...] Muitas vezes, pensamos no poder em termos de restrição ou coerção física direta, contudo, também falamos, por exemplo, do poder *na representação*; poder de marcar, atribuir e classificar; do poder *simbólico*; do poder da expulsão *ritualizada*. O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado ‘regime de

representação'. [...] a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica (HALL, 2016, p. 193. Ênfases originais.).

Assim o conceito de estereotipagem, tal como abordado por Hall, vem ao encontro das proposições teóricas de Chartier (1988; 2002) sobre os conceitos de representação e “lutas de representações” que norteiam o trabalho.

Na sequência do texto, Sanhudo procura fazer uma representação do Mato Sampaio como “submundo”, local “campeado” por vícios e degenerações morais como o “jogo”, a “cachaça” e a “criminalidade”. Lugar-comum nos discursos políticos do parlamentar, estas questões assumiriam novas cores na crônica, onde por meio de incisiva argumentação, permeada de artifícios literários, o cronista pintaria o Mato Sampaio como local sujeito a toda a desordem da cidade.

Mato Sampaio construiu o seu mundo dentro do seu submundo. Muitos botecos, toda a sorte de pequenos negócios e interesses se espalham em todos os sentidos e direções. Lá, há de tudo, e até improvisados institutos de beleza para as damas locais. Mas, o que domina, de fato, é a cachaça. Boa, azulzinha e espumante! Jorra no copo e escorre pelo peito do mano em demanda das entranhas. Depois!... bem, depois a cana faz os seus efeitos costumeiros e tudo acaba em pancadaria. E assim as tendinhas, tais como cogumelos, distribuem-se em profusão pela Vila e nelas, ostensiva ou sorrateiramente, cartea-se o bom do jogo, a qualquer hora no dia... (SANHUDO, 1975, p. 154)

Percebe-se no excerto acima a ênfase que Sanhudo dá ao uso de álcool representado, neste caso, pelo consumo da cachaça. “Boa, azulzinha e espumante” a cachaça, bebida estigmatizada pelo cronista, seria uma das responsáveis por parte das desordens locais, resultando, muitas vezes, em “pancadarias” cometidas pelos moradores. Longe de ser exclusiva do Mato Sampaio, essa associação do alcoolismo aos “maloqueiros” era corrente na sociedade porto-alegrense e, por vezes, foi usada como possível justificativa para a remoção e expulsão de “vilas de malocas” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

A prostituição é, talvez, o tema que aparece de forma mais sensacionalista e estigmatizante em toda a crônica, na medida em que Sanhudo não poupa adjetivos para descrever a atividade na Vila Mato Sampaio. Sobre a prostituição na “vila” Sanhudo argumenta que:

É um verdadeiro ‘footing’ onde o passeio transforma-se numa exibição de velhas e jovens mulheres, quase nuas, na eterna provocação do demônio da carne! Isso é uma coisa indescritível! Porque, na realidade, as velhas megeras atraem o elemento masculino para as suas malocas, não para fazerem a vida no estilo vulgar de todos os bordéis do mundo, mas para oferecer meninas impúberes já iniciadas na prática do vício e nas aberrações do sexo! Você, que me está lendo, não se horrorize, e também não pense que eu estou fazendo literatura sensacional com a desdita alheia. Pois

ainda tenho a lhe dizer que, por mais que quisesse, seriam sempre pobres e descoloridas as minhas palavras, para contar o terrível mundo de depravação que vai pelos cortiços imundos das malocas do Mato Sampaio. A prostituição, que sempre circulou como uma forma de vida entre as infelizes mulheres adultas, aí, nesse fim de mundo da cidade, desceu desgraçadamente à tenra alma das meninas abandonadas! São crianças de dez, de nove e até de oito anos, vestindo um sujo traje de escassas fazendas, que perambulam pelas vielas imundas da vila esquecida, procurando alguém que lhes pague um pão em troca de seus raquíticos e subdesenvolvidos corpinhos!... [...] Vítimas da sua desdita, presas de viciadas prostitutas refugiadas nesse antro, o último escalão da indecência desenfreada da cidade, pasto da mais baixa imoralidade humana!... (SANHUDO, 1975, p. 155- 156)

As “pobres” e “descoloridas” palavras do cronista, ao contrário do que argumenta, dão conta, sim, de descrever aquilo que, segundo ele, ocorre no “terrível mundo de depravação que vai pelos cortiços imundos do Mato Sampaio”. Mais do que isso, sua crônica possui o interesse de, por meio de uma “literatura sensacional”, aterrorizar os habitantes da urbe para a os “vícios” e “imoralidades” praticadas naquela “vila de malocas”. A prostituição infantil é, evidentemente, um problema sério, contudo, a forma que Sanhudo a denuncia, em sua crônica, acaba por reforçar estigmas sobre as “malocas”, que as entendiam como “imorais” e “promiscuas”. Estes estigmas, como visto anteriormente, serviram como justificativas para exclusão, marginalização e posterior remoção das “vilas de malocas”. Rodrigo Weimer (no prelo) em estudo que analisa a forma que a homossexualidade foi usada como pretexto, no relatório apresentado em 1952 à Câmara de Vereadores pelo então prefeito Ildo Meneghetti, para expulsões das “vilas de malocas”, afirma que o poder público, por meio desse relatório, reconhecia na homossexualidade masculina, no alcoolismo e na prostituição estigmas que justificassem a remoção de um coletivo (WEIMER, no prelo). O poder público, no entanto, não foi o único responsável por esse processo, além dele, como sugere Weimer (no prelo), “grande parte da sociedade porto-alegrense nas décadas de 1940 e 1950 tinha padrões morais rígidos, e nesse contexto a extrapolação de comportamentos desviantes para o conjunto da população das “malocas” oportunizou um espaço discursivo de legitimação de sua expulsão” (WEIMER, no prelo).

A criminalidade – tema que embora pareça estar presente durante toda crônica, permeando, de maneira geral, as representações sociais sobre o local –, volta, mais uma vez, na parte final da crônica.

Quando a noite cai, os prostíbulos viram ‘cabarés’ e a orgia não encontra freio a não ser nas próprias forças dessa gente perdida que vive nesse submundo dos arredores da capital. [...] Dentro em pouco ‘dona’ cachaça sobe ao alto dessas cabeças infelizes e tudo pode acontecer. Não raro, mortes estúpidas e brigas horrorosas interrompem a festa. Quando a polícia vem, não há sinal de nada, encontra alguém gravemente esfaqueado ou moribundo e, por mais que perquiria, ninguém sabe... ninguém viu... ninguém é louco falar!... Aí refugiam-se os piores e os mais

procurados ladrões que têm circulado nesta cidade. Ninguém se conhece e todo o mundo sabe quem é! Por mais que a polícia vasculhe, o silêncio é a grande nota do morador temeroso e perdido da vila que tem trazido a cidade em polvorosa. (SANHUDO, 1975, p. 156)

No excerto acima, Sanhudo concentra diversos estigmas que estão presentes nas representações empreendidas pelo cronista tanto em seus discursos parlamentares, quanto em crônica jornalística: a prostituição, o alcoolismo e a criminalidade. De certo modo, o cronista estabelece uma associação entre eles, resultando, repetidas vezes, em “mortes estúpidas” e “brigas horrorosas”. Para o cronista é motivo de espanto e revolta que os moradores “silenciem” a respeito da criminalidade local, que acaba fazendo o Mato Sampaio, espécie de refugio para “os piores e os mais procurados ladrões” da cidade. Nesse sentido, Cláudia Fonseca (2000) fornece relevante reflexão sobre o tema, na medida em que a autora percebe, através de pesquisa etnográfica no Morro da Cruz, que a autoridade policial era vista com desconfiança, por parte dos moradores da comunidade, que denunciavam a violência e os abusos cometidos por estes (FONSECA, 2000, p. 37; 170). A partir da análise de Fonseca (2000) sobre essa região, constatando o descrédito que a instituição policial possui com as camadas mais populares, é possível problematizar a afirmação de Sanhudo (1975) e elencar mais fatores para o possível “silêncio” dos moradores. Desse modo, não é de se espantar que os moradores do Mato Sampaio se recusassem a compartilhar informações com a polícia. Ademais, o pessimismo e a noção de irrecuperabilidade de Sanhudo com os moradores do Mato Sampaio, expresso nos termos “gente perdida”, “submundo”, local dos “piores e mais procurados ladrões” abrem margem para a ideia de extermínio daquela “vila de malocas”.

As representações sobre o Mato Sampaio, como foram possíveis de acompanhar ao longo do texto, foram empreendidas por Ary Veiga Sanhudo através da articulação de uma série de estigmas e estereótipos que visavam, sobretudo, caracterizar o local de “submundo” onde eram atribuídos aos seus moradores características como “violentos”, “promíscuos” e, em sua maioria, “criminosos”. Essas representações, impostas pelo cronista aos moradores locais, estavam em sintonia com o discurso social sobre as “malocas”, que circulava pela sociedade, imprensa e poder público que pretendiam, por meio dessas, justificar políticas de remoções das “vilas de malocas” (KLAFFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Os moradores do Mato Sampaio, apesar de serem tomados como “objetos” da crônica, contudo, não foram consultados a respeito de suas próprias percepções e experiências de morar na “vila”, sendo a opinião de Sanhudo absoluta na crônica. Klafke, Weimer e Furini (no prelo) advertem sobre isso, argumentando que os escritos de Sanhudo, distantes de um testemunho objetivo sobre as

“malocas”, possuíam maior valor como testemunho do olhar hierarquizante da elite porto-alegrense sobre estas habitações (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). A crônica, diferentemente dos discursos proferidos na Câmara de Vereadores, possuía maior alcance e circulação social, por isso, é possível observar, para além de seu sensacionalismo em retratar a pobreza local, que ela também contém certa dramaticidade literária, justificada por suas constantes adjetivações, descrições da paisagem natural e comentários a respeito do cotidiano de seus moradores. Esse longo alcance da crônica foi possível através do espaço encontrado por Sanhudo no jornal vespertino *Folha da Tarde*. As mais de 200 crônicas publicadas pelo autor no jornal possibilita que seja indagado o interesse desse veículo de comunicação a respeito das “malocas”. Embora o conteúdo das crônicas seja de responsabilidade de Sanhudo, expressando sua própria opinião sobre o tema, o espaço cedido a ele sugere que, de certo modo, suas ideias iam ao encontro dos interesses do jornal, sendo acolhidas por ele. É necessário lembrar que a imprensa, conforme Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), “não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito freqüentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260). Desta forma, é considerado que as opiniões do cronista, em certa medida, refletiam aquela defendida pelo jornal e estava presente, como um todo, na imprensa porto-alegrense da época.

Considerações finais

O célebre livro “As cidades invisíveis”, escrito pelo romancista italiano Italo Calvino (1990), foi composto por diversas histórias narradas pelo navegador veneziano Marco Polo ao imperador Kublai Khan, onde eram descritas cidades, lugares e diferentes culturas. Em uma determinada história, o viajante adverte ao sábio imperador Kublai, que nunca se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve (CALVINO, 1990, p. 65). Assim, como nas “cidades invisíveis” de Calvino, as “vilas de malocas” e, sobretudo, a Mato Sampaio não eram aquilo que o discurso fazia delas.

Os caminhos percorridos ao longo deste trabalho nos indicam isso. As “vilas de malocas”, assim como as favelas no Rio de Janeiro – guardadas suas especificidades – são locais plurais e heterogêneos, possuindo complexas relações sociais, diversificadas sociabilidades e experiências. Deste modo, não se deve reduzir as “vilas de malocas” a um apanhado de características gerais, em sua maioria depreciativa, associando-as apenas à “miséria”, “alcoolismo”, “violência” e “criminalidade” e desconhecendo os laços de solidariedade existentes no grupo popular que a habita, seus conflitos, resistências, percepções sobre sua condição social, etc. O discurso social produzido sobre as “malocas” existe, e possui relações com estes lugares. Contudo, conforme nos alerta a história de Calvino, jamais devemos confundir a cidade com o seu discurso (CALVINO, 1990, p. 65). As “malocas” desde seu aparecimento, em Porto Alegre, foram palco de disputas simbólicas e materiais, onde seus efeitos, muitas vezes, resultaram em práticas de expulsão e marginalização da população empobrecida que morava nas “malocas” situadas em regiões próximas ao centro da cidade.

As “vilas de malocas” assim como outras formas de habitação popular existentes, em Porto Alegre, na primeira metade do século XX, foram fortemente estigmatizadas e sofreram intensas investidas por parte da municipalidade, que, conforme observamos, através de um discurso modernizador e higienista, valendo-se de argumentos estéticos, pretendia removê-las para áreas mais distantes do centro e, assim, foi produzindo a periferia da cidade. A imprensa é, entre os diversos agentes interessados na remoção das “malocas” (poder público, elite e setores médios urbanos), configura-se espaço privilegiado para compreendermos os projetos políticos presentes no processo de remoções das “malocas” de Porto Alegre. Ao passo que a imprensa compreendida não apenas como reprodutora, mas, muitas vezes, produtora de um discurso socialmente construindo, sendo ela própria “espaço privilegiado de articulação de projetos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258), foi possível observar a forma que as

representações sobre as “vilas de malocas” e, sobretudo, a Mato Sampaio foram operacionadas pela imprensa. Carregadas de estigmas e estereótipos, as imagens produzidas e reproduzidas pela imprensa, dessas “malocas” relacionadas à “desordem”, “miséria”, “promiscuidade” e “miséria” não eram isentas e estavam inseridas em um complexo campo de disputas políticas e sociais.

O *Diário de Notícias*, conforme vimos no segundo capítulo, em diversos momentos concedeu espaço em suas reportagens, colunas e editoriais para discutir sobre o “problema das malocas”, em Porto Alegre. Ademais, foi possível observar, também, que o jornal operacionou imagens racializadas sobre as “malocas”. De modo geral, as representações do *Diário de Notícias* sobre as “vilas de malocas”, em Porto Alegre, funcionou de duas formas: a) através da denúncia das desigualdades sociais existentes na metrópole, ao passo que realizava dura crítica à indiferença dos cidadãos porto-alegrenses para com a população empobrecida que vivia nas “malocas”. Ademais, condenava aquilo que denominou como “brutal e desumano e desumano regime da discriminação da riqueza em benefício de poucos e em sacrifício de consideráveis parcelas populacionais” (PRATINI, 1958c); b) por meio da condenação moral dos costumes, sociabilidades e cotidianos dos “maloqueiros” – presente nas reportagens, matérias, colunas e editoriais –, ao qual atribuía as “malocas” e seus moradores características fixas e essencialistas, associando-as a toda ordem de “vícios morais”, e sugerindo, por diversas oportunidades, o seu “extermínio”. Esses dois padrões de abordagem sobre as “vilas de malocas”, apesar de suas diferenças, carregavam em suas representações, estigmas e estereótipos sobre aqueles sujeitos, marcados socialmente como “maloqueiros”.

O Mato Sampaio, por sua vez, atraía os olhares da sociedade porto-alegrense da década de 1950, estando, por diversas vezes, presente nas páginas jornalísticas. Entretanto, sua presença estava limitada, na maioria dos casos analisados, ao noticiário policial, ao qual se noticiava os “brutais crimes” cometidos no local, alertando a população sobre os “riscos de se aventurar por suas ruas”. Essas representações vinham ao encontro das associações que eram feitas do Mato Sampaio com a criminalidade e violência urbana, considerando essa “vila de malocas” responsável por todos os problemas de segurança na região. Pode-se considerar, em suma, que ocorre, neste caso, uma criminalização da pobreza, posto que a “vila” é considerada, de forma generalizada, como “vila-do-crime”, “lugar de criminosos da pior espécie” (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5) e “verdadeiro paraíso de malandros” (PRATINI, 1958b, p. 16).

Outra forma de representação feita pelo *Diário de Notícias* sobre o Mato Sampaio tomava-o como local “fabuloso” e “pitoresco”, que apesar de fazer parte de Porto Alegre, a

reportagem apresentava-o como um local distante, com costumes e culturais distintos. Ao adentrar nesse espaço de moradia dos “maloqueiros”, a equipe de reportagem realiza juízos morais sobre seus habitantes, costumes, espaços de sociabilidade, etc.

As representações sobre o Mato Sampaio feitas por Ary Veiga Sanhudo em seus discursos parlamentares e em crônica homônima – originalmente publicada no jornal vespertino *Folha da Tarde* – também foram objetos de análise. Pode-se observar que Sanhudo, na ocasião vereador de Porto Alegre, sob diversos momentos discutiu sobre o Mato Sampaio, reivindicando a construção de posto policial e pavilhão escolar (ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, 13/08/1953; 15/12/1953 apud MORAIS, v. 1, 2011, p. 590 – 591). Entretanto, a “defesa dos interesses” dos habitantes do Mato Sampaio, feita por Sanhudo, não o isenta das inúmeras representações estigmatizadas, proferidas em diversas oportunidades. Associando o Mato Sampaio à “criminalidade”, “jogo” e “desordem”, ao passo que entendia os seus moradores como “bêbados” e “desordeiros”. Não se pode esquecer que essas associações serviram, em outros momentos, como pretextos para remoções das “malocas” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; WEIMER, no prelo).

Já as representações, presentes em sua crônica, carregaram uma carga de estigmas e estereótipos que se materializaram em diferentes práticas de exclusão social que vieram a produzir efeitos concretos na vida de seus moradores. Através de incisiva argumentação, permeada de artifícios literários, Sanhudo, viria a reproduzir e criar estigmas sobre a região, categorizando-a como “submundo” e “tremenda vila de malocas” e tecendo comentários machistas e preconceituosos direcionados as mulheres do local, nos possibilitando perceber que estes estigmas eram operacionados, também, de forma interseccional. Entretanto, diferente do *Diário de Notícias*, Sanhudo não faz nenhuma menção, tanto em seus discursos parlamentares, quanto em sua crônica sobre o Mato Sampaio a composição étnico-racial daquela “vila de malocas”. O que nos indaga sobre as possibilidades para essa “ausência” em seu texto.

Outra consideração importante, diz respeito ao pessimismo do escritor, junto a condição de irrecuperabilidade, imposta pelo cronista, ao local e seus habitantes, dava margem a interpretações que consideravam como solução para o “problema das malocas”, em especial, da Mato Sampaio, o seu extermínio.

Por fim, retomamos às páginas do *Diário de Notícias* para nos determos novamente na resposta de Pedro Cantídio Silveira da Rosa, “Seu Cantídio”, a equipe de reportagem que fazia uma matéria na Mato Sampaio. Ao ser indagado sobre o seu passado, “Seu Cantídio”, um “velho boa praça” responde ao jornalista: “Moço, o passado dum [*sic*] homem passou.

Que adiante saber se houve dias melhores? [...] O meu ‘faixa’ (amigo) Polaco tem razão. Maloqueiro não tem nome. Não tem passado. Não tem nada. ‘Maloqueiro não tem onde cair morto’.” (PRATINI, 1958b, p. 11). Não se pretende, de modo algum, deslegitimar a experiência de Cantídio e seu testemunho, contudo, nos cabe problematizar sua resposta. Apesar das precárias condições de vida enfrentadas pelo “maloqueiro”, ele não pode ser despossuído de sua subjetividade, sua identidade social (ainda que pertencente a um grupo marginalizado – os “maloqueiros”). Cantídio, é um sujeito histórico, portanto, está inserido em um determinado tempo e espaço, portanto, é possuído de um passado (ainda que traumático, resultante de sistemáticas explorações econômicas e sociais). Além disso, possui uma moradia, que embora construída de forma precária, pode ser compreendida como um sinal de resistência à disciplinarização do espaço, reivindicando o direito à moradia.

Lista de fontes

Documentos administrativos

LOUREIRO DA SILVA, José. **Um plano de urbanização**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1943. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

MENEGHETTI, Ildo. **Relatório apresentado pela Câmara Municipal**. Porto Alegre, 1952. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

Sites

ClicRBS – Almanaque Gaúcho – Ary Veiga Sanhudo. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/pdf/17289180.pdf> <Acesso em: 15 set. 2018>

Jornais

A POLÍCIA AS VOLTAS com novo cancro: Mato Sampaio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 8 ago. 1955.

ATAQUE FRONTAL contra as malocas da Doca das Frutas e do Pôrto! **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 12, 21 ago.1958.

CONTINUA A BUSCA do autor do crime da rua João Alfredo. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 14 set. 1955.

CRISE DE HABITAÇÕES e êxodo rural. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 18 jun. 1948. Editorial, p. 4.

GRAVE CONFLITO no Mato Sampaio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 1º out. 1957.

MATZENBACKER, Sepé Tiaraju. Marginalismo continua a desafiar as autoridades. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 13, 2º caderno, 25 jul. 1963.

NO PERIGOSO “MATO SAMPAIO”: estivador barbaramente espancado quando retornava à sua residência. **Diário de Notícias**, p. 8, 21 nov. 1959.

O INDÍGENA assassinou, a pauladas, o maloqueiro encontrado em flagrante adultério com sua esposa. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 7, 14 fev. 1953.

O MALOQUEIRO assassinou friamente o companheiro. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 25 fev. 1958.

POLÍCIA: “Operação Limpeza” vai acabar com malandragem. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 10, 20 mar. 1963.

PORTO ALEGRE, 1957. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 1, 2º Caderno, 20 abr. 1958.

PRADO, Allan Kardec. “Casa da Criança”: Um pouco de esperança para “Mato Sampaio”. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 1, 9 out. 1959.

PRATINI, Ruy. O drama de nossas populações marginais (I). Maloca: símbolo vivo de promiscuidade e miséria. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 9; 12, 12 jun. 1958a.

_____. O drama de nossas populações marginais (IV). Maloqueiro “de seu, não tem nem onde cair morto”. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 11; 16, 20 jun. 1958b.

_____. O drama de nossas populações marginais (VI). 62% - índice de mortalidade infantil em vilas de malocas. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 13; 16, 6 jul. 1958c.

PREFEREM A MISÉRIA e fome a ter que sair da Vila Trevo. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 3, 5 jul. 1963.

SANEAMENTO DO FAMIGERADO Mato Sampaio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 1º ago. 1957.

V. A. P. A Cidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 23 mai. 1948a.

_____. A Cidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 1 dez. 1948b.

_____. A Cidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 29 dez. 1948c.

_____. A Cidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 29 mai. 1956.

Livros

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre**: crônicas da minha cidade. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975. Volume 2.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BARCELLOS, Jorge. O centenário de Ary Veiga Sanhudo. (3 de junho de 2015). Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/o-centenario-de-ary-veiga-sanhudo/> <Acesso em: 23 set. 2018>
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2ª ed. – Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CHARTIER, Roger. Por uma sociologia das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- _____. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- DARNTON, Robert. Prefácio. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). **A revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.
- D'AVILA, Naida. **DEM HAB**: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2000.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70 (Lugar da História), 2011.
- FIGUEIREDO, Pablo Silva. **História social e a cidade**: urbanização e as vilas de malocas em Porto Alegre nas décadas de 40 e 50. Rio Grande: FURG, 2014 (Monografia de Especialização).

- FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- JORGE, Nelson. **Malocas**. Diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre, RS. Porto Alegre: PMPA/DEM HAB, 1973. Arquivo Histórico de Porto Alegre.
- KERSTING, Eduardo Henrique de O. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre**. A Colônia Africana (1890-1920). Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em História).
- GAMALHO, Nola. **A produção da periferia**. Das representações do espaço ao espaço da representação no bairro Restinga – Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de A.; FURINI, Vinícius R. **A cidade que devora “malocas”**: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943 - c.1973). No prelo.
- KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
- MATTOS, Jane. **“Que arraial que nada, aquilo é um areal”**. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921). Porto Alegre: PUCRS, 2000. Dissertação (Mestrado em História).
- MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.
- MEDEIROS, Laudelino. **Vilas de malocas** (ensaio de sociologia urbana). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**: história e memórias da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MORAES, Aldovan de Oliveira. **Poder público municipal e habitação de interesse social em Porto Alegre**. Porto Alegre, DEM HAB, 2011, 2 volumes. Arquivo Histórico de Porto Alegre.
- NEVES, Jorge. **O problema da sub-habitação em Porto Alegre**. Porto Alegre: Seção de Estudos Econômicos e Pesquisas, 1962.

NUNES, Marion Kruse. **Bairro Bom Jesus**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1998.

PEREIRA, Camila Alves. “**O crime não compensa**”: Análise de reportagens sobre crime e ação policial no *Diário de Notícias* de Porto Alegre 1954-1955. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Licenciatura em História).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1990.

_____. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, nº 31. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2186/1325>. <Acesso em: 20 nov. 2018>

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, jan-jun, 2004.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**. História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição (1884-1918). Campinas: UNICAMP, 2014. Tese (Doutorado em História).

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**. Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Fernanda Oliveira da; SÁ, Jardélia Rodrigues de; GOMES, Luciano Costa; ROSA, Marcus Vinícius de Freitas; PERUSSATTO, Melina Kleinert; SILVA, Sarah Calvi Amaral; SANTOS, Sherol dos. **Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS: EST Edições, 2017.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STRELOW, Aline. **Breno Caldas: poder e declínio de um dos mais influentes jornalistas gaúchos**. Artigo publicado na Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. -, p. 1-12, 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-imprensa-strelow.pdf> <Acesso em 1º out. 2018>

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

WEIMER, Rodrigo de A. Gilda de todas as “cores”: construção de imagens racializadas das “vilas de malocas”. Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 495 - 528. E-book.

_____. **Comportamentos desviantes e alegações para expulsão: a homossexualidade masculina nas “vilas de malocas” de Porto Alegre (relatório de Ildo Meneghetti, 1952)**. No prelo.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZAMBONI, Vanessa. **Construção social do espaço, identidades e territórios em processo de remoção**. O caso do bairro Restinga – Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).